

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
NÍVEL: MESTRADO

CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA

**QUESTÃO AGRÁRIA, SUPEREXPLORAÇÃO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA:
O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**

VITÓRIA-ES

2016

CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA

**QUESTÃO AGRÁRIA, SUPEREXPLORAÇÃO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA:
O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como pré-requisito para a obtenção de título de mestra em Política Social.

Linha de pesquisa: Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo.

Orientadora: Renata Couto Moreira

VITÓRIA-ES

2016

CRISTIANE LUÍZA SABINO DE SOUZA

QUESTÃO AGRÁRIA, SUPEREXPLORAÇÃO E MIGRAÇÃO TEMPORÁRIA:

O Vale do Jequitinhonha na dialética do desenvolvimento capitalista dependente

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo como pré-requisito para a obtenção de título de mestra em Política Social

Linha de pesquisa: Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo

Orientadora: Renata Couto Moreira

Banca examinadora:

Professora Dr^a. Renata Couto Moreira (orientadora)
Departamento de Economia e PPGPS/UFES

Professor Dr. Luiz Jorge Vasconcelos Pessôa de Mendonça
Departamento de Economia e PPGPS/UFES

Professora Dr^a. Raquel Santos Sant'Ana
Departamento de Serviço Social – UNESP

Professora Dr^a. Roberta Sperandio Traspadini
Curso de Relações Internacionais – UNILA

Aprovado em 12 de junho de 2016

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho seria inviável sem o incentivo daqueles que, mesmo sem entender porque eu “estudo tanto” e fico muito tempo longe, sempre estiveram ao meu lado, torceram por mim e acreditaram nos meus sonhos, a minha família. Agradeço minha mãe, Maria, pelo amor incondicional; a meus irmãos Daiane e Bruno e ao meu sobrinho Gabriel pelo grande afeto; à minha tia, Geralda, e aos meus primos José e Rony, em especial à minha prima Val, pelo incentivo de sempre. Também à minha família do coração, cujo amor resiste à distância e ao “sumiço”, Flavinha, Nayara e Cynthya. Vocês são fundamentais na minha vida.

Agradeço o carinho e a acolhida das minhas amigas “paulistas”, Giovanna, Mary, Irina e Gustavo, a amizade de vocês foi essencial para a minha sobrevivência em terras capixabas. Seguimos juntas!

À Emilly, Carol, Maísa Prates, Chester, Thiago e Cláudio pela amizade que ultrapassa os portões da UFES e me permitiu uma sociabilidade cheia de bons momentos. Açúcar e afeto pra vocês!

À Luara, Maína, Carol Goulart e Flávia Felix, pela convivência e aprendizado.

Este trabalho é, certamente, fruto de muitos diálogos e construções coletivas com amigas (os) e camaradas de dentro e fora da academia, assim, agradeço às(os) camaradas do Grupo Futuro Presente, Sandra, Janaína, Diogo, Rodrigo, Marlon, Alexandre, Alcides e Ricardo, por compartilharem comigo um espaço tão rico e tão necessário à construção coletiva de conhecimento. Às (os) companheiras(os) do Coletivo Anatália de Mello pelos excelentes debates em minha breve passagem.

Gratidão enorme à minha querida orientadora, Renata Couto Moreira, pela confiança, disposição e importantes contribuições que fizeram com que este projeto se realizasse.

À professora Raquel Sant’Ana e ao professor Luiz Jorge Vasconcelos pelas contribuições durante a banca de qualificação e pela participação na banca de defesa.

Um agradecimento especial a amiga Roberta Traspadini, pela enorme generosidade em compartilhar seu aprendizado, pelas inúmeras leituras, críticas e sugestões neste trabalho e por ser essa parceira de todas as horas.

Às “Juremas” Maisa e Taís, por essa amizade de longa data que nos proporciona sonhar coletivamente e fazer projetos, muitas vezes mirabolantes, utópicos e engraçados, mas que nos permite seguir firmes pelos nossos caminhos tortuosos. O mundo é nosso!

Agradeço às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES, pelas inúmeras contribuições à minha formação, e também às secretárias Dâmaris e Adriana, pela enorme gentileza e atenção com que sempre me atenderam.

Gratidão infinita às “minas da Política Social”, pelos encontros, debates, questionamentos e aprendizado coletivo sobre os desafios de ser mulher no espaço acadêmico e na sociedade como um todo. “Sem feminismo não há revolução!”

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo subsídio necessário à minha dedicação exclusiva a este trabalho.

RESUMO:

Neste trabalho, realizamos o esforço de buscar os elementos que explicitam a dialética do desenvolvimento capitalista a partir da realidade da América Latina, de modo a compreender as particularidades que se manifestam nessa região que, apesar da intensa produção de riquezas, tem a miséria dos seus trabalhadores como realidade constante. Buscamos explicitar, pois, os fundamentos da contradição entre capital e trabalho, e os elementos que particularizam suas manifestações concretas, para compreendermos aspectos singulares das mesmas em uma região específica, o Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais. Nosso objeto específico de estudo foi *a relação entre a migração temporária dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha (MG) e a superexploração de sua força de trabalho no setor sucroalcooleiro na atualidade*. Para chegar os elementos centrais à sua compreensão partimos de uma perspectiva crítica, apreendida na tradição marxista. Assim construímos um caminho teórico e metodológico que, ao explicitar a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capital e suas particularidades na América Latina, manifestas a partir da dependência estrutural, buscou explicitar as contradições dessa dinâmica e construir as mediações necessárias para compreender as peculiaridades das condições de trabalho e reprodução dos migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha. Apoiamo-nos num referencial teórico apreendido a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e construímos uma estrutura de debate que deu centralidade às categorias dependência, desenvolvimento, subdesenvolvimento e desigualdade, a partir das quais adentramos no debate da questão social, questão agrária e migração temporária. Na busca pela explicitação dos processos histórico-estruturais, inerentes à particularidade do capitalismo dependente brasileiro, que definem a singularidade da questão agrária no Vale do Jequitinhonha, ampliamos a compreensão da questão agrária e sua relação com a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, o que nos permitiu apontar a centralidade das mesmas para a compreensão das contradições entre capital x trabalho na América Latina.

Palavras-chave: Dependência; Superexploração; Questão agrária; Vale do Jequitinhonha; Migração temporária.

ABSTRACT:

We carried out the effort to seek the elements that explain the dialectic of capitalist development from the reality of Latin America, in order to understand the characteristics that appear in this region that despite the intense production of wealth, has the misery of their workers as a constant reality. We tried to explain, because the fundamentals of the contradiction between capital and labor, and the elements that particularize its concrete manifestations, to understand the unique aspects of the same in a specific region, the Jequitinhonha Valley - Minas Gerais. Our specific object of study was the relationship between the temporary migration of workers from the Vale do Jequitinhonha (MG) and the overexploitation of their labor force in the sugar and ethanol industry today. To get the core elements to your understanding we start from a critical perspective, seized in the Marxist tradition. So we built a theoretical and methodological way, to explain the dynamics of uneven and combined development of the capital and its peculiarities in Latin America, evident from the structural dependence, sought to explain the contradictions of this dynamic and build the necessary mediations to understand the peculiarities of working conditions and reproduction of temporary migrants in the Jequitinhonha Valley. We rely on a theoretical seized from the Marxist theory of dependence (TMD) and built a debate structure that gave centrality to dependence categories, development, underdevelopment and inequality, from which we enter the discussion of social issues, land issues and temporary migration. In the search for explanation of the historical and structural processes inherent in the particularity of the Brazilian dependent capitalism, which define the uniqueness of the agrarian question in the Jequitinhonha Valley, expanded understanding of the agrarian question and its relation to overexploitation of the workforce in dependent capitalism, which allowed us to point out the centrality of the same for understanding the contradictions between capital x work in Latin America.

Keywords: dependency; Overexploitation; Agrarian question; Jequitinhonha Valley; Temporary migration.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	15
1. A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO DEPENDENTE E SUAS PARTICULARIDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	29
1.1. A dominação imperialista e a dependência estrutural no Brasil.....	30
1.2. A dinâmica do desenvolvimento dependente no Brasil	39
1.2.1. Dependência e modernização (conservadora): a dialética entre “velhas” e “novas” relações de produção.	40
1.2.2. Industrialização dependente e perpetuação da dupla articulação.	45
1.2.3. Transição monopolista e a consolidação da dominação burguesa	49
1.2.4. Capitalismo monopolista e aprofundamento da dependência.	54
1.3. Síntese reflexiva do capítulo I.....	61
2. QUESTÃO AGRÁRIA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: raízes estruturais da questão social no Brasil	64
2.1. O debate da questão social no âmbito do Serviço Social e a necessidade de sua ampliação no que tange às particularidades da realidade brasileira	65
2.2. Questão agrária e superexploração da força de trabalho: elementos estruturantes da questão social na América Latina.....	70
2.3. A herança desigual e a desigualdade estrutural: elementos sócio-históricos e estruturantes da questão social no Brasil.....	75
2.4. Síntese conclusiva do capítulo II.....	80
3. O PASSADO-PRESENTE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE	82
3.1. A centralidade da terra e do trabalho para o capital: a renda da terra como elemento orgânico do processo de acumulação capitalista.....	84
3.2. A classe trabalhadora do campo frente ao avanço do capital e a primazia da renda da terra.	93
3.3. Reprimarização econômica no Brasil atual: o aprofundamento da dependência e questão agrária no século XXI.	97

3.3.1. <i>Os desdobramentos do avanço do capital no campo sobre a classe trabalhadora brasileira: a política do agronegócio em detrimento das políticas sociais</i>	104
4. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E DAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS NO VALE DO JEQUITINHONHA.	116
4.1. Sobre o Vale do Jequitinhonha: de espoliação e exploração se fez a miséria	118
4.2. Entre a chegada contínua do mau agouro e o permanente vôo das andorinhas: a questão agrária e migração temporária no Jequitinhonha.	121
4.2.1 <i>Migração temporária para o corte de cana: os caminhos da superexploração.</i>	128
4.2.2 <i>A atualidade da questão agrária no Jequitinhonha e os movimentos de resistência dos trabalhadores aos desmandos do capital</i>	143
4.3. Síntese conclusiva do capítulo VI: “um dia os rios e os homens e as águas virão de novo” 147	
“DIGO: O REAL NÃO ESTÁ NEM NA SAÍDA NEM NA CHEGADA: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”	149
REFERÊNCIAS:	158
ANEXOS:	165

APRESENTAÇÃO

“Se queres ser universal, comece por pintar a tua aldeia”

(Liev Tolstói)

Aprendi com Florestan Fernandes que, por mais que a ideologia burguesa pregue a neutralidade acadêmica e intelectual, não existe neutralidade possível numa sociedade que é polarizada entre exploradores e explorados. Assim como o mestre, aprendi desde cedo, pelas vias concretas, que o meu lado é o dos explorados. Ao disputar e ocupar – por ousadia e resistência – um lugar na universidade pública brasileira (que ainda de se veste num *figurino francês* e é muito pouco acessível aos que vêm “de baixo”) minha opção não poderia ser outra que não fosse o compromisso com a classe à qual eu organicamente pertença. É por isso que, antes de tudo, apresento a relevância, para mim, da realização deste trabalho, ela está inscrita no plano das motivações pessoais, mas estas não deixam de ser coletivas e políticas.

O interesse pelo sentido do trabalho no Jequitinhonha é traçado por minha trajetória como filha de trabalhadores rurais do Vale, a partir da memória que trago sobre a história da região e do próprio cotidiano ali vivenciado. Nascida numa família expropriada desde os tempos da escravidão, minha mãe herdou apenas aquilo que já a pertencia, força de trabalho a ser vendida barata. Das histórias da família, lembro-me dos relatos de minha avó sobre as muitas mudanças entre terras de fazendeiros, ela, meu avô e sete filhos pequenos, nunca tiveram terra própria e sempre tiveram que se “agregar” em terras monopolizadas por aqueles que detinham o poder na região. As relações de trabalho como agregados sempre foram muito desiguais, a família inteira trabalhado à “meia”, sem nenhuma garantia de colheita frente às secas brutais que sempre assolaram a região; a subordinação ao dono das terras, a ameaça da fome, a exclusão de política, cultural, educacional... Meus avós morreram analfabetos, meus tios e minha mãe aprenderam o “beabá” no MOBRAL. No final da década de 1970, a família não encontrou mais terras no campo onde pudesse se agregar e mudou-se para a periferia da cidade de Novo Cruzeiro (MG), mas o trabalho no campo continuou sendo a forma de sobreviver. Continuaram trabalhando em terras alheias, “a dia”, “a meia”, “a empreitada”... Nesta época, meus tios mais velhos, com 13, 14 e 15 anos e sem nenhuma documentação, alteraram a data de nascimento e, documentados como se fossem maiores de idade, migraram

para São Paulo e Belo Horizonte, rumo ao corte-de-cana ou à construção civil. Era a alternativa.

Do trabalho duro em terras privadas alheias, subsistimos. O trabalho na “roça”, ainda no século da tecnologia, não deixa de ser brutal. Corrói demasiadamente a vida dos trabalhadores e, de forma ainda mais profunda, das mulheres trabalhadoras, que, em uma sociedade patriarcal e misógina, cumprem jornadas duplas ou triplas e são totalmente responsabilizadas pela reprodução social da força de trabalho. Minha mãe, assim como muitas outras mulheres e homens da nossa comunidade, levantava-se todos os dias às 4 horas da manhã e através de um longo caminho percorrido no dia, atrelada a uma longa jornada de trabalho, só retornava para casa depois das 18 horas. O desgaste físico se manifestava nas inúmeras dores no corpo, nos olhos cansados e nas mãos calejadas. A acompanhei nessa jornada por inúmeras vezes, como força de trabalho infantil, que apesar de produtiva, praticamente não era paga. A necessidade sempre foi maior do que a indignação, então minha mãe seguia trabalhando duramente para que os filhos pudessem comer, e quem sabe, ter uma “sorte” diferente da sua, poder estudar e ser “alguém na vida”. “*Ser alguém na vida*”. Esta fala sempre me marcou muito, porque ela explicitava, para mim, o quanto os trabalhadores e trabalhadoras rurais, como a minha mãe, são “ninguéns”. São invisíveis numa sociedade que lhes consome tudo o que têm: sua força de trabalho, seu próprio corpo e seu tempo de vida; numa sociedade que lhes põem à margem e, apesar de todo o seu trabalho, lhes nega o “lugar no mundo” e o reconhecimento enquanto gente.

Aos dezoito anos, antes de entrar para a faculdade, trabalhei no Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE em 2007. Durante o Censo pude percorrer grande parte do município onde nasci, Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. A coleta de dados para o Censo me fez ver mais de perto a realidade de muitas famílias camponesas, da desigualdade na distribuição de terras e de recursos naquela cidade, onde minúsculas propriedades, divididas entre os membros de famílias amplas, figuram entre grandes fazendas pecuaristas ou monocultoras de café e de eucalipto. Nas conversas com os entrevistados, a maioria mulheres, era perceptível o sentimento de abandono e sofrimento, ao mesmo tempo em que demonstravam uma força e resistência enormes, forjadas pelas próprias necessidades de sobrevivência. Percebi que o particular se generalizava e vi na realidade daquelas mulheres, identidade com a realidade vivida por minha mãe, por minha família e por meus vizinhos.

Outra lembrança marcante, era a saída anual de ônibus velhos e lotados de “bóias-frias”, dentre estes muitos conhecidos ou membros da minha família, rumo ao trabalho em outras regiões do país, principalmente para o corte-de-cana no Estado de São Paulo. Sempre me intriguei com a necessidade destes sujeitos saírem de suas casas, deixando para trás parte da família, dos amigos e da comunidade para trabalharem em lugares distantes e em condições miseráveis. Ao mesmo tempo a situação de pobreza e degradação também se fazia presente em toda a região, historicamente estigmatizada como “a mais miserável do país”¹, onde as “viúvas de marido vivo” e seus “órfãos temporários” esperavam - e ainda esperam, sob o trabalho duro na aridez da terra e da vida, o retorno do trabalhador ausente.

Toda essa vivência me dizia, intimamente, que havia algo muito contraditório entre a meritocracia do trabalho, pregada com veemência em todos os espaços sociais, desde a escola até a igreja, e a realidade daqueles que trabalhavam incessantemente. Por toda minha infância e adolescência, nunca encontrei uma lógica racional ou divina que explicasse tamanha contradição. Fui descobrir depois.

Foram muitas e enraizadas perguntas sobre aquela situação, que ora se perdiam, ora reapareciam, mas que somente começaram a ser respondidas após minha entrada na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no ano de 2008, para cursar Serviço Social. A compreensão, pelo menos em parte, da essência da natureza desigual inerente à produção social e apropriação privada da riqueza na sociedade capitalista me permitiu responder algumas das minhas inquietações. O período de graduação me permitiu conhecer o Vale do Jequitinhonha através das muitas (os) colegas e amigas (os) conhecidas na Universidade. Gente vinda de diversas cidades da região, que trazia as histórias sobre a realidade de suas cidades e com as quais compartilhei conhecimentos, angustias, frustrações e perspectivas em relação a nossa realidade. Foi nesse período que o sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, de responsabilidade política pela região se explicitou e deu sentido às minhas mais remotas indagações. Esse também foi um momento rico de aproximação teórico-histórica com o Vale, que me trouxe importantes conhecimentos sobre a sua formação econômica, social, cultural e política. Apesar do interesse pela região, me envolvi com outros temas e problemas e não desenvolvi na graduação nenhuma pesquisa sistemática sobre a mesma. No entanto, a vivência cotidiana na região, o contato com as

¹ O estigma da região como a mais pobre data da década de 1970. Podemos encontrar leituras críticas mais recentes sobre o tema em: Cardoso (2015); Leite (2015); Servilha (2015).

comunidades, com a militância e com os movimentos sociais camponeses sempre trouxeram a tona questões que perpassavam o debate da questão agrária na região e colocavam, para mim, a necessidade de estudá-la de forma mais aprofundada.

Ao atuar, no ano de 2013, como assistente social em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), numa área rural do Município de Novo Cruzeiro, tive contato com muitos trabalhadores, dentre eles, alguns que faziam, ou fizeram em algum momento, o processo de migração temporária. Muitos deles, em especial os que não encontravam mais trabalho no corte-de-cana ou em outros tipos de produção agrícola para os quais costumavam migrar, procuravam o CRAS para esclarecerem suas dúvidas acerca de benefícios previdenciários e direitos trabalhistas ou para solicitarem a inclusão em algum dos serviços sociais ofertados pela unidade. Nestas oportunidades pude conversar com estes trabalhadores e entender um pouco sobre suas perspectivas em relação ao processo de migração temporária, das dificuldades que enfrentavam para encontrar meios de subsistência na região, etc.

Outra oportunidade, desse período de trabalho no CRAS, adveio das reuniões com as associações e as lideranças comunitárias rurais, nas quais a preocupação com a crescente seletividade de trabalhadores aceitos pelos novos processos de trabalho nos canaviais, devido ao intensivo processo de mecanização, era evidente. De acordo com seus relatos, muitos trabalhadores não conseguiam mais migrar ou o faziam para regiões mais diversificadas e em condições de trabalho cada vez mais precárias. Nesses diálogos, eles também abordavam as condições precárias de trabalho na própria região, que, afetada pela seca, pela fragilidade das políticas públicas voltadas ao campesinato e pelo brutal avanço do agronegócio – via monocultivo de eucalipto e mineração - não permitia a reprodução dos trabalhadores e suas famílias de forma digna. Era nestes espaços coletivos que também ficava evidente a projeção política dos problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores, os quais, frente às muitas dificuldades, têm na organização coletiva a esperança de modificar sua realidade.

Estes elementos despertaram, mais uma vez, várias perguntas sobre a situação da região, muitas delas trazidas pelos próprios trabalhadores que colocavam em pauta dúvidas e possibilidades de alternativas para a situação degradável vivida por eles. Foram estas perguntas que me direcionaram a estudar a questão agrária na região e a buscar a essência das relações entre estes indivíduos e a realidade social em que vivem.

Estudar, investigar, escrever e explicitar a realidade da questão agrária no Vale e a brutal desigualdade que o assola, é o meio pelo qual enxergo alguma possibilidade de contribuir para a luta cotidiana travada por aqueles sujeitos. Portanto, a realização deste projeto tem também um caráter político, que se demarca na possibilidade de instrumentalizar e fortalecer os diversos grupos e movimentos sociais que lutam contra os avanços do capital, a expropriação da riqueza, a superexploração e o crescimento da miséria no Vale do Jequitinhonha. Como ensina Eduardo Galeano (2010, p.370): “Alguém escreve para tratar de responder as perguntas que zumbem na cabeça, moscas tenazes que perturbam o sono, e o que alguém escreve logra um sentido coletivo quando de algum modo coincide com a necessidade social de resposta”.

INTRODUÇÃO

“O desenvolvimento é uma viagem com mais naufragos do que navegantes”, afirma Galeano (2010), alertando-nos que nas correntezas do “subdesenvolvimento” naufraga uma imensa parte daqueles que sustentam essa viagem: a classe trabalhadora desapropriada dos meios de produção e subjugada à mercantilização da vida através da venda de sua força de trabalho. Naufragos da contraditória produção de riquezas, inerente ao modo de produção capitalista que, quanto mais se desenvolve, mais joga ao mar da miséria os trabalhadores. Estes explorados submergem à fome, à exclusão, à expropriação, à violência, frutos da miséria inerente à lei geral da acumulação capitalista (MARX, 2013).

Neste trabalho, realizamos o esforço de buscar os elementos que explicitam a dialética do desenvolvimento capitalista a partir da realidade da América Latina, de modo a compreender as particularidades que se manifestam nessa região que, apesar da intensa produção de riquezas, tem a miséria dos seus trabalhadores como realidade constante. Buscamos explicitar, pois, os fundamentos da contradição entre capital e trabalho e os elementos que particularizam suas manifestações concretas para compreendermos aspectos singulares das mesmas em uma região específica, o Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais.

Nosso objeto de estudo específico é *a relação entre a migração temporária dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha (MG) e a superexploração de sua força de trabalho no setor sucroalcooleiro na atualidade*. Para chegar os elementos centrais à sua compreensão partimos de uma perspectiva crítica, apreendida na tradição marxista, de que as manifestações singulares das relações sociais estão inscritas numa “totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO 2011, p.55-57). Assim construímos um caminho teórico e metodológico que, ao explicitar a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capital e suas particularidades na América Latina, manifestas a partir da dependência estrutural, buscou explicitar as contradições dessa dinâmica e construir as mediações necessárias para compreender as peculiaridades das condições de trabalho e reprodução dos migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha.

A nossa hipótese central é que a superexploração da força de trabalho, mediada pela migração temporária, ganha, na condição estrutural do desenvolvimento desigual e

combinado no Vale e frente à primazia do agronegócio no Brasil, um elemento particular que a aprofunda ainda mais. Para chegar aos elementos que explicitassem esse aprofundamento estruturamos o nosso trabalho a partir da seguinte pergunta-chave: Quais são os processos histórico-estruturais - inerentes à particularidade do capitalismo dependente brasileiro - que definem a singularidade da questão agrária no Vale do Jequitinhonha?

Esta questão suscitou outras, a partir das quais buscamos nortear a nossa pesquisa: Qual é a essência do capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira? Qual é o significado da questão agrária na luta de classes no capitalismo dependente? Como se expressam as contradições do desenvolvimento capitalista dependente nas condições concretas de realização do trabalho no campo brasileiro? Qual é o papel das regiões brasileiras consideradas subdesenvolvidas, particularmente do Vale do Jequitinhonha na dinâmica geral da produção de valor no Brasil? Qual a essência e o impacto para o Jequitinhonha do cerco da terra pelo capital e da concretização de uma política de Estado atrelada ao movimento hegemônico do mesmo? Como a configuração atual da questão agrária, dentro e fora do Jequitinhonha reverbera sobre a reprodução dos trabalhadores, particularmente os trabalhadores do campo? Qual o impacto da migração temporária dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha na composição da superexploração de sua força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro?

O projeto inicial deste trabalho, já modificado no momento da qualificação, era investigar a migração temporária de forma ampla, a partir de uma metodologia que ultrapassasse as tradicionais pesquisas demográficas e trouxesse à tona os complexos elementos materiais e subjetivos que circunda a mobilidade temporária do trabalho dentro e fora do Jequitinhonha. A proposta era investigar a partir da realidade contemporânea dos trabalhadores e comunidades e dar espaço às suas narrativas e suas perspectivas acerca do processo, por eles vivenciados. Apesar de já termos cumprido todos os trâmites burocráticos referentes às questões éticas e de toda a empolgação para a sua realização, avaliamos que, frente a escassez de tempo, mas, principalmente, de recursos financeiros, seria inviável, pelo menos enquanto um projeto de mestrado. Fizemos cortes e modificações nos objetivos e na metodologia originais, mas mantivemos o tema central o debate a migração temporária articulado ao debate da dependência e da questão agrária.

A mudança nos permitiu qualificar um projeto mais enxuto, mas, ao mesmo tempo, a investigação do significado da questão agrária na luta de classes no capitalismo dependente, nos exigiu abrir uma janela de diálogo com o debate da relação questão agrária/question social no Brasil. À proposta apresentada na qualificação, acrescentamos a possibilidade de buscar elementos que, ainda que insuficientes, tragam para o debate uma nova perspectiva sobre aquela relação, perspectiva esta percebida ao longo do processo de estudo sobre a questão agrária.

Essa mudança se justifica pela própria relação dos assistentes sociais com a apreensão da questão agrária, cuja dificuldade apresentada, “faz com que o próprio conceito de questão social reduza-se às suas manifestações mais singulares”, conforme afirma Sant’Ana (2012, p.177). Assim compreendemos que todo esforço para trazer debates que contribuam para a apreensão da questão agrária na América Latina é extremamente necessário, pois pode ampliar as possibilidades de uma melhor compreensão das contradições entre capital e trabalho nos marcos do capitalismo dependente. A questão central que se colocou no processo de investigação foi: **Podemos tratar a questão agrária apenas como mais uma expressão da questão social? Ou precisamos ampliar o debate para a perspectiva de que a questão agrária tem centralidade na própria conformação das contradições capital x trabalho na América Latina?**

Esta é uma questão que certamente ultrapassa o escopo deste trabalho e que requer outro foco e fôlego de investigação que não os do momento, mas, como afirmamos acima, trazê-la aqui faz parte de um esforço teórico e político de colocar esse debate na pauta do dia da profissão, cuja produção sobre o tema ainda é muito periférica. Portanto, ainda que tratada aqui de maneira insuficiente, necessita ser posta em debate e, certamente, será objeto dos nossos próximos estudos. A discussão aberta por esta questão será apresentada no capítulo 2 do trabalho e dialoga diretamente com os demais capítulos.

O objetivo geral atrelado à hipótese e às perguntas-problema foi o de analisar a relação dialética existente entre a forma-conteúdo da reprodução social da família camponesa do Vale do Jequitinhonha e o domínio do grande capital financeiro monopolista produtor de *commodities* agrícolas no Brasil. Para lograr alcançar dito objetivo, trabalhamos especificamente em quatro sentidos dialeticamente articulados, que também são os direcionadores de cada capítulo do trabalho: 1) explicitamos de maneira breve as

características do desenvolvimento capitalista dependente para apreender a conformação histórica da questão agrária no país e suas manifestações no século XXI; 2) colocamos em debate a relação superexploração/questão agrária e questão social, buscando os particulares elementos estruturantes da mesma no capitalismo dependente; 3) trouxemos o debate da terra e do trabalho e sua centralidade para o capital bem como os elementos contemporâneos da questão agrária no Brasil; 4) analisamos o processo de migração temporária dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha a partir da realidade contemporânea da questão agrária dentro e fora da região para evidenciar as peculiaridades que envolvem a superexploração da força de trabalho destes trabalhadores.

Tendo em vista a indissociabilidade entre o “*tratamento teórico e a formulação metodológica*” (NETTO, 2011) elencamos conjuntos de categorias e elementos que foram debatidos ao longo dos quatro capítulos que compõem este trabalho, a partir da compreensão de que as mesmas se articulam mutuamente na formação dinâmica da totalidade concreta: Desenvolvimento desigual e combinado; Dependência; Subdesenvolvimento; Questão social; Questão agrária; Desigualdade; Superexploração; Desigualdade regional; Migração temporária.

O aporte teórico adotado vem da tradição marxista e, particularmente, da crítica da economia política latinoamericana, a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD). De acordo com Traspadini e Stédile (2011) a TMD criou um referencial peculiar sobre o entendimento do movimento do capital sobre a América Latina, a partir dos esforços de intelectuais que buscaram ir além do marxismo eurocêntrico e contra as interpretações da hegemonia intelectual da década de 1960 para buscar novas interpretações sobre a realidade concreta deste território, submerso ao subdesenvolvimento.

Os precursores da Escola da Dependência foram Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Teotônio dos Santos, intelectuais marcados pelas múltiplas violências do exílio, que pelo seu compromisso de classe, transformaram o momento da hostilização em uma frutífera oportunidade de construção teórica e política crítica. Desses, a nossa referência neste trabalho é Marini, cujo rigor teórico metodológico, arraigado no materialismo histórico dialético dará à TMD um conteúdo imprescindível para a compreensão da realidade da América Latina, no qual a crítica da economia política é central (TRASPADINI; STÉDILE, 2011)

Florestan Fernandes não fez parte do grupo citado acima, mas tinha iguais preocupações e indagações que dialogavam com o engajamento deste grupo e com a sociologia crítica latinoamericana. Em Florestan encontramos igual rigor na investigação sociológica, na busca de desvendar o padrão de desenvolvimento dessa sociedade e questionado seus rumos com especial atenção aos sujeitos e grupos e sua ação histórica. Sob influência do trotskismo, constrói sua investigação pautada no debate do desenvolvimento desigual e combinado e busca nas raízes históricas herdadas das colonizações e da escravidão os elementos para a interpretação sociológica da dramática realidade social e política da do Brasil, como se vê, por exemplo, em “A revolução Burguesa no Brasil”.

Marini e Florestan são, portanto, nossas referências principais e buscamos construir um diálogo entre ambos ao longo do trabalho, o qual, somado a leitura de outros autores da tradição marxista e do próprio Marx, fomenta a investigação e exposição aqui realizadas.

A escolha de Marini e Florestan e dos demais teóricos latinoamericanos que aparecem ao longo do trabalho, não é uma escolha aleatória, ela se assenta na confluência de ideias em dois pontos: 1) na perspectiva política que direcionou tais autores na sua construção teórica, com o evidente posicionamento dos mesmos junto às lutas populares pela construção de uma sociedade verdadeiramente independente dos desmandos do capital financeiro monopolista – opção política que nos inspira, instiga e convida ao diálogo-; e 2) no rigor teórico-metodológico que lhes permitiu uma elaboração singular sobre a realidade latino-americana e brasileira. Estes autores conseguiram relacionar a totalidade das contradições sociais inerentes ao capital, com as determinações específicas de cada região e no interior das mesmas. Partir destes referenciais para o debate atual da questão agrária nos permite explicitar, desde o início, um posicionamento teórico sobre a análise que faremos das categorias acima relatadas.

Demarcamos a América Latina como o território concreto no qual se enraíza o debate proposto, mas, pela delimitação do objeto, centramos nossa análise na realidade brasileira. Assim, apreendemos o desenvolvimento capitalista no país – entendido neste trabalho, como processo de modernização conservadora e disparador da essência da desigualdade combinada que lhe é inerente, frente a aparência de progresso, industrialização, urbanização – como reprodutor das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo. Entendendo que, por ser desigual, o próprio metabolismo do desenvolvimento do capital se

particulariza a partir das condições da formação sócio-histórica de cada lugar onde se enraíza sua produção-reprodução (FLORESTAN 2006, 1975; MARINI 2012; FRANK, 1967).

No Brasil, assim como em toda a América latina, é a dependência que explicita as particularidades do desenvolvimento desigual. A **dependência** será tratada neste trabalho como categoria analítica central e, segundo Marini, deve ser entendida como “relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.141). A dependência se reproduz no contexto em que a dominação imperialista, inerente ao capitalismo monopolista define, na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), as funções de cada rincão do planeta na produção social geral da riqueza capitalista. A dependência, característica do capitalismo particular da América Latina, é indissociável do desenvolvimento em geral, cuja matriz desigual e combinada explicita a gênese e desdobramento histórico de dita condição.

Na dialética do **desenvolvimento capitalista desigual e combinado**, nos termos de Mandel (1985), o intercambio desigual permite aos países centrais drenarem as riquezas produzidas na América Latina e resolverem parte do problema estrutural de crise na acumulação de capital: *a tendência à queda da taxa de lucro com a aceleração tecnológica* (MANDEL, 1985). Por sua vez, as economias dependentes compensam internamente as perdas no âmbito externo, estabelecendo uma particular forma de exploração da força de trabalho – superexploração - e o uso irracional dos recursos naturais como mecanismos “normais” de produção de valor (MARINI 2011; FERNADES 2006, 1975; FRANK, 2012).

Partimos da categoria **superexploração**, nos termos de Marini (2011), como a característica *sui generis* do capitalismo dependente, resultado do movimento particular da lei geral da acumulação capitalista nos países dependentes, os quais, inseridos num processo de troca desigual, têm na superexploração um mecanismo de compensação. Marini (2011, p. 149) identifica três mecanismos que a conforma como a “intensificação do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”. O autor chama atenção para a necessidade de compreender a superexploração para além dos seus aspectos econômicos, trazendo também seus aspectos políticos e sociais.

De maneira convergente, Florestan Fernandes (2006; 2008) traz outros elementos que enriquecem a compreensão da superexploração, ao explicitar a dinâmica da sociedade brasileira, onde a desigualdade – econômica, social, política e cultural, aprofunda cada vez mais o abismo entre as classes sociais. Traz também a compreensão da dinâmica desigual e combinada do capital onde, a reprodução, pelo capital, de formas não-capitalistas de produção, principalmente no campo, sobre as quais os mecanismos do desenvolvimento dependente incidem de maneira a possibilitar a apropriação de parte do valor ali produzido pelo capital, submetendo o trabalhador inserido neste processo às mais precárias condições de reprodução.

Nas particulares situações históricas latino-americanas a **desigualdade** conforma possibilidades únicas de apropriação de riqueza pelas classes dominantes internas e externas. Para conceituar o que entendemos por desigualdade partimos da tradição marxista, que nos permite apreender o processo anárquico inerente a três movimentos conexos: 1) a concorrência intercapitalista entre burguesias internacionais e nacionais que definem através de uma única produção conectada mundialmente uma taxa média de lucro a partir da qual os monopólios tenderão a apropriar-se da mais-valia extraordinária (MARX, 2013; MANDEL, 1985); 2) a relação capital-trabalho em que a base social da produção da riqueza capitalista se baseia na condição de expandir o tempo de trabalho excedente e contrair o tempo de trabalho socialmente necessário, processo do qual emana a extração de mais-valia por um lado e, por outro, a expansão da miséria da classe trabalhadora (MARX, 2013); 3) Nos matizes estruturais do racismo e do patriarcado², as quais são, juntamente com a separação de classes, os pilares estruturais da sociedade capitalista e instituem formas perversas de superexploração, dominação e opressão fundamentadas em diferenciações étnico-raciais e de sexo (DAVIS, 2013; SAFFIOTI, 2014; CISNE, 2012).

Frente a primazia da propriedade privada, o desigual o acesso a terra, aos meios de produção e ao poder, condicionam a apropriação da riqueza produzida, o pagamento de salários abaixo do nível de sobrevivência dos trabalhadores e de saqueio dos recursos naturais, uma vez que o passado colonial consolidou a matriz da acumulação primitiva de capital atrelada a apropriação privada da terra, que será legalizada no período da

² O debate concernente a indissociabilidade entre classe, sexo/gênero e raça/ etnia como estruturantes do capitalismo e perpetuadores da desigualdade inerente à sociedade burguesa tem orientado nossos estudos e a pertinência e importância do mesmo não nos permite ignorá-lo neste trabalho, ainda que não tenhamos condição de ampliar a investigação de modo dar centralidade ao mesmo, compreendemos a necessidade teórica e política de explicitar o seu espaço na realização das nossas investigações.

independência formal. Assim, a questão agrária se consolida como um processo necessário a acumulação de capitais e se aprofunda de forma arraigada ao processo de acumulação sob a égide do capitalismo monopolista e sua atualidade altamente financeirizada.

Consideramos a **questão agrária** retomando seu acento na elaboração de Karl Kautsky (1968), que a entendia como a manifestação da clássica relação contraditória entre capital-trabalho, a partir da organização da produção e do trabalho no campo nos marcos dos desdobramentos do capital. De acordo com este autor, a questão agrária apresenta mudanças históricas e particularidades em cada região ou país, resultado da própria lógica de produção da mercadoria, de aceleração da relação entre o capital constante e o capital variável – composição orgânica de capital e rotação do capital - e compreendê-la requer ampliar o olhar para além da agricultura. É necessário considerá-la inserida no mecanismo completo da produção e apropriação do valor, da metamorfose da mercadoria em capital, valor que se valoriza a partir da exploração da força de trabalho. Como campo de investigação, a questão agrária fundamenta o estudo sobre as formas de propriedade, posse e uso da terra e do modelo de produção agrícola desenvolvido, bem como das tensões e contradições que dele resultantes e seus desdobramentos sobre o trabalho (STÉDILE, 2013). Nesse sentido, entendemos a questão agrária é um elemento de primeira ordem nas particularidades da questão social presente no capitalismo dependente latinoamericano.

O monopólio privado das terras, a superexploração da força de trabalho e a espoliação dos recursos naturais apresentam-se como fundamentos da dialética da dependência, desdobramento do intercâmbio desigual e da continuidade do processo de acumulação e valorização do capital (MARINI, 2011; FERNANDES, 2008). Assim a desigualdade também se diversifica e se aprofunda dentro das próprias fronteiras dos países, ditando a cada região a função da terra e do trabalho na dinâmica geral do desenvolvimento do capitalismo dependente, que arrasta consigo o subdesenvolvimento, seu irmão gêmeo siamês inseparável

A concentração e centralização da riqueza, socialmente produzida, por uma minoria liderada pelo capital financeiro nacional e internacional, têm como contraface a extrema desigualdade e o aprofundamento das mazelas sociais que assolam a maioria dos trabalhadores no país. Tal condição estrutural do capitalismo dependente é a expressão do desenvolvimento desigual, cuja faceta indesejável e inevitável é o subdesenvolvimento (FERNANDES 1975, 2008; FRANK, 1967; MARINI, 2012).

A ideologia do desenvolvimento como sinônimo de modernização, urbanização, tecnificação, é a mesma que oculta, intencionalmente, a essência da relação desigual - e de drenagem de riquezas similar ao que ocorre de fora para dentro - entre as regiões brasileiras consideradas desenvolvidas e dotadas de “progresso” e aquelas tidas como subdesenvolvidas e fracassadas, como é o caso do Vale do Jequitinhonha. Essa tipologia classificatória burguesa esconde a natureza sócio-histórica do desenvolvimento desigual e combinado inerente à gênese e desenvolvimento do capital, invisibiliza a questão agrária no país e criminaliza a luta dos trabalhadores rurais pela terra, pelo trabalho livre e pela dignidade.

No Vale, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente escancaram, no ideário do desenvolvimento, o subdesenvolvimento, processo que conforma um estigma sobre a região como a “mais miserável do país”. Nesta região, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente e a questão agrária encarnam uma realidade histórica que impõe aos trabalhadores as mais precárias condições de reprodução e de forma ainda mais brutal à parcela expressiva destes trabalhadores que vive no campo. O cerco capitalista das terras e a omissão do Estado - omissão entendida como *ação e intenção* (MARTINS, 1980) projetam aos trabalhadores rurais a realidade “dividida” entre a reprodução camponesa e o trabalho assalariado nos grandes centros do agronegócio, mediada pela migração temporária.

A **migração temporária** é uma forma peculiar de mobilidade do trabalho, cuja acentuação, a partir da década de 1970 no Brasil, está umbilicalmente ligada ao avanço do capital monopolista sobre campo. Neste trabalho ela é abordada como a mediação entre o desenraizamento camponês e a superexploração de força de trabalho nas grandes lavouras canavieiras. Esta é a forma mais dramática de migração, segundo Martins (2002), ela é a mediação de um processo de desenraizamento que impulsiona um conjunto de transformações que envolvem o(a) trabalhador(a) que migra, mas também os que ficam e os que com eles(as) se encontram. Ela que modifica o cotidiano da *origem* e do *destino*, e nenhum nem outro pode permanecer os mesmos frente à mobilidade destes trabalhadores, que, mesmo sendo temporária, é permanente, como afirma Maria Aparecida de Moraes Silva (2007).

Sobre a relevância deste trabalho, compreendemos que ela se reforça em 3 planos:

1) No esforço empreendido em realizar um diálogo entre categorias e debates que, apesar de serem feitos separadamente, ainda não se encontram conjuntamente em muitas produções acadêmicas. Partimos da concepção de desenvolvimento desigual e combinado

trazida por Mandel (1985) e da TMD, principalmente a partir das produções de Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, para estudar a questão agrária e seu significado para a questão social na América Latina, bem como sua relação com a mobilidade do trabalho e a superexploração da força de trabalho expressas na migração temporária de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha. Assim, é relevante porque abre mais uma perspectiva de investigação para estes temas, contribuindo, particularmente, com a sua apreensão no campo do Serviço Social, com o qual, dado que é o campo que atuamos, pretendemos dialogar de forma direta.

2) Na inexpressiva produção teórica sobre a realidade do Vale Jequitinhonha a partir da TMD³, uma vez que, a maior parte das análises sobre a região baseiam-se em referenciais teóricos e políticos que se mantêm externos à dinâmica desta localidade. Ainda que esta situação não se limite às observações sobre a região, compreendemos que tais estudos podem trazer consequências políticas importantes, nos cabendo atentar para esta situação na região que estudamos. Muitas das reflexões feitas sobre os Vale partem de modelos pré-concebidos de desenvolvimento e analisam o que “falta”, logo, não levam em conta as particularidades determinantes para que o Jequitinhonha não se apresente como proposta de desenvolvimento possível dentro de sua própria realidade. Estes estudos⁴ insistem em mostrar apenas a pobreza, que é real, mas que não se explica por si só. Ao apresentarem o subdesenvolvimento desta região como fruto da falta de desenvolvimento, tais perspectivas reforçam a própria lógica do desenvolvimento capitalista e os interesses políticos e econômicos de uma minoria robusta que lucra com tal desenvolvimento em detrimento da maioria da população que se vê, historicamente, imersa na pobreza e no subdesenvolvimento. O desenvolvimento desta pesquisa nos permite afirmar que tal pobreza é a aparência das contradições imanes ao desenvolvimento capitalista e suas determinações para a região.

3) na necessidade de evidenciar em meio às contradições, tanto as raízes do desenvolvimento do subdesenvolvimento, quanto às potenciais possibilidades de superação deste cenário no contexto concreto de vida destes trabalhadores. A riqueza capitalista, extraída da terra e do trabalho no Brasil em geral, e nos Vales em particular, é ao mesmo tempo, geradora da histórica pobreza territorial e do contraponto potencial do trabalho à

³ Encontramos os trabalhos de Cardoso (2014) e Ramalho (2014) que marcam a TMD como perspectiva teórica; Encontramos com perspectivas aproximadas os trabalhos de Leite (2015) e Servilha (2015). Isso não significa que outros trabalhos não façam significativos debates e análises sobre a região e com os quais dialogamos. Significa apenas que abordam desde outra perspectiva.

⁴ Dentre os quais se destacam os estudos técnicos financiados pelo Estado (CODEVALE 1970; 1975; 1976; BRASIL, 2006; 2010;)

história dominante. Em outras palavras, os deserdados da terra, migrantes e superexplorados são a fonte das duas riquezas em movimento: a geradora de sua pobreza e a conformadora de outro processo necessário e possível. Considerando os compromissos éticos e políticos que norteiam nossa atuação profissional, acadêmica e militante, apreendidos da formação no Serviço Social, afirmamos que desvelar os elementos contraditórios desta realidade é somar forças junto a estas trabalhadoras e trabalhadores na busca de novos caminhos, mais dignos e mais justos, onde seus corpos e sua terra não sejam meras mercadorias a disposição do capital.

Sobre a metodologia, nos referenciamos numa perspectiva teórica crítica a partir do materialismo histórico dialético e afirmamos o método dialético como a base da investigação e análise que resultaram no presente trabalho. Netto (2011), ao abordar as questões metodológicas a partir da obra de Karl Marx, aponta que as categorias de *totalidade*, *contradição* e *mediação* são nucleares na análise marxiana das relações sociais. Compreende-se aí, “*uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade*” (NETTO 2011, p.55-57). Cada uma dessas complexidades é regida por legalidades que lhes são peculiares, opera tendências a ela específicas e que não podem ser diretamente relacionadas a outros complexos. A relação entre os diversos complexos é perpassada pela contradição e é a mediação, por fatores que lhes são internos e externos, que as articulam mutuamente na formação dinâmica da totalidade concreta (NETTO 2011).

A concepção metodológica sobre a ciência a partir da realidade e de suas contradições é, numa perspectiva crítica, a demarcação de um posicionamento político, cuja orientação é a luta contra o desenvolvimento desigual e combinado inerente ao modo de produção capitalista. Modo de produção que intensifica as desigualdades e opressões oriundas da exploração da força de trabalho pelo capital no âmbito geral, e da superexploração, no âmbito particular (OSORIO, 2012; MARINI, 2011). Como salienta Alves-Mazzoti (2004 p.139).

A diferença básica entre a teoria crítica e as demais abordagens qualitativas está, portanto, na motivação política dos pesquisadores e nas questões sobre desigualdade e dominação que, em consequência, permeiam seus trabalhos. [...] Coerente com essas preocupações, a abordagem crítica é essencialmente relacional: procura-se investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas.

Nosso estudo teve um caráter histórico-analítico e buscou realizar uma análise que explicita a natureza das relações sociais que engendram a questão agrária como um elemento que particulariza da questão social na América Latina e o aprofundamento da superexploração da força de trabalho como uma realidade para os migrantes temporários. A pesquisa bibliográfica foi o recurso principal utilizado, secundariamente utilizamos a pesquisa documental através de relatórios estatísticos, anuários, censos, dentre outros, elaborados por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (IPEA), Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (DIEESE), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dentre outros.

As principais dificuldades encontradas na realização do trabalho se referem à investigação da migração temporária. Isso se deve às particularidades da mesma, que se inscreve num movimento complexo, que não é mensurado pelas pesquisas estatísticas tradicionais. Assim, não é comum encontrar dados estatísticos sobre o número de migrantes que se fazem anualmente o caminho rumo ao corte de cana e retomam para a região no final da safra, pois não existem pesquisas que os produzam. De acordo com Martins (2002) a migração temporária é a mais dramática forma de mobilidade do trabalho, porque ela é invisível, ou, melhor diríamos, invizibilizada. De todo modo, seguimos a metodologia adotada pelos pesquisadores que são referência para o nosso estudo e buscamos trazer elementos que nos permita a migração temporária para além de sua dimensão territorial e demográfica. “É preciso pensar no deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, pensar os fatores sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração” (MARTINS, 2002, p.133)

O trabalho se divide em de quatro capítulos, mas destacamos que a descrição metodológica em etapas não situa este trabalho numa perspectiva linear e estruturalista da história. Ao contrário, como processo de exposição, as etapas projetadas estão pensadas de forma didática como mecanismo dialógico entre o que produz a síntese e os que a lêem no momento seguinte. Como processo, seu desenvolvimento é permanente e inconcluso, mas suas fases estão delimitadas para o início e fim de cada ciclo da investigação.

No primeiro capítulo nos orientamos pela a seguinte pergunta, já elencada anteriormente: Qual é a essência do capitalismo dependente e suas particularidades na

sociedade brasileira? Neste, perpassamos pelo debate do desenvolvimento desigual e combinado do capital evidenciando seu processo de expansão mundial na fase monopolista, a partir de relações imperialistas de subordinação dos países tecnologicamente menos desenvolvidos pelos países mais desenvolvidos. Assim, explicitamos a dialética do desenvolvimento do capitalismo dependente latinoamericano cuja dinâmica esta arraigada numa dupla articulação, na qual a dependência estabelece tanto nas relações externas com as nações imperialistas, quanto entre as classes dominantes internas, de forma dialética e inseparável.

No segundo capítulo, as questões norteadoras foram: Qual é o significado da questão agrária na luta de classes no capitalismo dependente? Neste, levantamos a discussão da questão social, a partir da construção de mediações que explicitassem suas particularidades no capitalismo dependente e, especificamente, no Brasil. Para tanto, trouxemos à tona o debate da desigualdade que sustenta o desenvolvimento capitalista dependente, e da inseparabilidade entre a superexploração e a questão agrária, apontando-as como elemento estruturante das particularidades da questão social.

No terceiro, a questão central foi: Como se expressam as contradições do desenvolvimento capitalista dependente nas condições concretas de realização do trabalho no campo brasileiro? Neste realizamos a discussão da questão agrária na contemporaneidade, colocando em debate a atualidade da renda da terra, da relação de drenagem de valor do setores não-capitalistas pelos capitalistas e a criação sujeição dos primeiros pelo capital; também abordamos a dinâmica da economia do agronegócio no século XXI e seus impactos no aprofundamento da superexploração da força de trabalho, da desigualdade social e da espoliação dos recursos naturais, bem como o seu avanço sobre os recursos públicos em detrimento das políticas sociais para a classe trabalhadora.

No último capítulo nossas questões foram: Qual é o papel das regiões brasileiras consideradas subdesenvolvidas, particularmente do Vale do Jequitinhonha na dinâmica geral da produção de valor no Brasil? Qual a essência e o impacto para o Jequitinhonha do cerco da terra pelo capital e da concretização de uma política de Estado atrelada ao movimento hegemônico do mesmo? Como a configuração atual da questão agrária, dentro e fora do Jequitinhonha reverbera sobre a reprodução dos trabalhadores, particularmente os trabalhadores do campo? Qual o impacto da migração temporária dos trabalhadores do Vale

do Jequitinhonha na composição da superexploração de sua força de trabalho no capitalismo dependente brasileiro? Este é o capítulo que contempla a exposição na realidade concreta dos elementos e categorias debatidos nos capítulos anteriores. Neste buscamos amarrar os debates expostos para mostrar o “lugar” do Jequitinhonha na dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado. Assim, abordamos a dinâmica da migração temporária e do trabalho no setor sucroalcooleiro, aos quais são submetidos milhares de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha desde a década de 1970, tendo em vista a dinâmica geral na qual esse movimento se inscreve. Buscando explicitar a realidade concreta da luta de classes nesse processo, evidenciamos as peculiaridades da mobilidade temporária do trabalho, os elementos que a determina e seus impactos sobre os trabalhadores. Elencamos os elementos atuais da questão agrária na região, para mostrar como este processo se retroalimenta e trouxemos os movimentos dos trabalhadores do Vale, migrantes e não migrantes na luta contra os desmandos do capital.

1. A ESSÊNCIA DO CAPITALISMO DEPENDENTE E SUAS PARTICULARIDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA.

A questão central deste capítulo é um desdobramento da questão-problema central deste trabalho: *Qual é a essência do capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira?* Com o intuito de levantar elementos reflexivos que nos aproximem de uma possível resposta, nossa intenção neste capítulo é estabelecer um diálogo categorial entre três importantes autores do marxismo (Ernest Mandel, Florestan Fernandes, Ruy. M. Marini), com o fim de estabelecer o encontro categorial que explicita a natureza e a estrutura do capitalismo dependente brasileiro.

Desse modo, abordaremos neste capítulo os aspectos centrais do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil como particularidade na dinâmica geral do desenvolvimento desigual e combinado capitalista. O desenvolvimento capitalista no Brasil tem sua dinâmica arraigada na dupla articulação dependente, na qual a dependência apresenta-se como condição estrutural tanto nas relações externas com as nações imperialistas, quanto entre as classes dominantes internas, de forma dialética e inseparável (FLORESTAN, 2006). Dessa articulação resulta o aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, o que imprime na particularidade das condições internas da realidade brasileira processos particulares que se expressam através da superexploração da força de trabalho e do monopólio privado da terra, dos meios de produção e do capital no país.

A categoria dependência explicita a dialética do desenvolvimento do capitalismo periférico latino-americano, cuja dinâmica está arraigada na histórica relação desigual e complementar que a América Latina cumpre nos marcos hegemônicos das economias imperialistas que definem a função, em cada época, de cada país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT). De acordo com Ruy Mauro Marini, a dependência é entendida como “a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.135).

A concentração e centralização do capital manifesta-se na apropriação privada pelo capital da riqueza socialmente produzida pela força de trabalho que define a mercantilização da terra e dos meios de produção por uma minoria de gigantes monopólios com o fim de

realizar o lucro. Este processo irradia uma extrema desigualdade e o aprofundamento das mazelas sociais que assolam a grande maioria de trabalhadoras e trabalhadores como um todo. Tal desigualdade, como fundamento estrutural do capital, é a expressão do das leis gerais do movimento do capital ao longo da história, cuja faceta indesejável e inevitável é o subdesenvolvimento, entendido como resultado do próprio processo do desenvolvimento desigual e dele inseparável (FRANK, 1967). Mandel, em “Capitalismo tardio”, ao referir-se à categoria subdesenvolvimento explica que “do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho)” (MANDEL, 1985, p.40).

O desenvolvimento particular do capitalismo dependente, dialeticamente, determina e é determinado pela a continuidade da acumulação primitiva que alimenta o capitalismo, desde a sua gênese, e fomenta o poder das burguesias dominantes internacionais e internas. E na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente, o subdesenvolvimento manifesta-se nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e também reproduz internamente uma dinâmica desigual e articulada entre as diversas regiões e dentro delas, delineando a função da terra e do trabalho em conformidade com os interesses dominantes. O subdesenvolvimento dentro da economia subdesenvolvida condiciona o poder de algumas regiões metropolitanas, assim como o subdesenvolvimento do Brasil, por exemplo, exprime o ritmo do processo hegemônico das economias imperialistas (MANDEL, 1985; FRANK, 1967; FERNANDES, 1975).

1.1. A dominação imperialista e a dependência estrutural no Brasil

De acordo com Mandel (1985), é através do mercado mundial (DIT) que o capitalismo se estrutura enquanto um sistema mundial desigual e combinado. A própria formação e estrutura do mercado capitalista é fruto da lógica da apropriação privada da produção social de riqueza que, para o autor, deve ser entendido como “um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semi-capitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas e dominadas pelo mercado capitalista mundial” (MANDEL, 1985, p.32). Sendo assim, a desigualdade entre as nações que o compõe é inerente às próprias relações engendradas pelo capitalismo em suas várias fases, ao longo de mais de trezentos anos. Cada

nação cumpre, no intercâmbio comercial realizado no mercado mundial, funções determinadas pela dinâmica necessariamente desigual do modo de produção capitalista como um todo, a partir da lógica determinante da acumulação e valorização do capital.

A mundialização do capital, sob o domínio imperialista a partir da era dos monopólios, consolida novas dinâmicas de acumulação primitiva que, diferentes e conexas, se reproduzem nas diversas economias a depender do seu grau de desenvolvimento das forças produtivas e, dialeticamente, determina o conteúdo e a forma desse desenvolvimento em cada nação. De maneira mais explícita, o processo de mundialização se deu a partir da integração dos países periféricos ao mercado mundial pela desigual e complementar DIT e não apenas pelas relações mercantis no interior de cada uma das nações que compõem o sistema mundo (MANDEL, 1985; MARINI, 2011). Este processo desigual implicou para a América Latina após as “independências formais” consolidadas no século XIX, na especialização para o fornecimento de produtos primários que tinham a função de baratear duas situações concretas nas economias centrais: 1) os preços das matérias-primas utilizadas na produção das mercadorias bens de consumo que seriam exportadas para o mundo; e 2) os preços dos alimentos que seriam consumidos pelos trabalhadores com o fim de que seus salários conseguissem comprar uma maior variedade de bens, dado o preço para baixo que pagavam pelos produtos vindos da América latina (MARINI, 2011).

A partir da inserção na DIT, as nações latino-americanas, politicamente independentes mas economicamente subdesenvolvidas, centraram-se na produção agrícola voltada à exportação de bens primários para as economias centrais, o que gerou mais do que a acumulação de capital interno, necessário ao seu posterior desenvolvimento, gerou, antes disso, uma intensiva drenagem na forma de transferência de valor das economias da América Latina para as economias imperialistas, fruto do intercâmbio desigual entre mercadorias produzidas em níveis muito diferentes de produtividade média do trabalho. Ou seja, entre a forma-conteúdo da produção das mercadorias produzidas com alta produtividade do trabalho nos centros, devido ao desenvolvimento tecnológico, e mercadorias produzidas com baixa produtividade do trabalho na periferia (MANDEL, 1985; MARINI, 2011) “(...) era a troca de menos trabalho por mais trabalho que, inevitavelmente, conduziu a um escoamento, a um fluxo para fora de valor e capital desses países em benefício da Europa Ocidental” (MANDEL, 1985: 35) e, posteriormente, dos Estados Unidos (FERNANDES, 1975).

Para Mandel (1985), “o sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado” e o imperialismo é o fenômeno que confirma tal validade à medida que reflete a unidade entre desigualdade econômica e desigualdade política. O desenvolvimento desigual estrutura relações hierárquicas entre as nações, situação que também é determinada pelas diferenças nas relações de produção entre estas economias. Com critérios metodológicos, este autor situa o domínio imperialista em dois momentos: *o imperialismo clássico* (1880-1940) e *o capitalismo tardio* de 1940 em diante. Essa divisão é importante para demarcar, em termos analíticos, os acontecimentos históricos que consolidaram o próprio imperialismo como forma dominante nas relações mundiais, processo irreversível dentro do próprio capitalismo. Abordando, desde a realidade latino-americana e brasileira, Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes situam, dentro deste interstício temporal, como as mudanças no modo de produção capitalista consolidaram para a América Latina e o Brasil um desenvolvimento capitalista dependente atrelado aos interesses imperialistas, que não pode ser, se não, a raiz do subdesenvolvimento.

Lenin (2011), um dos principais teóricos do imperialismo clássico, afirma que na etapa superior do capitalismo, são os monopólios que definem o ritmo da produção e da circulação, e em ambas o capital financeiro – entendido como a fusão entre o capital produtivo e o capital bancário - ganha centralidade. Através do monopólio constituído pelos bancos na acumulação via capital portador de juros, uma restrita oligarquia financeira passa a dominar de forma deliberativa o setor produtivo. O Estado burguês, por sua vez, também passará por alterações significativas e aumentam tanto suas funções políticas e bélicas, quanto as funções econômicas de sua intervenção nas relações sociais. Na era dos monopólios consolida-se a exportação de capitais (na forma mercadoria e na forma dinheiro) e o mundo é repartido, através da guerra intercapitalista, entre as nações imperialistas. Estas poucas gigantes nações sedes dos grandes capitais monopolistas concentrados e centralizados em poucas mãos determinam às nações subdesenvolvidas o ritmo e o tipo de desenvolvimento que lhes cabe dentro da lógica da manutenção e expansão do imperialismo. Nos termos de Mandel (1985, p.36):

na era do imperialismo houve uma mudança radical em toda essa estrutura e o processo de acumulação de capital em economias anteriormente não capitalizadas passou também a subordinar-se à reprodução do grande capital

do Ocidente. A partir desse ponto, foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pelas classes dominantes locais que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado “Terceiro Mundo”. Este último via-se, agora, forçado a complementar as necessidades da produção capitalista dos países metropolitanos. Isso não era apenas uma consequência indireta da concorrência de mercadorias mais baratas provenientes dos países metropolitanos; era, acima de tudo, resultado direto do fato de que o próprio investimento de capital vinha desses países metropolitanos, e só estabelecia as empresas que correspondessem aos interesses da burguesia imperialista.

Essa nova fase capitalista teve por interface a drenagem de excedente econômico das economias dependentes para as metrópoles e, conseqüentemente, a restrição da acumulação de capital a ser retida nos próprios países periféricos. No entanto, a dominação imperialista sobre os países periféricos não se deu de forma automática e unilateral, pois teve como condição um complexo de relações sociais e econômicas, protagonizado pelas classes dominantes internas que, em seu interesse individualista em preservar seu próprio *status quo*, realizou articulações específicas de produção e troca entre as nações imperialistas e as dependentes. As alianças sociais e políticas geradas entre o imperialismo e as oligarquias locais que determinaram o subdesenvolvimento como a forma de desenvolvimento particular do capitalismo latino-americano (FERNANDES, 2008; 1975). No subdesenvolvimento a terra e o trabalho seguem tendo uma dupla função: 1) produzir o valor a ser apropriado pela burguesia nacional; e 2) remeter parte desse valor para a monopolista burguesia internacional.

No Brasil, a dominação externa como realidade histórica, antecede sua constituição como Nação e permanece após a “Independência” (formal). Foram três séculos de dominação do sistema colonial, em que a exploração da existência humana e da terra foi ilimitada, concomitante e em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo nascente e em expansão. A desagregação decorrente do processo colonial não quebrou todas as correntes que resultariam na “independência formal”, antes, criou pontes – políticas – que reencaminharam o processo de dominação assentado em uma nova base concreta sob o monopólio do capital financeiro. Para Fernandes (2006), diferente da experiência da revolução burguesa clássica (inglesa), a constituição do Estado burguês no Brasil, consistiu numa revolução pelo alto, sem mudanças estruturais. Assim, a “Revolução da Independência” não foi precedida por uma revolução econômica onde o poder burguês, que emergia na cena histórica, estivesse assentado, ao contrário, o processo de constituição do Estado Nacional foi

o meio pelo qual a classe dominante pode criar as condições históricas e particulares de uma sociedade de classes no país. Sem autonomia econômica e cultural a burguesia que emerge a partir da revolução nacional reproduz, com muito fôlego, a mentalidade herdada do sistema colonial como base das desiguais relações sociais decorrentes da “nova” realidade nacional. A desigualdade entre as estratificações de classe, a autocracia, a subordinação na relação entre elas e a primazia dos interesses particulares dos estratos dominantes, como se fossem de toda a nação, compuseram o conteúdo histórico da sociedade de classes no Brasil (FERNANDES, 2006).

Após a “Independência política formal”, de forma indireta, via controle de mercado e por, praticamente, meio século, a Metrópole – inglesa - consolidou o controle de posições estratégicas nas esferas comerciais e financeiras e manteve a infra-estrutura exportadora consolidada anteriormente. Situação que nos remete inclusive à compreensão política do “fim da escravidão” como processo ainda mais substantivo de extração de valor na condução do “ex-escravo” como futuro trabalhador livre. A independência política fincou as bases da nova forma de dominação externa, atendeu aos interesses internos dos agentes econômicos privilegiados – oligarquia agrária e nascente burguesia industrial - em recuperar o que era diretamente tomado pela Coroa e criou as condições de consolidação do papel econômico secundário e dependente do país na divisão internacional do trabalho (FERNANDES, 2006; 1975; MARINI, 2011).

Segundo Fernandes (2006), para compreender o significado substantivo da “independência formal” é necessário encontrar a relação entre os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da conseguinte formação de uma sociedade de classes no Brasil, condição estrutural que conformou, na sociedade brasileira, um modo particular de produção capitalista, intensificando as contradições universais a partir da condição histórica anterior colonial. A dupla articulação é em Fernandes (2006) a categoria que explicita as relações históricas e as condições estruturais a partir das quais as classes sociais projetaram as condições para o desenvolvimento capitalista dependente. Por dupla articulação entende-se: 1) articulação externa: entre frações da economia brasileira e as economias centrais (latifúndio na exportação de bens primários e indústria na dependência tecnológica), configurando modalidades de dependência; e 2) articulação interna: entre setores econômicos e suas

distintas formas de produção e exploração da força de trabalho (burguesia industrial moderna e oligarquias agrárias assentadas na reprodução de formas arcaicas de produção como meio exploração do trabalho e de extração de valor).

De acordo com Fernandes (2006), a dupla articulação não é independente uma da outra, ao contrário, as mesmas se articulam dialeticamente, como parte da mesma unidade contraditória que molda a desigual a estrutura da sociedade brasileira. A dupla articulação, é a manifestação da dependência estrutural, que ganha poder explicativo quando é pensada como parte da própria estrutura interna, ou seja, o externo como determinante essencial das contradições internas, componente estrutural que não pode ser extirpado mantendo-se a estrutura, esta concepção põe fim ao mito de uma autonomia burguesa nacional e de seu respectivo desenvolvimento nacional autônomo.

A dupla articulação expressa os limites da revolução burguesa brasileira dada sua própria projeção limitada e subordinada ao plano político internacional sob a hegemonia do capital financeiro monopolista (sem autonomia econômica nem cultural). A burguesia construirá sua hegemonia interna a partir da desigualdade requerida pela dupla articulação. De forma que a hegemonia burguesa se apresentará em:

[...] dois pólos: um interno, representado por classes dominantes que se beneficiam da extrema concentração da riqueza, do prestígio social e do poder, bem como do estilo político que ela comporta, no qual exterioridades ‘patrióticas’ e ‘democráticas’ ocultam o mais completo particularismo e uma autocracia sem limites; outro externo, representado pelos setores das nações capitalistas hegemônicas que intervêm organizada, direta e continuamente na conquista ou preservação de fronteiras externas, bem como pela forma de articulação atingida, sob o capitalismo monopolista, entre os governos dessas nações e a chamada ‘comunidade internacional de negócios. (FERNANDES, 2006, p. 144).

Ao tomarmos por referência o movimento global do capital para entender o processo brasileiro, dois elementos se explicitam: 1) a revolução burguesa nacional é desnecessária ao desenvolvimento capitalista dependente; e 2) a burguesia nacional foi débil em cumprir a tarefa histórica de aprofundar a revolução nacional a níveis que ultrapassem a sua própria projeção política e coloquem a democracia burguesa como padrão de reprodução social.

A partir das últimas quatro décadas do século XIX, a dominação externa resultante da dupla articulação ganhou novas roupagens, estruturada em velhos processos. As transformações do capitalismo na Europa e o jovem protagonismo de uma ex-colônia inglesa

– Estados Unidos da América –, com o surgimento da grande indústria, provocaram novas formas de articulações das economias capitalistas dependentes da América Latina subordinadas à lógica de funcionamento da economia mundial sob o poder dos monopólios sediados nas economias capitalistas centrais. Essa nova fase da dominação externa consolidou o capitalismo dependente latino-americano como realidade histórica e estrutural no subcontinente nos séculos XIX, XX e XXI, e estabeleceu-se de modo que todas as possíveis mudanças econômicas, sociais e culturais eram convertidas em negócios – via Estados Nacionais (Fernandes, 1975).

As demandas internacionais por produtos primários necessários à expansão do capitalismo europeu foram supridas pela ampla capacidade da América Latina em ofertar tais produtos, capacidade resultante de uma condição ainda mais perversa da exploração da força de trabalho. Esta demanda internacional acompanhava o ritmo da própria industrialização europeia e estadunidense. Concomitante à busca por matérias-primas progressivamente mais baratas e como determinante causal desta situação, os monopólios financeiros sediados nas economias centrais, através da exportação de capitais, passaram a intervir diretamente na acumulação de capital resultante do monopólio privado da terra nos países dependentes (MARINI, 2011). Formou-se aí um complexo integrado, no qual a pressão em organizar a produção de matérias-primas em larga escala possibilitou um controle financeiro complexo e profundo das nações imperialistas sobre a região. Ao assegurar investimentos diretos no setor de exportação nos países dependentes, os capitais monopolistas financeiros sediados nas nações imperialistas asseguravam o efetivo controle de parte da produção nacional de produtos primários, deixando para as classes dominantes externas a exploração de setores secundários e a exploração do mercado interno. O robusto e jovem exército industrial de reservas possibilitou uma produção barata, com baixo desenvolvimento das forças produtivas, demarcando diferenças quantitativas e qualitativas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos (MARINI, 2011; MANDEL, 1985). Nas palavras de Mandel (1985, p. 40):

A imagem que assim se forma é a de um sistema mundial imperialista construído a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais-valia e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial.

Para atender à dinâmica dos monopólios financeiros foi necessário, internamente, a preservação e o condicionamento das estruturas produtivas e de poder pré-existentes à integração dependente, de modo que as nações imperialistas asseguraram tanto a preservação da dinâmica de exportação/importação de produtos primários, como a transferência de excedente econômico através da troca desigual⁵ intrínseca a esta dinâmica (FERNANDES, 1975; MARINI, 2011). Para Mandel (1985), esse processo assumiu a expropriação contínua, pelo capital estrangeiro, de parte do excedente econômico local e reduziu os recursos para a acumulação de capital nacional nos países dependentes. O recurso remanescente concentrou-se em determinados setores de acordo com os interesses das classes dominantes no poder, demarcando o desenvolvimento do subdesenvolvimento, nos termos de Frank (1967).

As diferenças entre as nações imperialistas e as nações tecnologicamente menos desenvolvidas, subdesenvolvidas, criadas e alimentadas, dialeticamente, pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, significou para as economias dependentes da América Latina a perpetuação do subdesenvolvimento como condição estrutural particular, à medida que seu processo de acumulação primitiva ao dar passo à acumulação capitalista foi sufocado pela permanente transferência de excedente do continente aos países hegemônicos. Isto manteve a América Latina em um estágio de produção rudimentar e de defasagem em relação à modernização industrial, situação que aumentou o abismo entre os níveis de produtividade entre as diferentes economias que compõem o sistema capitalista mundial (MARINI, 2011; MANDEL, 1985).

A dominação imperialista clássica, que corresponde no Brasil a emergência do capitalismo dependente, pressupunha relações indiretas de dominação às quais passaram a existir fundamentadas nas alianças sociais e políticas entre as oligarquias locais e o capital financeiro monopolista internacional. Tais alianças conservaram o poder da velha classe dominante interna, mantiveram e reproduziram relações não-capitalistas de produção no setor agrário (MARTINS, 1998; FERNANDES, 2008) o que significou não apenas restrições ao processo de acumulação primitiva e da acumulação capitalista em si, mas também a conservação de expressiva parcela da população dos dinamismos do mercado capitalista.

⁵ Para Marini (2011), não basta analisar as relações de troca entre as nações, “devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda na taxa de lucro”.

Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro” (FERNANDES, 2006, p.262). Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da “evolução” do capitalismo, na qual os estamentos e as classes dominantes dimensionaram o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo, por seu próprio interesse, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana.

Para Fernandes (2006; 1975), o desenvolvimento capitalista dependente foi concebido e posto em prática pelas classes dominantes internas (oligarquia agrária e burguesia industrial), como um fim de manter-se e perpetuar-se no poder. Esta situação permitiu um monopólio do poder do Estado por um conglomerado de classes privilegiadas o que faz com que o próprio desenvolvimento dependente se torne o meio de garantir ditos privilégios de classe. Ao não possuir condições concretas de promover uma revolução política e cultural em concomitância com a revolução econômica, sem entrar em colapso, as classes dominantes, ao executarem o poder através do Estado, separam a revolução econômica da política e conciliam o desenvolvimento capitalista dependente com formas autocráticas de dominação política (FERNANDES, 2006). Esta cisão entre a esfera econômica e a esfera política permitiu que a modernização – conservadora - das grandes cidades do Sudeste brasileiro ocorresse sem que houvesse uma repercussão dos fatores clássicos da modernização para parte expressiva dos trabalhadores que, imersos em relações não-capitalistas de produção, continuaram fora do acesso direto às benesses que as relações de mercado poderiam propiciar (o assalariamento e o acesso ao mercado, por exemplo), apesar de ter o produto do seu trabalho integrado a esse sistema. Frank (1967) expõe que esta “modernização” se deu de forma extremamente desigual em níveis territoriais e produtivos, o que gerou não apenas uma “satelitização” interna, mas também uma hierarquia entre os setores produtivos vinculados ao campo e à cidade no Brasil. Consolida-se assim um distanciamento entre as realidades sociais dentro da própria nação em relação ao padrão de vida dos diversos estratos sociais. Paralelamente se consolida um padrão de consumo destrutivo, pautado no uso abusivo dos recursos naturais como meio necessário ao desenvolvimento capitalista (FERNANDES, 2008).

O Brasil, assim como as demais nações latino-americanas, teve sua dinâmica econômica, cultural e política determinada e dependente das necessidades e desmandos das

potências imperialistas, pois toda dominação externa produz uma especialização geral das nações como fontes de excedente econômico e de acumulação de capital a ser drenado para as nações capitalistas avançadas. De acordo com Florestan (2008), esta determinação produziu três realidades estruturais diversas, as quais se perpetuam atreladas ao desenvolvimento capitalista dependente: 1) concentração de renda, prestígio social e poder; 2) coexistência de estruturas econômicas, sócio-culturais e políticas distintas, o que implica na existência permanente de uma exploração pré ou extra capitalista; e 3) exclusão de uma ampla maioria dos trabalhadores da ordem econômica, social e política existente.

Assim, a dupla articulação enquanto mecanismo de explicitação do novo-velho processo de sujeição às condicionantes internas do capitalismo dependente definidas externamente, nos permite definir que a dialética da dependência no capitalismo dependente brasileiro emerge do movimento desses três elementos estruturais acima expostos. Elementos estes que, conexos entre si, apresentam a particularidade do capitalismo dependente como característica *sui generis* do desenvolvimento desigual e combinado sobre a América Latina. Processo que tem como condição estrutural a dominação externa como regente das transformações internas, a partir de suas próprias necessidades; e o subdesenvolvimento dá a forma ao desdobramento dos “esforços” dominantes internos em se articular ao padrão dominante externo para salvar sua própria pele, à custa da miserabilidade da maior parte da classe trabalhadora.

1.2. A dinâmica do desenvolvimento dependente no Brasil

De acordo com Fernandes (2006), a modernização, concebida como expansão do modo de produção capitalista só pode ser entendida a partir da revelação da substância oculta pela aparência da mercadoria, sendo esta a forma cotidiana manifesta no fetichismo da aparência como sendo a própria essência das relações sociais. Como definido por Marx (2013) no século XIX, o objetivo último da produção capitalista é a valorização do próprio valor – capital - por meio da apropriação privada da produção social da riqueza produzida pelo trabalho assalariado livre. A lei geral da acumulação capitalista é a produção de riqueza e pobreza num mesmo processo. Nesse sentido, pensar o modo de produção capitalista, onde quer que ele se desenvolva, é pensar as contradições dele imanentes.

Segundo Fernandes o capitalismo como modo e sistema de produção constitui uma manifestação tardia da “evolução” econômica e histórico social do Brasil. Nesta “evolução”, a relação dependente e a produção de relações não-capitalistas de produção dão o tom da acumulação primitiva de capital, da reprodução ampliada do capital e suas contradições no país (MARTINS, 1998; FERNANDES, 2008). Tais contradições são acentuadas ao limite na dinâmica do desenvolvimento capitalista dependente. A participação condicionada das economias dependentes na DIT radicaliza as tendências inerentes ao sistema capitalista, o que resulta na extrema concentração da riqueza por um lado e, por outro, na expansão da miséria que solapa a maior parte dos trabalhadores com a gestação de um processo de participação restrito no âmbito do consumo, dada a condição de produzir para fora (MARINI, 2012).

1.2.1. Dependência e modernização (conservadora): a dialética entre “velhas” e “novas” relações de produção.

Ruy Mauro Marini tanto em “Subdesenvolvimento e Revolução”, texto de 1969, quanto em “Dialética da dependência”, de 1973, ao tratar a inserção dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho após as independências políticas formais explicita a necessidade metodológica de compreender a inserção condicionada desses países no mercado mundial, dada a força dos monopólios das economias hegemônicas. Este fato expõe “duas modalidades que correspondem às *condições reais de cada país em realizar tal integração e às transformações* que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais” (MARINI 2012 p.48 - grifos meus).

O significado da independência política do Brasil revela-se, na verdade, no sentido econômico do capitalismo em geral na fase imperialista, posto que é neste contexto que as mudanças de uma economia primário exportadora para uma economia industrial passam a se manifestar a partir da criação do Estado Nacional nos países da América Latina. A grande lavoura, base da economia colonial, ganhou um novo significado e uma re-elaboração, ainda que não no sentido de mudanças internas e imediatas na sua estrutura, mas no sentido de “que as potencialidades da grande lavoura passaram a manifestar-se com plenitude crescente” (FERNANDES 2006, p. 44). Parte do excedente econômico que se tornou possível acumular fora do domínio colonial, foi direcionado para o crescimento econômico interno, o que permitiu a consolidação do Estado Nacional e proporcionou um crescente desenvolvimento

urbano além da expansão de outras formas de atividades econômicas exigidas pelo novo sistema (FERNANDES, 2006; FERNANDES 2008). Porém, as mudanças internas advindas da Independência não significaram uma ruptura com o modelo produtivo agrícola, centrado na tríade monocultivo-latifúndio-trabalho escravo, voltado para o exterior (MARTINS, 1998). Ao contrário, este processo consolidou a função de fornecer produtos agrícolas para o mercado mundial, ao qual o país se inseriu a partir de sua independência política. Tal inserção dependente e condicionada pelos ditames do capital financeiro monopolista foi, ao mesmo tempo, o caminho para garantir a “modernização” interna e o mecanismo que permitiu os ajustes necessários aos dinamismos das sociedades hegemônicas que, dadas as suas próprias necessidades, buscavam na periferia condições concretas de expandir e consolidar sua dominação (MARINI, 2012; FERNANDES, 2006).

O processo de modernização econômica - consolidado pelo modelo de industrialização substitutiva de importações apregoado pela CEPAL - no Brasil pressupunha a absorção de capitais, técnicas, instituições e de agentes econômicos procedentes do exterior. Para tanto, houve uma articulação entre o latifúndio e o capital financeiro internacional, necessária à conquista de um novo patamar de organização do espaço político, econômico e social do país, ao mesmo tempo em que se manteve o *status quo* das classes dominantes internas (FERNANDES, 2006).

A atividade agroexportadora que constituía a base econômica nacional no momento da transição política do país, por ser baseada no trabalho escravo tinha amplas possibilidades de espoliação do trabalho, situação que possibilitou a acumulação de um excedente econômico originário que, articulado aos interesses de ampliação do capitalismo mundial, deu início ao processo de modernização brasileiro (FERNANDES, 2006). O salto econômico ocorrido na transição neocolonial só foi possível a partir do arranjo estrutural entre o mercado moderno e o sistema de produção escravista (MANDEL 1985; FERNANDES, 2006; MARTINS, 1998). Esse arranjo permitiu que parte do excedente econômico fosse aplicada de forma reprodutiva fora do circuito da produção escravista e que houvesse uma revolução na urbanização de algumas cidades-chave. Assim, criou-se uma economia articulada entre os setores urbano-comercial, dotados de dinamismos próprios inerentes ao desenvolvimento capitalista, e o setor escravista, cujas modificações só aconteceram no nível da apropriação do excedente econômico, onde o senhor ganhou liberdade “de transformar a expropriação do escravo em

base material do crescimento urbano industrial” (FERNANDES, 2006, p. 268). Em outros termos, a renda capitalizada no escravo foi convertida em acumulação primitiva e impulsionou a economia capitalista dependente em emergência (MARTINS, 1998). Somente após o avanço do processo de modernização conservadora, considerado aqui do período que vai da Independência (1822) à Proclamação da República (1889) é que o escravismo foi substituído por outras formas de subsunção do trabalho, sob a prerrogativa do trabalho livre alienado, mas, não necessariamente, capitalista (assalariado).

Na entrada do século XX o modelo agroexportador, centrado na produção cafeeira, se expande e enfrenta a aparente problemática da disponibilidade de mão-de-obra, decorrente do fim da escravidão, importando mão-de-obra européia. Esta problemática é aparente porque ela se associa não à mão-de-obra em si, mas ao conjunto de mudanças no processo interno de valorização do capital, que deixa de ser capitalizado no escravo, com o fim do tráfico negreiro, e passa a ser capitalizado na terra, uma vez que a Lei de Terras de 1850 exprime a nova forma-conteúdo da propriedade privada da terra no Brasil. O fim do tráfico negreiro, como atividade econômica central no período da colonização muda substancialmente a centralidade da atividade econômica, que passa para a produção agroexportadora baseada no monocultivo do café (MARTINS, 1998)

Abordaremos no segundo capítulo deste trabalho, de forma mais aprofundada, as formas de organização do trabalho e da produção que emergiram do período de transição política e inserção do país no mercado mundial na fase imperialista do capitalismo. Até este ponto do trabalho nos importa saber que a diversidade de relações de trabalho e de produção, principalmente no setor agrícola e fora dos centros restritos da primeira industrialização do país, foi um elemento fundamental para compreendermos a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro.

A articulação moderno-arcaico, centrada na alta produtividade da grande lavoura de café que permitiu eficácia no esquema exportação-importação e a expansão urbano-comercial, forjou um salto histórico na consolidação das relações de mercado, o que exigiu a reorganização da infra-estrutura interna para absorver os requisitos do padrão de desenvolvimento capitalista. Esta reorganização correspondeu também aos interesses imperialistas nas reservas de recursos naturais e nas potencialidades apresentadas pelo país, que exigiam a passagem de uma dominação neocolonial indireta, mediada pelo comércio,

para a criação de estruturas e instituições que permitissem o controle nos moldes imperialistas, em todos os níveis econômicos, sociais e culturais. Nessa fase, a incorporação do país aos dinamismos imperialistas fundou-se “no volume de similaridades estruturais e funcionais que a economia hegemônica, como um todo, pode transferir para a economia periférica, como um todo” (FERNANDES, 2006, p. 276).

A partir da modernização tecnológica e institucional tipicamente capitalista, adaptadas aos dinamismos internos e estruturadas a partir destes, criou-se, em harmonia, confluência e articulação com os interesses das classes dominantes internas, a nova estrutura necessária à integração dependente do país ao mercado mundial, garantindo a expansão do mercado interno para a burguesia nacional e um pequeno setor responsável pela gestão dos trabalhadores – sem, no entanto, democratizar o acesso ao consumo de parte expressiva da classe trabalhadora - e a constituição de um sistema econômico no país, “ambos condicionados e regulados como um desdobramento de fronteiras das economias centrais” (FERNANDES, 2006, p.278). Isto não significou de modo algum a ruptura da articulação moderno-arcaico pois

[...] suprimir a articulação inerente à superposição da economia urbano-comercial e da economia agrária seria o mesmo que matar a galinha de ovos de ouro. Elas (as classes dominantes) perderiam ao mesmo tempo: os controles econômicos estabelecidos sobre a organização da economia urbano-comercial e do comércio de exportação; e a posição de agente privilegiado no rateio do excedente econômico, que sofria, graças ao padrão induzido de desenvolvimento capitalista, uma expropriação principal no nível da “repartição internacional” (FERNANDES, 2006, p.278).

De acordo com Fernandes (2006), o salto histórico no sentido da modernização, consolidado com base na articulação moderno-arcaico, modificou por completo o mercado capitalista que se instaurava no país: deu espaço para atividades econômicas, comerciais e financeiras até então inexistentes e passou a integrar localidades e regiões antes fora do circuito moderno, sem com isto modificar a inerente estrutura regional desigual que caracteriza o processo de desenvolvimento brasileiro. Somente a partir da transição da matriz produtiva – nacional desenvolvimentismo - que se abrem as possibilidades econômicas, a partir de certo nível de acumulação interna, e institucional, nos níveis da sociedade, da cultura e do Estado, para a consolidação do desenvolvimento capitalista como modo de produção. Fernandes (2006) reforça que o essencial destas transformações está nas metamorfoses

impostas pelo mercado às relações de trabalho, o que consolidou a derrocada do antigo regime e fundou novas relações com base na estratificação social trazida pelo mercado, com base na mercantilização da força de trabalho e todas as contradições resultantes desta nova condição. Em síntese, com intensidades e ritmos particulares, o desenvolvimento capitalista dependente forjou no país as mesmas tendências de organização e de “evolução” da economia, da sociedade e do Estado presentes nos centros e inerentes a esse modo de produção. A dependência assume, assim, a característica particular desse desenvolvimento, cujas bases se assentam na dupla articulação - arcaico/moderno e agrário-exportador/externo imperialista -, entendida como expressão necessária e inquestionável da “evolução” econômica dentro da ordem imperialista mundial.

Aceita-se, como “natural, que o setor agrário em modernização continuasse vastamente arcaico, onde e como isso se mostrasse funcional à acumulação originária de capital. Doutra lado, também se aceita como “natural” que a articulação às economias centrais, além de persistir, se aprofundasse, sob a presunção de que aí estaria ou “a melhor” ou a “única” saída para a industrialização e a concomitante aceleração do desenvolvimento interno (FERNANDES, 2006, p.284).

O período abordado - da Independência (1822) até cerca de 1930 - corresponde historicamente à fase de gestação da “ideia” de modernização e de desenvolvimento industrial do Brasil, elevando-o ao ranking de Nação. Se formos rigorosos como Fernandes (2006) e Marini (2012) esta fase corresponde à criação das bases materiais, sociais e institucionais necessárias para que o posterior desenvolvimento apresentasse as condições de atendimento dos interesses das classes dominantes – internas e externas. De todas as modificações, nos importa destacar aqui aquelas que dizem respeito a terra e ao trabalho pois, a nosso ver, definem a estrutura econômica, social, política e cultural que dimensionam a base estrutural do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. O aprisionamento da terra, via Lei de Terras de 1850, e a formalização do fim do trabalho escravo, via Lei do Ventre livre, da proibição do tráfico negreiro e da abolição da escravatura 1888, corresponderam ao processo fundamental para a existência do capitalismo em território nacional como um modo de produção capitalista dependente no país. Regularizou a terra como propriedade privada-mercadoria e, ao mesmo tempo, definiu socialmente quais camadas sociais teriam, ou não, acesso a terra. O suposto fim do trabalho escravo, que para os cativos foi a liberação de ter o próprio corpo mercantilizado, mudou o conteúdo da mercantilização humana, que passou do

próprio indivíduo na sua totalidade enquanto ser, para sua capacidade onto-criativa ou seja, sua força e capacidade de trabalho. Para as novas demandas produtivas e organização econômico-social, a mercadoria humana necessária é a força de trabalho, alienada e disposta às necessidades do capital (FERNANDES, 2006; MARTINS, 1998).

A mercantilização da terra e da força de trabalho livre na forma de salários abaixo da reprodução social do trabalhador consolidou-se na separação de uma imensa parcela da população brasileira das bases materiais de produção da vida, e colocou nas mãos de uma restrita minoria de grandes proprietários o domínio da terra, das bases materiais e, conseqüentemente, do poder econômico, social e político. Foram dadas, portanto, as condições de consolidação do modo de produção capitalista assentado nas bases de uma economia nacional, expressamente internacionalizada: um grande exército de reserva de força de trabalho e a monopolização dos meios de produção.

O que definiu o conteúdo do desenvolvimento desse modo de produção no país foram os aspectos particulares da criação daquelas condições: a dupla articulação, que possibilitou a dominação externa e a manutenção da velha oligarquia no poder; a manutenção e re-criação de formas não-capitalistas ou extra-capitalistas de produção em concomitância com o desenvolvimento capitalista; a exclusão e dominação política, econômica, social, cultural da grande massa populacional (FERNANDES, 2006; MARTINS, 1998). A perpetuação destas particularidades sustenta o desenvolvimento capitalista dependente como o desenvolvimento possível ao país. E, conseqüentemente, alimenta as contradições a ele inerentes, das quais, a questão agrária mantém viva a explícita desigualdade assentada na exploração brutal da terra e do trabalho pelo capital.

1.2.2. Industrialização dependente e perpetuação da dupla articulação.

A partir da crise de 1929, a industrialização brasileira se torna mais sistemática e o padrão de desenvolvimento, nos moldes capitalistas, passa a ser absorvido pela sociedade de forma expansiva, nucleada no setor urbano-comercial, mas com tendências a se expandir em direção ao setor agrário. Além da dupla articulação e como desdobramento dela, a industrialização dependente só pode se consolidar a partir da vinculação com o exterior,

devido à dependência tecnológica e também aos investimentos estrangeiros no país (FERNANDES, 2006).

A industrialização brasileira, decorrida do conturbado período do entre Guerras mundiais de consolidação do imperialismo, corresponde à acentuação da transferência de dinamismos das economias centrais, que acelerou o novo processo de incorporação da periferia ao mercado mundial e a criação das bases necessárias à consolidação do capitalismo monopolista. Nestes termos, a industrialização do país deu um salto quantitativo e qualitativo e moldou as características da modernização do país, tendo como condição a continuidade na exportação de bens primários para o mercado externo.

Substituição de importações é o termo corrente utilizado para descrever o processo de industrialização nesse período, porém, para Fernandes (2006), tal termo simplifica um processo que é complexo e, tomado por si mesmo, explicita apenas seu aspecto especializado e técnico, mas não permite a compreensão sequer das deficiências e inconsistências que lhe foram posteriormente atribuídas, pois estas não decorreram desse processo em si, mas das “limitações ou inibições que a dupla articulação impõe ao padrão de desenvolvimento econômico sob o capitalismo competitivo” (p.286).

No caso, o essencial não está na substituição de importações, mas nas características que a dominação imperialista externa e a ausência da universalização das relações capitalistas de mercado e de produção introduzem no padrão brasileiro de desenvolvimento econômico sob o capitalismo dependente (FERNANDES, 2006, p.286).

Para Marini (2011; 2012), a vinculação de dependência entre a indústria nascente para com o setor externo define a forma e o conteúdo da luta de classes no campo e na cidade e a própria base do ciclo de produção e circulação da economia capitalista dependente: a superexploração da força de trabalho.

Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente econômico produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil, já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil (MARINI, 2012, p.67).

Com a consolidação do capitalismo dependente emergiram como sujeitos na disputa política a burguesia industrial e um novo proletariado, que somados aos capitalistas latifundiários e aos camponeses, colocam um novo marco na disputa pela produção e apropriação da riqueza socialmente produzida no país, entre os capitais nacionais e internacionais. Disputa esta a ser engrossada pela crescente entrada do capital estrangeiro e seus agentes. Nisto, o sucesso da modernização dependia também de esforços políticos capazes de conciliar os interesses dos sujeitos da disputa, ou pelo menos daqueles com poder econômico (MARINI, 2012; FERNANDES, 2006). Foi exatamente o que ocorreu com a chegada de Getúlio Vargas no poder. A partir do Estado Novo -1937- foi possível estabilizar a burguesia industrial em acordo com os interesses dos latifundiários, e por outro lado criou-se concessões sociais para os trabalhadores, o que, ao mesmo tempo, correspondia às suas reivindicações e subordinava suas organizações aos interesses econômicos e político-ditatoriais (MARINI, 2012).

Sob o intervencionismo econômico do Estado Novo, as condições para o desdobramento das condições do capitalismo dependente dadas pela dupla articulação chegaram ao seu apogeu. Ocorreu um surto industrial com a produção de bens de produção e a penetração do capitalismo no campo; o crescimento demográfico e do mercado interno colocou novas demandas ao setor agropecuário que, apesar de se modernizar, manteve ou fortaleceu práticas não-capitalistas ou extra-capitalistas de produção e extração de valor. O Estado foi amplamente reivindicado para enfrentar os problemas econômicos e criar as bases para expansão do capital em consonância com os interesses particulares nacionais e estrangeiros, mas não em consonância com os interesses gerais da nação, papel que foge às próprias capacidades do Estado dependente. Pelo intervencionismo do Estado foram criadas empresas públicas ou semi-públicas de importância estratégica para impulsionar o desenvolvimento capitalista. Porém, as mudanças na dinâmica econômica não reverberaram para as relações de trabalho e além da manutenção das formas arcaicas no campo, não houve mudanças nos níveis salariais da massa de trabalhadores do campo e da cidade. O resultado foi a compressão e gradação do mercado, que se tornou altamente seletivo devida a brutal concentração social e racial da renda. Consolidou-se aí uma modernização centrada no desenvolvimento desigual, não apenas em termos econômicos, mas também sociais, culturais, políticos e regionais, como forma de acumulação originária de capital (FERNANDES, 2006).

O fim da “Era Vargas” no início da década de 1950 coincide à reverberação das mudanças na recomposição do poder imperialista para as periferias. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a “partilha do mundo” incorpora novas e mais agressivas formas de dominação externa atrelada à exportação de capitais. A hegemonia absoluta dos Estados Unidos na fase inicial do imperialismo clássico estava consolidada e seu rompante sobre a América Latina colocou novas pressões ao capitalismo dependente e subdesenvolvido, cujo controle não poderia mais ser assumido de dentro a partir das políticas nacionalistas de até então. Abriu-se neste contexto do pós Segunda Guerra uma nova fase da dominação imperialista, que, ao consolidar na expansão do desenvolvimento desigual e combinado sob o domínio dos Estados Unidos tinha condições de tomar para si o controle que, na euforia do crescimento econômico, as burguesias nacionais aparentavam ter. Diante disso, de acordo com Fernandes (2006, p. 292)

[...] se as evoluções internas fizeram muito pouco para libertar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais.

Para Fernandes (2006), o que houve no Brasil no período que vai da “Era Vargas” ao golpe militar de 1964, foi um processo de recomposição entre as estruturas de poder das oligarquias rurais e da burguesia industrial emergente, que conciliou os interesses dessas frações de classe de forma a associar o modelo burguês de dominação e os interesses oligárquicos. Esta recomposição conservou o modo de ser autocrático e conservador destes últimos, ao mesmo tempo em que subordinou o campo à cidade, a agricultura à indústria e consolidou um novo teor da estrutural desigualdade demarcada entre as regiões do país. A modernização excludente foi o que caracterizou o modelo de desenvolvimento industrial nacional atrelado a era dos capitais financeiros monopolistas internacionais.

A dupla articulação impõe a conciliação e a harmonização de interesses díspares (tanto em termos de acomodação de setores econômicos internos quanto em termos de acomodação da economia capitalista dependente às economias centrais); e, pior que isso, acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si. Forma-se, assim, um bloqueio que não pode ser superado e que, do ponto de vista da transformação capitalista, torna o agente econômico da economia dependente demasiado impotente para enfrentar as exigências da situação de dependência. Ele pode, sem

dúvida, realizar as revoluções econômicas que são intrínsecas às várias transformações capitalistas. O que ele não pode é levar qualquer revolução econômica ao ponto de ruptura com o próprio padrão de desenvolvimento capitalista dependente. Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia “fazem história”. Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (FERNANDES, 2006, p.293).

1.2.3. Transição monopolista e a consolidação da dominação burguesa

A incorporação das periferias na dinâmica do capital financeiro monopolista, apresenta-se para as economias centrais como a possibilidade de expansão da produção e acumulação de capitais na forma da internacionalização dos mesmos - via exploração altamente destrutiva, para as periferias, dos trabalhadores e dos recursos naturais nestas disponíveis. No Brasil, os processos produtivos industriais implantados no período abordado no tópico anterior amadureceram as condições necessárias para que a dominação imperialista passasse a controlar internamente os mecanismos necessários para uma maior sucção das riquezas socialmente produzidas no país e em todo o continente latino-americano. Após a Segunda Guerra Mundial, as condições demográficas e econômicas brasileiras já eram bastante atraentes aos interesses imperialistas em dois aspectos: 1) pelas possibilidades de alta extração de valor internamente; e 2) pela possibilidade de transformar o país em um dos pólos dinâmicos do capital financeiro na periferia⁶ (FERNANDES, 2006; MARINI, 2012).

De acordo com Fernandes (2006), no Pós Segunda Guerra a dominação imperialista realizou a “segunda partilha do mundo”, pois o controle da periferia, como último espaço histórico para a sua expansão, aparece como vital para o mundo capitalista – em disputa aberta com o socialismo da União Soviética. “Todavia, foi no plano político que surgiu a impulsão fundamental ao processo de neocolonização, típico do capitalismo monopolista” (FERNANDES, 2006, p.296). Para sobreviver na periferia, o capitalismo tardio necessitava

⁶ Não abordaremos de maneira direta os desdobramentos deste segundo aspecto neste trabalho. Teóricos da dependência como Ruy Mauro Marini, vão abordá-lo de forma categórica como Sub-imperialismo brasileiro. Ver: MARINI (2012; 2011)

de estabilidade política, e para alcançá-la atua de forma a deprimir as estruturas de poder internas e fincar suas próprias bases.

A estabilidade das condições de reprodução do capitalismo dependente, forjada na política nacional desenvolvimentista do Estado Novo, perdurou até a década de 1950. As condições criadas naquele período permitiram um aumento da mais-valia absoluta e relativa nas empresas beneficiadas pelo progresso técnico, oriundo dos primeiros processos industriais, e possibilitou a acumulação de capitais. O subsídio do Estado, amplamente dominado pelos interesses da burguesia nacional e estrangeira, impulsionou a criação da indústria pesada. Porém, a dependência do desenvolvimento industrial do fator estrangeiro manteve e acentuou a dependência histórica entre o setor industrial e o agroexportador, uma vez que “a remuneração do capital estrangeiro só pode ser normalmente coberta pelos recursos da exportação” (MARINI, 2012, p.79). A dialética do desenvolvimento inerente a estes acontecimentos - que se estendem até o golpe militar de 1964 -, sintetiza-se no período de criação dos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais necessários ao desenvolvimento do capitalismo tardio em conformidade com a realidade do desenvolvimento capitalista dependente. Sintetiza, pois, a recomposição do poder e da dominação interna e externa, que, de modo resumido, manteve a dupla articulação e aprofundou a dependência (FERNANDES, 2006; MARINI, 2012).

Em meados da década de 1950, as relações entre os setores industriais e agrários entram em conflito quando a queda dos preços do café no mercado internacional – principal produto de exportação - levou ao desequilíbrio na balança comercial o que gerou um processo inflacionário e uma crise cambial. Assim, as frágeis condições anteriormente criadas para sustentar a modernização dependente se deterioraram, o que fez com que “a complementaridade existente até então entre o desenvolvimento industrial e as atividades agroexportadoras se convertesse em uma verdadeira oposição” (MARINI, 2012 p.75). Após 1954 abriu-se um período de acirradas lutas políticas entre as oligarquias agrárias e industriais e cresceu, à luz disto, a pressão popular. Com a morte de Vargas, neste mesmo ano, findam-se as afinidades governamentais por políticas nacionalistas e se expande a dominação do Estado pelos interesses oligárquicos em associação com o capital estrangeiro, o que abriu caminhos para facilitar a entrada de capitais estrangeiros no país, que terá como principal representante o Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Desse modo, a entrada do capital estrangeiro, pós-1954, proporcionou ao mesmo tempo: 1) que a burguesia industrial tivesse acesso às divisas necessárias e tomasse uma posição favorável em relação as oligarquias rurais; e 2) que o capital estrangeiro tivesse ampla liberdade de entrada e saída realizando sem travas institucionais a ação pró-imperialismo no país. As condições para a expansão da industrialização foram mantidas e a década de 1950 foi marcada pela intensiva entrada de capital estrangeiro e pelo deslocamento das áreas de aplicação dos investimentos e da tecnologia moderna, de acordo com os interesses imperialistas e em consonância com os interesses da pequena-burguesia “cada vez mais volumosa e agressiva (em termos de competição por riqueza, prestígio social e poder)” (FERNANDES, 2006, p.293).

Em 1956, Juscelino Kubitschek, então presidente, apresentou o Plano de Metas – Cinquenta Anos em cinco - com a intenção de impulsionar investimentos públicos em setores estratégicos, mas amplamente ancorados no capital estrangeiro. O Plano proporcionou uma expansão econômica considerável ao mesmo tempo em que ampliou a influência política dos grupos estrangeiros no país e agudizou a fricção entre os setores agrários e industriais. Ainda neste período, a queda nos preços internacionais dos produtos primários acirrou a disputa política entre setores agrário e industrial. Por necessitar das divisas provenientes da exportação para acessar recursos estrangeiros, a burguesia industrial esforçou-se para colocar a seu dispor tanto os recursos econômicos disponíveis quanto o aparelho do Estado. Entretanto, apesar da deterioração econômica dos produtos primários exportados, a dependência da indústria do setor agrário, dentre outros fatores, o colocava num cenário politicamente fortalecido, no qual projetou para o Estado as responsabilidades por criar condições que lhes fossem favoráveis (MARINI, 2012).

A política de capitalização do Plano de Metas possibilitou a continuidade do ritmo industrializante e o aumento da produtividade do trabalho no âmbito urbano-industrial, situação que tornou possível drenar, por meio da mecânica de transferência de valor via composição de preços de monopólios, parte dessa produtividade industrial para o setor agropecuário. Além disso, a política de armazenamento do café, pelo Estado, sustentou os preços internacionais e supriu a deterioração que estes sofriam. Desse modo, as fricções entre as oligarquias agrárias e industriais não chegaram a gerar uma crise incontornável (MARINI, 2012). No entanto, a chegada ao anos 1960 explicitou a tendência do capital estrangeiro a

diminuir os investimentos e passar a pressionar a balança de pagamentos para poder exportar seus lucros. Isto foi atrelado a tendência à queda nos preços internacionais do café e do volume de exportações processos que colocaram a oligarquia agrária em uma situação de deterioração econômica devida a dupla articulação dependente.

Neste momento – grave sobretudo devido à tendência à queda dos preços de exportação – a expansão industrial brasileira se veria contida de duas maneiras: externamente, pela crise da balança de pagamentos – que não deixa outras alternativas que não desvalorizar a moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais, ou conter a exportação de lucros e ampliar o mercado internacional para produtos brasileiros -; e internamente, pelo esgotamento do mercado para produtos industriais, que só poderia ser ampliado através da reforma agrária (MARINI, 2012, p.86).

O desenvolvimento da indústria ancorado no capital estrangeiro proporcionou, ao mesmo tempo, um aumento na produtividade do trabalho na indústria e da demanda por produtos agrícolas voltados para o mercado interno. Tal situação permitiu um crescente aumento e concentração da renda da terra uma vez que o setor agrário, que abastecia o mercado interno, ao monopolizar a terra monopolizava também a renda transferida do setor industrial para o setor agrário. Tal processo refletiu brutalmente sobre as condições de vida dos trabalhadores, em três sentidos: 1) resultou na expulsão de grande parte dos camponeses para os centros urbanos fruto da expansão da modernização para o campo, o que ampliou o exército industrial de reservas, impactou no preço abaixo da reprodução mínima de vida pago à força de trabalho e ampliou o poder de apropriação privada do capital sobre o valor produzido pelo trabalho; 2) condicionou à superexploração da força de trabalho; 3) aprofundou a deterioração dos salários, posto a transferência de valor entre os setores industriais e agropecuários, devido à alta nos preços dos produtos agrícolas que correspondiam a alimentação o que significou o aumento exorbitante no custo de vida dos trabalhadores.

Diante desta conjuntura, as massas populares se ascenderam em termos de luta política organizada. Reprimidas e cooptadas até a década de 1950, as lutas operárias, institucionalizadas nos sindicatos encontram, na segunda metade desta década, uma confluência com as lutas pela posse da terra que se agudizavam no campo. As Ligas Camponesas, criadas a partir de 1958, na Região Nordeste e rapidamente ampliadas em todo o país, afirmaram definitivamente o movimento camponês e a luta pela reforma agrária tornou-

se bandeira das lutas de massas rurais e também das urbanas. Os antagonismos entre as classes colocaram no plano político interno uma situação de desgaste e tensão que adentrou a década de 1960, porém a repressão da classe dominante e as condições políticas e econômicas que tinham para fazê-la acabaram por oprimir de forma brutal a expansão dos movimentos populares, pois

[...] o pânico da burguesia provinha muito mais da percepção da necessidade de realizar um movimento econômico que a colocasse em condição de acompanhar os dinamismos econômicos e os ritmos históricos que as nações capitalistas hegemônicas transferiam para a sociedade brasileira. Era bastante claro que esses dinamismos e esses ritmos históricos – a partir do momento em que a incorporação alcançasse maiores proporções – deslocariam a burguesia brasileira, deixando-a em uma posição insustentável, com riscos econômicos e políticos evidentes se a dominação burguesa não fosse reajustada, estrutural e funcionalmente, às exigências econômicas das situações emergentes. Isso foi exatamente o que sucedeu. Primeiro lentamente, do término da Segunda Guerra Mundial ao fim da década de 1950; em seguida de modo muito mais rápido, bem no começo e durante a década de 1960. A crise do poder burguês aparece pois como uma crise de adaptação da dominação burguesa às condições econômicas que se criaram, senão exclusivamente, pelo menos fortemente, graças ao desenvolvimento capitalista induzido de fora e amplamente regulado ou acelerado a partir de fora (FERNANDES, 2006, p.308).

Sendo uma crise de adaptação do poder burguês aos novos dinamismos históricos, a solução aos problemas dela provenientes perpassou, conforme Fernandes (2006), por três elementos articulados que desembocaram no Golpe Militar de 1964 e permaneceram depois dele que correspondem a criação definitiva das condições econômicas, políticas, sociais e culturais necessárias à expansão do capitalismo monopolista. Sendo eles:

1) formação de uma nova base para a dominação burguesa através da adaptação da burguesia nacional às funções que devia desempenhar na fase de reconstrução da economia capitalista existente. Ao captar as irradiações provenientes das economias centrais, a burguesia interna não apenas mantinha seu *status quo*, mas também criava as bases necessárias à continuação da dominação externa, pois encaminhava a estabilidade política e a eficácia do poder burguês necessário ao capital-monopolista;

2) pela recomposição e revitalização do poder burguês por meio das próprias irradiações econômicas provenientes das economias centrais. As elites dominantes perceberam que sua própria sobrevivência enquanto tal exigia tal recomposição, assim surge

no interior das classes dominantes uma identificação coletiva com a situação e formou-se uma solidariedade de classes com base nos privilégios possuídos. Esta solidariedade resultou na automobilização social no interior da burguesia que irradiou para a sociedade de forma agressiva e autodefensiva, não contra os avanços da dominação externa, mas contra o proletariado e as massas populares, que surgem como o inimigo a ser enfrentado e reprimido;

3) apropriação do Estado como o espaço de institucionalização da autodefesa de classe, através da monopolização da cultura e do poder político, consagra ao Estado o papel de veículo do poder burguês de modo a excluir o grosso da população e garantir as condições políticas para a transição monopolista. A síntese deste último elemento é a acentuação da dissociação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento político, tal como se mostra no período posterior a 1964, quando o chamado “milagre econômico” ocorre em concomitância a um jogo político, onde as forças políticas dominantes mostram a autocracia como o político cabível naquele momento do desenvolvimento capitalista dependente.

1.2.4. Capitalismo monopolista e aprofundamento da dependência.

As formas do capital financeiro monopolista, enquanto organização social, política e cultural da economia mundial se desdobram em decorrência da lei geral da acumulação capitalista e suas manifestações, *a priori*, nos centros desenvolvidos e, paulatinamente, são irradiados para todos os rincões do planeta. Esta irradiação, até então lenta e indireta, se acelerou no Pós Segunda Guerra rumo às nações tecnologicamente menos desenvolvidas da América Latina e condicionou, de forma direta, o posterior desenvolvimento das mesmas. Ao incorporar, sem contestação, a dinâmica monopolista e adaptá-la as realidades heterogêneas do continente, o capital financeiro monopolista materializou o desenvolvimento desigual e combinado e a dependência como o desenvolvimento possível para as economias latino-americanas sob a dominação imperialista, mais especificamente, a dominação estadunidense (MARINI, 2011; FERANDES, 1975).

No Brasil, os processos necessários para a hegemonia do capital financeiro monopolista transitaram entre o desenvolvimento econômico, provocado e controlado de fora, que aumentou a produtividade do trabalho, via intensificação tecnológica; a súbita

mobilização de matérias primas e força de trabalho necessários ao ritmo de crescimento do que se chamou de “milagre econômico”; e os altos níveis de investimentos nos setores de infra-estrutura aos setores estratégicos para os monopólios patrocinados pelo Estado. No entanto, a alta produção de valor, nada milagrosa, foi o resultado dos “esforços” internos em transformar a economia brasileira numa economia “dinâmica e racional”, mas, olhando ao seu redor, o que dela emana e a sustenta é o desenvolvimento desigual e combinado, faceta inseparável da dependência. O capitalismo tardio, não apenas manteve o desenvolvimento desigual e a dependência, como assentou suas bases de dominação sobre estas determinações. Ao contrário da dinâmica nos países centrais, onde a democracia – burguesa – se fez necessária a consolidação do poder dominante do capital, a realidade histórica do Brasil e o próprio momento histórico do capitalismo como um todo, anulou quaisquer mudanças estruturais nos aspectos políticos que poderiam derivar do seu estabelecimento. O que resultou numa democracia formal sem nenhuma proximidade, inclusive contestatória, ao sentido concreto e real de consolidação da mesma. Nos termos de Fernandes (2006, p. 314)

O capitalismo monopolista não eclode nas econômicas periféricas rompendo o seu próprio caminho, como uma força interna irreprimível que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *super-moderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar. O seu maior impacto construtivo consiste em cavar um nicho para si próprio, naquelas esferas das economias periféricas que são mais compatíveis com a transição, formando assim um exíguo espaço econômico, a partir do qual poderá crescer e quiçá irradiar-se para toda a economia, universalizando aos poucos os requisitos estruturais, funcionais e históricos inerentes ao seu próprio padrão de desenvolvimento capitalista.

Este padrão de desenvolvimento, estruturalmente dependente e fortemente vigente no ainda século XXI, ao acomodar-se sobre as velhas iniquidades econômicas, sociais e políticas, as acentuou e gerou novas formas dramáticas e desumanas de apropriação da riqueza socialmente produzida pelo trabalho. Ao constituir o desenvolvimento capitalista periférico – dependente - como fonte permanente de acumulação originária presente na própria acumulação de capital, a dominação externa impôs aos trabalhadores a convivência permanente com a superexploração da força de trabalho e com o pagamento dos custos exorbitantes do desenvolvimento capitalista dependente. A apropriação externa das riquezas

resultantes da realização do trabalho é “agora não só do excedente econômico, mas de todas as riquezas e de todas as forças econômicas vivas, reais ou potenciais, materiais ou humanas, essenciais ou secundárias” (FERNANDES, 2006, p.317).

O desenvolvimento desigual e combinado e a dependência do Brasil, nos marcos da hegemonia do capital financeiro monopolista, consolidou a deterioração tanto dos termos de troca, dado o intercâmbio desigual, como dos termos políticos sociais e culturais atrelados à substância da dependência (MARINI, 2011; 2012; FERNANDES, 1975; 2006). Permanecem as velhas iniquidades e novas são geradas, “mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que se agrava o subdesenvolvimento relativo” (FERNANDES, 2006, p. 318); exacerba-se a concentração social da riqueza na mesma proporção em que cresce população de marginalizados e miseráveis.

Para evitarmos uma longa digressão acerca dos acontecimentos históricos concomitantes à consolidação do capitalismo monopolista no Brasil e em função dele, concentraremos numa síntese que explicita como, no capitalismo tardio, o imperialismo - no qual os Estados Unidos tem papel pioneiro e dominante, mas não único - acentua a deterioração econômica e política atrelada à condição de dependência do Brasil, com total aceitação das classes dominantes nacionais. Essa acentuação não poderia ter outro resultado que não o aprofundamento da dependência e de todas as contradições que ela pode suscitar, o que revela a força explicativa das categorias consolidadas por Florestan (2006) e Marini (2011) - dupla articulação e dialética da dependência. Os elementos políticos e econômicos são dialeticamente articulados, são parte das múltiplas determinações da totalidade histórica, o que os torna indissociáveis da totalidade do movimento do capital monopolista financeiro internacional. Porém, como processo de sistematização e exposição se faz necessário mostrar, ainda que superficialmente, os aspectos centrais de cada um.

A deterioração da estrutura política nacional decorre da sobreposição do capitalismo monopolista às velhas iniquidades existentes e persistentes na realidade brasileira. Assim, por um lado, as classes dominantes internas, no seu afã por poder e privilégios, forjaram a autocracia burguesa como a forma política possível nos marcos do capital-monopolista. Dita condição expõe a síntese das desigualdades políticas históricas entre as elites e a classe trabalhadora. Esta última, solapada pela superexploração, pela marginalização e opressão de formas diversas, nunca pode constituir-se como uma esfera da sociedade que imputasse

controle aos desmandos das oligarquias locais. E quando representou de fato uma ameaça aos interesses dominantes – internos e externos – a reação da elite no controle do Estado se deu de forma brutal, antipopular e terrorista, contendo pela força os movimentos reivindicatórios e garantindo, através da coerção, o equilíbrio entre as forças produtivas necessárias ao desenvolvimento capitalista dependente. As elites no controle do Estado renunciaram a qualquer iniciativa política que alterasse a dinâmica de distribuição de riquezas na sociedade brasileira situação que instituiu mecanismos jurídicos de garantia da permanência na concentração da terra e do capital, perpetuando seus próprios privilégios e poder a despeito da grande maioria dos trabalhadores (FERNANDES, 1975; 2006; MARINI, 2012).

Por outro lado e em total consonância com o ponto anterior, a deterioração das estruturas políticas nacionais em toda a América Latina corresponde à própria estruturação das bases econômicas e políticas do capitalismo monopolista. “O que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente mais eficaz desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos” (FERNANDES, 1975, p.25). A construção desses requisitos, através da modernização dependente, fez parecer no plano imediato a supressão daquelas velhas iniquidades, quando, na verdade, os interesses e valores políticos estadunidenses adquiriram uma natureza perversa nas condições locais e criaram outras novas formas para o conteúdo estrutural da desigualdade.

[...] o processo de modernização iniciado sob a influência e controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável. [...] Diversas instituições estão executando diferentes funções ligadas a incorporação dos países latino-americanos ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. A empresa corporativa é a mais visível dessas instituições; mas as menos visíveis são talvez as mais prejudiciais. Elas abrangem instituições oficiais, semi-oficiais ou privadas encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extra-nacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos (FERNANDES, 1975, p.23-25).

A reconstrução das sociedades latino-americanas, de acordo com os interesses e valores estadunidenses, iniciada no Pós Segunda Guerra e acelerada nas décadas de 1960, 1970 e 1980, se analisada numa perspectiva mais ampla, revela a luta imperialista pela

hegemonia em um contexto em que a disputa pela sobrevivência do capitalismo tinha uma ameaça real materializada no socialismo soviético internacional e continentalmente posicionados – destaque para a Revolução Cubana. No entanto, quando o socialismo se corrói em suas bases e deixa de aparentar uma ameaça imediata ao capitalismo monopolista, este já havia fincado no interior da América Latina as raízes daqueles requisitos. E seus perversos desdobramentos consolidaram-se por um lado, como o resultado da modernização controlada de fora, e de outro, como requisitos para a continuidade da dominação imperialista, que tendo construído internamente suas bases - econômicas, políticas, sociais e culturais – reina tranquilamente sobre toda a América Latina, com a certeza de que as estruturas, decorrentes da dependência, sedimentadas na América Latina atuam efetivamente para garantir o “consenso” necessário à dominação (FERANDES, 1975; 2006). Nos termos de Marini (2011, p.143)

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações.

No Brasil, o resultado da deterioração das estruturas políticas é uma sociedade brutalmente conservadora, violenta e desumana, aparelhada por instituições que beiram ao fascismo ao mesmo tempo em que o dissimulam. A construção da democracia formal, consolidada na Constituição de 1988, jamais encontrou na realidade brasileira os requisitos políticos que a tornassem sequer uma democracia no seu sentido burguês, ela se mantém abaixo disso. Assim, a instabilidade política do país reflete e retroalimenta aquela deterioração, de modo que qualquer ameaça, por menor que seja, aos privilégios das elites constitui motivo suficiente para as manifestações raivosas e violentas de opressão à classe trabalhadora, típicas da natureza pervertida dos requisitos políticos do capital-monopolista na periferia (FERNANDES,1986).

No plano da economia, a deterioração dos termos de troca é a implicação da transferência de valor produzido nacionalmente, através das relações desiguais de mercado com as nações centrais. Pela lei do valor, as relações de mercado têm por princípio a troca de valores iguais, mas, segundo Marini (2011), o próprio desenvolvimento das relações mercantis cria

mecanismos que a transgridem, dada a desigualdade inerente às próprias relações mercantis. “O desenvolvimento das relações mercantis coloca as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, mas, simultaneamente, cria todas as condições para que operem os distintos mecanismos mediante os quais o capital trata de burlá-la” (MARINI, 2011, p.145).

Estes mecanismos transgridem as leis de troca alterando a relação entre preço de mercado e preço de produção das mercadorias, seja devido ao aumento da produtividade ou ao poder do monopólio em determinada produção. Ao monopolizar a produção tecnológica, os países centrais mantêm sua produtividade sempre mais elevada e ainda conseguem manter a defasagem tecnológica das nações em desenvolvimento, garantindo assim as condições diferenciais necessárias para a permanente apropriação de parte do valor produzido nestas últimas. De acordo com Marini (2011, p.147)

[...] a transferência de valor é uma transferência de mais valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais valia e, por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna.

Assim, as latino-americanas, devido à dependência tecnológica, mas também devido aos elementos políticos internos, não enfrentam tal situação de modo a nivelar (dentro da desigualdade inerente as relações mercantis) as relações internacionais de mercado e impedir a drenagem de sua riqueza. Tal enfrentamento não é possível dentro do desenvolvimento desigual e combinado do capital, no qual a debilidade destas nações é perpetuada. Esta situação faz com que as burguesias nacionais operem dentro dos territórios mecanismos que possam compensar as perdas resultantes de sua condição subordinada e dependente nas relações econômicas internacionais. Estes elementos se expressam na superexploração da força de trabalho e no monopólio da terra.

No Brasil, a integração dependente da indústria nacional aos ditames dos Estados Unidos sob os marcos do capital financeiro monopolista impulsionou a deterioração dos termos de troca. As políticas internas atuaram no sentido de criar as condições de desenvolvimento forjadas externamente através da intensificação da capitalização no campo;

buscou-se baixar os preços dos produtos agrícolas e com isso baixar os custos de reprodução da força de trabalho; foram criados incentivos para os investimentos estrangeiro e a força de trabalho foi mantida em baixos níveis de reprodução pela força da autocracia, numa conjuntura que prometia lucros altíssimos (MARINI, 2012).

O investimento tecnológico e de capital estrangeiro no país possibilitou um aumento na capacidade produtiva industrial e agroexportadora. Isso se reverberou em dois sentidos complementares: 1) aumentou o desequilíbrio entre a o crescimento industrial e a geração de empregos, acentuando a lei geral da acumulação capitalista: o aumento da riqueza socialmente produzida e da miséria decorrente de sua apropriação privada. A impulsão do desemprego na indústria atrela-se ao desemprego no campo, processo de associação que demarca a funcionalidade particular da superexploração da força de trabalho no território latino-americano; e 2) os custos econômicos, políticos e sociais do crescimento industrial inerente ao desenvolvimento capitalista dependente recaem sobre a reprodução social da vida do trabalhador e de sua família, com salários comprimidos pela força institucionalizada e pela pressão exercida pelo exército de reserva resultantes da hegemonia do capital nacional e internacional nos desdobramentos do “progresso”. Assim, a ampliação da produtividade tem por pólo complementar a restrição do mercado consumidor interno fruto da centralidade da exportação na dinâmica produtiva nacional. Diante de tal situação, revela-se, segundo Marini (2012), a irracionalidade do desenvolvimento capitalista brasileiro, pois a forma de superar as incongruências entre produção e circulação de mercadorias foi a projeção para o mercado externo, separando, no nível interno, a relação entre a produção e o consumo.

O projeto desenvolvimentista, “modernizador”, empreendido sob a Ditadura Militar no Brasil, forjou, em consonância com os interesses imperialistas, as condições da manutenção definitiva da dependência estrutural. A industrialização empreendida a partir da década de 1960 e seus desdobramentos na modernização “dolorosa” (SILVA, 1981) do campo irradiam esta irracionalidade ao passo que a manutenção da projeção para o mercado externo consolida e confirma a função do país na DIT – garantir produtos primários e alimentos. Frente a este processo, a superexploração da força de trabalho e a espoliação dos recursos naturais são ainda mais acentuadas. Em relação a esta última, o Estado criou institucionalmente todas as condições que a garantem, via diversos planos de desenvolvimento, expansão das fronteiras agrícolas, incentivos fiscais a investidores e, principalmente, na legislação sobre a terra

(Estatuto da Terra de 1964), a qual só serviu para consolidar os mecanismos de monopolização da terra e inviabilizar de vez a Reforma Agrária no país (MENDONÇA, 2010).

Em síntese, o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro, no seu auge sob a Ditadura Militar, reforçou a irracionalidade que lhe é inerente. Os projetos de desenvolvimento implementados amplamente no país consolidaram o desenvolvimento desigual e combinado na estrutura interna, cujo resultado foi exatamente o reforço do subdesenvolvimento relativo (FERNANDES, 2006). Sob a escusa da modernização, imputou a expansão capitalista a todas as regiões do país, com finalidade de garantir não só o processo de acumulação imediato, mas, principalmente, de garantir as condições futuras necessárias à continuidade desta acumulação, para a qual o monopólio privado da terra e dos recursos naturais se torna imprescindível. Os desdobramentos deste processo são a centralização e concentração de capitais nas mãos da velha oligarquia agrária brasileira e o reforço do seu poder político na Nação, o que implica, na contemporaneidade, num processo de reprimarização econômica e na dominação política desta oligarquia, vinculada ao capital financeiro internacional, como abordaremos no próximo capítulo.

1.3. Síntese reflexiva do capítulo I.

Como anunciado, neste capítulo buscamos compreender o seguinte tema-problema: *Qual é a essência do capitalismo dependente e suas particularidades na sociedade brasileira?* O exposto no decorrer do capítulo, mais do que caminho para uma possível resposta única a um tema complexo, foi uma síntese reflexiva que buscou evidenciar os elementos centrais que dão substância às particularidades do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro. Assim, as categorias, metodologicamente, destacadas são aquelas que, dialeticamente articuladas, evidenciam a essência destas particularidades determinadas e determinantes do processo desigual global de acumulação do capital.

O que buscamos expor é que a dialética do desenvolvimento capitalista dependente está geneticamente arraigada à dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capital em seu processo global, o qual, a partir de sua fase tardia, reforça sobre os países

tecnologicamente menos desenvolvidos a dominação econômica e política. A busca pela acumulação de capital, objetivo último desse modo de produção, forja uma “ideia” de desenvolvimento que para a periferia só pode significar o subdesenvolvimento, dadas as condições históricas e estruturais nas quais esse desenvolvimento se assenta.

No Brasil, a dupla articulação, matriz estrutural explicativa do teor da dependência estrutural latino-americana, sintetiza a essência dessas condições, de modo que a relação de dependência ocorre tanto entre setores da econômica interna com setores das economias imperialistas de forma desigual e subordinada (portanto não é uma “interdependência real”), quanto entre setores da economia interna, esta foi a forma histórica pela qual se deu o particular desenvolvimento capitalista no país. O resultado dessa dupla articulação foi, inevitavelmente: a perpetuação da desigualdade - econômica, política e social -; o subdesenvolvimento; a contínua transferência de valor para as economias centrais; a superexploração da força de trabalho; a autocracia das classes dominantes internas, que impedem quaisquer ampliações nos padrões de democracia no país, mantendo-a débil e facilmente desmontável. Estes elementos constituem a essência do desenvolvimento capitalista dependente brasileiro; é a síntese das contradições imanentes das leis gerais da acumulação capitalista, que no capitalismo dependente são radicalizadas como processo necessário à própria continuidade da acumulação de capitais.

Na atual conjuntura do estágio de “desenvolvimento” do capital no âmbito internacional e latino-americano esta essência encontra uma convergência ainda maior entre a universalidade do Estado burguês e as funções que o mesmo cumpre nos desdobramentos do capitalismo contemporâneo como um todo e nas particularidades do desenvolvimento capitalista dependente nacional. A principal função do Estado no capitalismo contemporâneo é a garantia do lucro dos monopólios. O sistema da dívida, forjado na ditadura, criou as vinculações necessárias para a consolidação de um Estado nacional totalmente disponível aos interesses dominantes internos e externos na supremacia imperialista e do capital financeiro como apontou Fernandes (1986). No plano global, a realidade atual corresponde - consideradas as particularidades estruturais no Brasil -, ao momento histórico em que a própria democracia burguesa, como um todo, entra em uma decadência histórica e os Estados burgueses, em sua totalidade, projetam a autodefesa do capital e da continuidade do processo de acumulação como princípio básico e único frente à crescente desigualdade e a barbárie que

se instaura mundialmente, como bem destaca José Paulo Netto (2012) a partir do diálogo com Mészáros (2004).

Num cenário econômico e político contemporâneo em que impera a autodefesa do capital e da dominação burguesa em nível global, a democracia débil brasileira, com traços particulares do capitalismo dependente, mas com características universais da democracia burguesa como um todo no capitalismo tardio - onde as instâncias de poder ficam, cada vez mais, fora do alcance participativo da classe trabalhadora (MANDEL, 1977), os “condenados da terra” sofrem o recrudescimento da luta de classes que se dá numa disputa profundamente desigual, na qual a defesa da acumulação do capital coloca a miséria absoluta como realidade cada vez mais presente.

A existência histórica e estrutural da dupla articulação no Brasil faz com que, mesmo no centro das decisões internas, a burguesia nacional não consiga limitar a intervenção externa e as transformações capitalistas que aprofundam as relações de dependência estrutural. O desdobramento deste processo para a sociedade brasileira conforma a criação de facetas, ainda mais brutais, da superexploração da força de trabalho frente ao processo de reprimarização econômica que impera no século XXI como a “nova fase desenvolvimentista” do país, o que de forma simplificada, significa: 1) o fortalecimento do padrão agroexportador e, portanto, da oligarquia agrária vinculada ao capital financeiro; 2) o acirramento do monopólio da terra e dos recursos naturais por esta restrita camada social; 3) uma ampliação na drenagem, via transferência de valor, de recursos para as nações imperialistas e, 4) fechamento-abertura do ciclo vicioso, com a exacerbação da superexploração da força de trabalho.

2. QUESTÃO AGRÁRIA E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: raízes estruturais da questão social no Brasil

“Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”
(José de Souza Martins).

A temática principal deste capítulo é o debate da **questão agrária** e da **superexploração da força de trabalho** como processos fundantes da chamada **questão social no capitalismo dependente**. A proposta é da continuidade à explicitação a dinâmica do **desenvolvimento desigual e combinado**, movimento violento, inerente às leis gerais do capital (MANDEL, 1985) com ênfase para a particularidade de seus desdobramentos nos países designados como periféricos (MARINI, 2011; FERNANDES, 2008; 2006).

A discussão levantada é fruto do processo de reflexão acerca das contradições do capital nos países dependentes, a partir do processo de estudos realizado neste trabalho. Ao refletir e buscar mediações entre a nossa temática principal e nossa área de atuação, o Serviço Social, o debate da questão social que é central nesta área, também se colocou como um debate cujas particularidades na América Latina ainda precisa de uma maior dedicação teórica e analítica. O estudo da questão agrária e da superexploração da força de trabalho nos aponta novas perspectivas para compreender as particularidades dessas contradições e, a partir dele, colocamos em debate a questão social na América Latina e, particularmente, no Brasil, em busca de uma maior apreensão dos elementos que a estruturam neste território. A ampliação para este debate é fruto da constatação de 1) necessidade substancial da área em aprofundar seus conhecimentos acerca da realidade brasileira e latino-americana, como destaca Iamamoto (2008), bem de como aprofundar no debate sobre a questão agrária, cuja produção ainda é muito periférica; 2) necessidade de inter-relação entre diversas áreas do campo crítico latino-americano, perspectiva teórica que é pouco estudada pelos pesquisadores da área, que é a Teoria Marxista da Dependência. Desse modo, buscamos trazer elementos – ainda que insuficientes – para pensarmos a questão social na América Latina a partir dos processos que particularizam a luta de classes no continente: a superexploração da força de trabalho e a questão agrária.

2.1. O debate da questão social no âmbito do Serviço Social e a necessidade de sua ampliação no que tange às particularidades da realidade brasileira

A questão social inerente ao processo de desenvolvimento capitalista, é um dos temas centrais no campo dos debates contemporâneos do Serviço Social. Importantes intelectuais orgânicos da categoria do Serviço Social brasileiro têm propiciado reflexões profundas sobre o tema, em busca de mediações teóricas que explicitem sua gênese e suas expressões no âmbito da sociedade capitalista. Como sustenta Iamamoto, “o Serviço Social tem na questão social base de sua fundação como especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2008, p.27).

Ao questionar os vínculos desiguais inerentes à relação capital-trabalho como fundamento das leis gerais do particular modo de produção capitalista e a relação dos mesmos com a existência da questão social, o Serviço Social brasileiro enveredou a partir dos anos 1960 – no chamado *movimento de reconceituação*⁷ – onde se projeta a intenção de ruptura com as tradições conservadoras que lhe deram origem e em resposta às novas demandas colocadas à profissão. O resultado deste movimento foi a aproximação com as bases da ciências sociais e, posteriormente, a construção de uma perspectiva de profissão pautada na crítica social, em que a investigação crítica acerca da questão social se tornou indispensável, tendo como base teórico-política a tradição marxista (FALEIROS, 1987)

A partir das contribuições da tradição marxista, os autores do Serviço Social, mas também outros que bebem na mesma fonte, são, em sua maioria, enfáticos na correlação entre o processo de produção assentado na dinâmica da valorização do capital (valor que se valoriza ancorado na exploração do sobretrabalho) e a gênese da “questão social”. Ditas formulações teóricas sobre a “questão social” que partem do legado de Karl Marx situam os elementos centrais para a compreensão da mesma na “lei geral da acumulação capitalista” (Capítulo XXIII, livro I, d’O Capital). Neste grupo encontram-se referências como Netto (2001); Iamamoto (2001; 2008); Santos (2008), Pastorini (2004). De maneira geral – observados os objetivos propostos por cada um em seus trabalhos – estes autores são unânimes ao identificarem nas contradições apontadas por Marx a gênese da questão social, temas manifestos em suas formulações sobre a essência do modo de produção capitalista. A

⁷ De acordo com Faleiros (1987, p.51) “é preciso situar o movimento de reconceituação, não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um projeto vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação.”

reprodução ampliada do capital, na busca incessante do capital pela transformação do processo de trabalho em processo de valorização, coloca como mecanismo intensificação da exploração da força de trabalho, dada pelo aumento da produtividade social média do trabalho e a respectiva diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Para tanto, se faz necessária a modificação na composição orgânica e técnica do capital, aumento do capital constante (inovação tecnológica e organizacional do trabalho) sobre o capital variável (IAMAMOTO, 2001).

A síntese desta dinâmica é a crescente expulsão dos trabalhadores do processo de produção, por um lado e, por outro a intensificação da exploração daqueles que estão diretamente inseridos na produção de mercadorias. Frente a este processo, a produção de riquezas para a valorização do capital resulta inevitavelmente na produção da miséria. Situação concreta ancorada nas bases materiais de um modo particular de produção social da riqueza com apropriação privada da mesma. Sua meta contínua é a ampliação do exército industrial de reservas, seja via precarização do o trabalho ou pauperização/informalização de outra parte substantiva de trabalhadores. Tendo em vista este processo, Netto (2001) afirma que é na acumulação da miséria inerente à acumulação do capital que se encontra a raiz da produção e reprodução da questão social.

A partir de Marx e dos autores marxistas do campo do serviço social, podemos compreender que a existência do exército industrial de reserva não é apenas resultado da dinâmica de acumulação de capital, é também um mecanismo necessário ao movimento inerente à dinâmica e compõe, na luta de classes, a primazia do capital sobre o trabalho. Processo este que explicita a subsunção – formal e real⁸ – do trabalho ao capital. A subsunção

⁸ As categorias subsunção formal e subsunção real são explicadas por Marx n' O Capital, "Capítulo VI Inédito" (1978) a primeira diz respeito à subordinação do trabalho ao capital a partir do momento em que sua função se torna a de produzir valor, mesmo que o trabalhador ainda tenha certo domínio sobre o processo de trabalho. A segunda, refere-se ao processo de ampliação do domínio do capital sobre o trabalho na busca pela mais valia relativa, no qual a incrementação tecnológica fragmenta o processo de produção e destitui o trabalhador de qualquer controle sobre a totalidade do mesmo, ao mesmo tempo em que se intensifica a exploração de sua força de trabalho. Para Traspadini (2016) "A transição da subsunção formal a real nas economias centrais teve como condição sine qua non a permanência da subsunção formal nas economias latino-americanas, nos períodos subsequentes em que deixa de ser subordinada politicamente, mas economicamente segue na dinâmica de produção dependente do valor. Reforço este ponto: nas economias coloniais, por sua peculiaridade subalterna e submissa aos mandos das metrópoles, a subsunção formal do trabalho vinculado a terra, tende a gerar um mesmo movimento que, após as independências, reforça o caráter desigual e combinado: a lógica de produção de valor centrada no trabalho escravo do africano e do sujeito originário compõe o sentido histórico social (de conformação do capitalismo em geral e do capitalismo dependente em particular) da superexploração da força de trabalho na periferia e da exploração da força de trabalho nos centros. A subsunção real narra o desenvolvimento de mecanismos inerentes à produção de valor centrada no avanço tecnológico em umas partes e no avanço sobre a propriedade privada da terra em outras. Ainda

real se consolida com a generalização e o aumento da capacidade da produção mercantil com a Revolução Industrial Inglesa entre os séculos XVIII e XIX, mas assume ao longo do desenvolvimento da estrutura mundial capitalista, nos diferentes países, ritmos e temporalidades diferentes, sem negar a continuidade, em outras áreas da subsunção formal.

No capítulo XXIV do livro I O Capital – “A assim chamada acumulação primitiva” - Marx (2013) faz uma rica exposição sobre os mecanismos que possibilitaram as subsunções formal e real do trabalho ao capital, iniciadas pela separação “violenta e sanguinária” entre trabalhador e meios de produção - terra e trabalho - e a criação “a ferro e fogo” do trabalhador “livre e assalariado”. Tal exposição nos permite compreender a questão social como parte da gênese do capitalismo, cuja existência se ancora na oposição entre trabalhador e meios de trabalho, gerada pelos mecanismos espúrios da acumulação primitiva e ampliados a partir da intencionalidade da acumulação capitalista enraizada sobre a propriedade privada da terra e a suposta – mas questionável – ideia de trabalho livre.

De acordo com Netto (2001) o que torna a questão social um fenômeno novo, sem precedentes históricos anteriores ao capitalismo é a contradição imanente da lei do valor. A desigualdade na sociedade capitalista, diferente de outros modos de produção, se assenta na dinâmica da concentração que é produzido em poucas mãos, a apropriação privada dos meios de produção de vida. A gigantesca capacidade produtiva, generalizada no início do século XIX teve como contraface a generalização de uma forma particular de pobreza – o pauperismo capitalista – que “aparecia como nova precisamente porque ela se produzia nas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, de sua redução e, no limite, de sua supressão” (NETTO, 2001, p.45).

Outros elementos trazidos por Marx e Engels em seus escritos⁹ podem nos ajudar a compreender porque as contradições inerentes à reprodução do capital se tornam uma questão social: o fato de que os sujeitos, como seres sociais, projetam tais contradições da particular produção material de vida ao plano político. É a resistência dos trabalhadores explorados e pauperizados em acatar a condição de morte que o capital lhes impõe que a coloca como uma questão a ser resolvida, desde o ponto de vista do trabalho, de forma revolucionária, ou desde

quando não abre mão da expropriação na forma da ampliação da jornada de trabalho a intensifica ao incorporar máquinas e equipamentos ao longo dos diversos processos produtivos que a compõem. Este processo é mediado, no período colonial latino-americano, pelos negócios comerciais-bancários via oceano atlântico, movimento que organiza, gesta, desenvolve de maneira conjunta, contínua e desigual à produção-realização do valor”

⁹ Citamos aqui, dentre outras, “O 18 Brumário de Luiz de Bonaparte” (2011), “As lutas de classe na França”(2012), “O manifesto do Partido Comunista (1998) e o capítulo 8 d’O capital (2013).

o ponto de vista burguês de forma paliativa, que permita a continuidade da reprodução do capital sem a ameaça direta dos explorados.

Com base nestes elementos, a questão social é entendida como o resultado da valorização do capital e apresenta um movimento dialético entre a pressão dos “de baixo” e a defensiva dos “de cima”. Movimento que engloba, portanto, resistência sistematizada à sua substância contraditória, tanto pela classe explorada e pauperizada, que de forma organizada ou não, ameaça e pressiona o capital na luta para a supressão da sua condição de classe explorada ou pela minimização da pauperização e pela própria sobrevivência imediata, quanto pela burguesia, que, na luta pela autoconservação é consciente de que a supressão da questão social seria a superação da ordem burguesa.

A burguesia projeta, portanto, a questão social como algo intrínseco a todas as formas sociais e falseia sua essência, de modo que a concepção de intervenções políticas sobre a mesma visa mantê-la sobre controle – de forma repressiva ou limitadamente concessiva.

É pelo exposto que compreendemos as colocações de Netto (2001) ao afirmar que a questão social deve ser entendida como um complexo problemático amplo, para além da sua manifestação imediata como pauperismo e que nas reformas conservadoras da dinâmica do capital reside a impossibilidade de supressão da questão social. Retomando Marx, Netto (2001) afirma que somente com o rigoroso conhecimento do processo de produção do capital é possível esclarecer de forma precisa a questão social. Isso implica em reconhecer tal processo a partir das particularidades de cada estágio de desenvolvimento e de cada formação social como determinantes históricos da totalidade da reprodução do capital, nos quais as contradições iminentes da lei geral da acumulação capitalista se reproduzem.

Santos (2008) argumenta em torno da necessidade de investigações mais precisas sobre estas particularidades e aponta certa estagnação do debate no nível conceitual e geral, e reivindica uma maior investigação dos processos que particularizam a questão social, no caso, no Brasil. No intuito de nos somarmos à reflexão crítica e urgente do Serviço Social se apropriar “da história da realidade brasileira presente como condição de renovar e continuar assegurando a sua conciliação com a realidade social, condição para decifrar e recriar sua prática profissional, dando transparência para os elos que as articulam”(IAMAMOTO, 2008, p. 248), propomos trazer elementos para o debate das particularidades da questão social no Brasil tendo como referência central a Teoria Marxista da Dependência (TMD) em diálogo

com outros autores do campo marxista que têm a Teoria do Valor-trabalho, de Marx como referência.

Sant'ana (2012) destaca em seu livro as dificuldades que os profissionais do Serviço Social ainda encontram em relação à apreensão da questão agrária como particularidade da questão social no Brasil, a qual não está restrita ao campo, mas envolve dinamicamente a vida na cidade e se expressa na migração, no desemprego, na pauperização, na violência, etc. Marilda Iamamoto também tem feito grandes esforços no sentido de provocar-nos a “tomar um banho de realidade brasileira” e nos aproximar dos aspectos históricos e estruturais que desvelam esta realidade.

Pois é fundamental no exercício da profissão desvelar práticas socioculturais e sua vivência pelos sujeitos no cotidiano de suas lutas. É por meio delas, em distintas relações com o capital e o Estado, que vão construindo sua individualidade social com densidade histórica. Constroem suas consciências, não só como alienação, mas também como mediação crítica da história (IAMAMOTO, 2008, p.248).

A compreensão da questão social como uma totalidade que engloba as contradições campo e cidade, seus conflitos, lutas e afirmações é essencial para que os assistentes sociais possam atuar de forma crítica onde quer que estejam. Assim, é necessário que empreendamos mais esforços também na busca de um acúmulo teórico sobre a realidade brasileira e os determinantes históricos e estruturais que a conecta à totalidade complexa da reprodução social contraditória sob a égide do capital. É esse esforço que fará com que as nossas análises e mediações não fiquem defasadas e distantes do conteúdo real da questão social no capitalismo dependente.

Pela TMD, compreendemos as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente latinoamericano e suas expressões no Brasil a partir da categoria *dependência* Marini (2011). Categoria que, como abordado no capítulo anterior, explicita a estrutura desigual e combinada inerente ao desenvolvimento da periferia que se assenta na superexploração da força de trabalho e na questão agrária, expressões concretas do subdesenvolvimento (TRASPADINI, 2016).

A partir das formulações de Traspadini (2016), compreendemos que, na particularidade do capitalismo dependente, sob o palco do capitalismo na fase imperialista de domínio do capital estadunidense, a questão agrária, ao mesmo tempo, emana do contraditório

movimento de produção do valor e sua apropriação privada – interna e externa, retroalimenta as condições necessárias para a continuidade deste movimento. Este processo se amplia em concomitância com o processo de acumulação de capitais que, cada vez mais, avança seu domínio sobre a terra, os recursos naturais em toda a América Latina e amplia as contradições inerentes ao metabolismo do capital. Assim, coloca-se para nós, na investigação das particularidades da questão social na América Latina, a seguinte questão: **Podemos tratar a questão agrária apenas como mais uma expressão da questão social? Ou precisamos ampliar o debate para a perspectiva de que a questão agrária tem centralidade na própria conformação das contradições capital x trabalho na América Latina?**

Esta é uma questão que, certamente ultrapassa o escopo deste trabalho e que requer outro foco e fôlego de investigação que não os do momento, mas é no decorrer da presente investigação que ela apareceu como uma questão central, a qual, ainda que tratada aqui de maneira insuficiente, necessita ser posta em debate e, certamente, será objeto dos nossos próximos estudos.

Assim, traremos aqui elementos que contribuam para o acúmulo teórico da categoria profissional acerca do princípio básico do capitalismo - separação entre terra e trabalho - e os elementos centrais desta separação contraditória nas formações sociais latinoamericanas sob a égide do desenvolvimento capitalista dependente: **a superexploração da força de trabalho e a questão agrária.**

2.2. Questão agrária e superexploração da força de trabalho: elementos estruturantes da questão social na América Latina

Nos marcos do capitalismo, a propriedade privada da terra e o trabalho “livre” são condições básicas para a exploração da força de trabalho na gênese e desenvolvimento da produção de valor. Esta separação ontológica da relação do ser humano com a natureza e os demais seres vivos transforma a força de trabalho e a natureza em mercadorias. Ao transformar um bem natural, não produzido pelo trabalho em uma propriedade mercantil – recurso – o capital viabiliza a apropriação de mais-valia em diversos mecanismos de extração de valor que dão, como resultados, distintos rendimentos, que no caso específico do

capitalista agrária se denomina como renda da terra¹⁰. O monopólio privado das terras, dos meios de produção e do capital é o elemento chave para a compreensão da totalidade do movimento do capital que somente na forma discursiva separa campo-cidade, rural-urbano, mas que na totalidade de seu movimento desigual e combinado institui a produção de riqueza capitalista assentada sobre estas duas premissas: o aprisionamento (cerca) da propriedade da terra e a destituição dos meios de produção das mãos do trabalhador (MÉSZÁROS, 2004; MANDEL, 1985).

Na América Latina, a apropriação privada da terra e a superexploração da força de trabalho são elementos constitutivos do capitalismo dependente e sua gênese remonta à formação sóciohistórica sedimentada no passado colonial. A partir da definição das funções desta região na divisão internacional do trabalho (DIT) - fornecedora de produtos primários ao mercado mundial – como região pertencente a economias politicamente independentes, o capital financeiro forjou, necessariamente, o monopólio privado da terra e a superexploração da força de trabalho como condições *sine qua non* para a realização do valor na região, o qual é apropriado pelas classes dominantes internas e externas (MARINI, 2011; TRASPADINI, 2016).

De acordo com Mandel (1985), historicamente, o desenvolvimento desigual e combinado do capital criou as bases para a drenagem de riqueza, tanto para os países imperialistas, quanto internamente. Seja pela troca desigual entre as regiões, pelo sistema da dívida pública, ou pela manutenção das regiões mais subdesenvolvidas como fornecedoras de força de trabalho barata e, portanto, como viabilizadoras de uma particular superexploração que além de significar mais exploração desde o nascimento do trabalho assalariado, define também a particularidade da transferência de valor do Sul para o Norte como elemento fundante das relações internacionais necessariamente desiguais como processo retroalimentar do capital (MANDEL, 1985; MARINI, 2011).

Atualmente, em muitos espaços dentro e fora da academia, quando falamos sobre a questão agrária, parece que estamos falando de um passado remoto, já ultrapassado e esquecido. No século XXI, a própria figura do camponês perdeu seu encarte e, intencionalmente tida como “atrasada”, sucumbe, *ideologicamente*, ao padrão de produção no

¹⁰ De acordo com Harvey (2013), a terra sob formas puramente capitalistas apresenta-se como capital fictício, reduzida a um ramo especial da circulação do capital que rende juros. Assim, a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, a renda terra, no capitalismo assumem uma forma contraditoriamente necessária a própria acumulação de capital, tem relação direta com o fluxo de capital e determina a alocação adequada de capital na terra de acordo com os interesses da acumulação. Aprofundaremos a exposição sobre a renda da terra no item 3.1. do próximo capítulo.

campo imposto a partir da lógica do agronegócio¹¹. O campesinato - entendido como o camponês com perspectiva de classe no campo - assentado sob uma estrutura contestatória à ordem do agronegócio, é projetado pela mídia do capital como a figura do atraso ou do entrave, o sujeito do subdesenvolvimento. Mas, como salientara Karl Marx (2007), toda ideologia é uma dissimulação da realidade e serve para ocultar as relações de dominação. Assim, se nos dermos ao trabalho de analisar as contradições que pulsam do violento discurso-ação do capital, para além da aparência imposta, veremos que a questão agrária continua ainda mais latente e aberta na nossa realidade.

Consideramos a questão agrária retomando seu acento na elaboração de Karl Kautsky (1968), que a entendia como a manifestação da clássica relação contraditória entre capital-trabalho, a partir da organização da produção e do trabalho no campo nos marcos dos desdobramentos do capital. De acordo com este autor, a questão agrária apresenta mudanças históricas e particularidades em cada região ou país, resultado da própria lógica de produção da mercadoria, de aceleração da relação entre o capital constante e o capital variável – composição orgânica de capital e rotação do capital - e compreendê-la requer ampliar o olhar para além da agricultura. É necessário considerá-la inserida no mecanismo completo da produção e apropriação do valor, da metamorfose da mercadoria em capital, valor que se valoriza a partir da exploração da força de trabalho. Como campo de investigação, a questão agrária fundamenta o estudo sobre as formas de propriedade, posse e uso da terra e do modelo de produção agrícola desenvolvido, bem como das tensões e contradições que dele resultantes e seus desdobramentos sobre o trabalho (STÉDILE, 2013).

No cerne do desenvolvimento capitalista dependente, a desigualdade entre as classes sociais que alimenta o conflito histórico, aberto e latente, entre “os que navegam” e “os que naufragam”. Traspadini (2016) afirma que a questão agrária se apresenta como processo contínuo de manifestação da permanência da violência da acumulação primitiva passado-presente, a qual se apresenta na contemporaneidade em dois processos conexos: a) na

¹¹ Guilherme Delgado chama a atenção para este termo, traduzido para o português como agronegócio, pois o uso corrente do mesmo, no seu sentido técnico, como resultado do processo de modernização da agricultura não explicita os processos por detrás da mesma, que é o do capital financeiro na agricultura. Assim, Delgado (2011) propõe uma leitura alternativa do mesmo, que dê conta de explicitar que se trata de uma “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob o patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado. Essa associação persegue estrategicamente a captura do lucro multissetorial (medido pelo produto do agronegócio) e da renda fundiária capitalizada, que é ligada a um efeito riqueza, típico do arranjo fundiário nacional, não captado pelo autodenominado Produto do Agronegócio.”

dinâmica industrial latino-americana tem como fundamento, não só de gênese, mas de continuidade, a questão agrária; b) dito fundamento reforça o sentido atual da renda da terra e da acumulação por espoliação sob a égide do grande capital financeiro especulativo¹², que aprofunda a superexploração da força de trabalho e o domínio do capital.

A superexploração da força de trabalho, nos termos de Marini (2011) se conforma a como a característica *sui generis* do capitalismo dependente, resultado do movimento particular da lei geral da acumulação capitalista nos países dependentes, os quais, inseridos num processo de troca desigual,

não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011. P.146-147).

De acordo com Marini (2011, p.149), a superexploração da força de trabalho tem como mecanismos de apropriação do mais valor: a “intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho”.

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2011, p.150).

Para além das explicações econômicas acerca da sua tese central de que a superexploração da força de trabalho é o fundamento da dependência, Marini (2011) aponta a necessidade de transcender à estas explicações e buscar também elementos políticos e sociológicos que a explicite. Para nós, a leitura dialógica entre as proposições de Marini e os

¹² Na perspectiva leninista esse conceito designa a unificação entre capital produtivo e capital bancário, sob a hegemonia deste último, processo imperante a partir do capitalismo em sua fase monopolista.

estudos de Florestan Fernandes sobre a América Latina e, particularmente, sobre o Brasil, abre caminhos para a compreensão de tais elementos. Fernandes (2006) explicita a dinâmica da sociedade brasileira, onde a desigualdade – econômica, social, política e cultural, aprofunda cada vez mais o abismo entre as classes sociais e as classes dominantes mantêm o equilíbrio de suas relações externas – subordinada – às custas da manutenção, articulada, tanto de formas arcaicas de extração de valor, como de formas vis de dominação política e social, numa resistência sociopática à mudança. Também de acordo com Fernandes (2008), os mecanismos do desenvolvimento dependente incidem na criação de uma estrutura de *dependência dentro da dependência*, na qual a reprodução, pelo capital, de formas não-capitalistas de produção, principalmente no campo, perpetuam a desigualdade como condição de existência das classes dominantes, permitindo a apropriação de parte do valor ali produzido pelo capital e submetendo o trabalhador inserido neste processo às mais precárias condições de reprodução.

A dinâmica da estrutura mundial do capital, na qual o desenvolvimento desigual e combinado projeta aos países dependentes uma organização produtiva em torno dos interesses dos países imperialistas e cria um abismo crescente nos níveis de produtividade do trabalho (MANDEL, 1985), assim o subdesenvolvimento torna-se a forma-conteúdo do desenvolvimento possível no capitalismo dependente. Situação que institui a superexploração da força de trabalho como mecanismo permanente, “meio normal” de extração da mais-valia na América Latina em sua composição com as economias tecnologicamente mais avançadas (FERNANDES, 2008; MARINI, 2011).

Retomando a questão levantada acima, sinalizamos, que **a superexploração da força de trabalho expressa a forma-conteúdo particular do capitalismo dependente e reforça o impacto passado-presente da questão agrária como um dos elementos constitutivos da questão social na América Latina**. Nesse sentido, apontamos a necessidade de compreendermos a questão agrária como sendo *mais* do que uma expressão da questão social, ela é estruturante da contradição de classe no capitalismo dependente.

A questão agrária, elemento particular da questão social latino-americana, situa o núcleo das contradições presentes na relação entre capitalismo dependente e imperialismo. Nesta relação principal, o trabalho do camponês, eterno migrante e a propriedade privada da terra, são os elementos constitutivos da particularidade histórica das nações “formalmente independentes” que constituem o corpo político da América Latina nos séculos XX e XXI.

Desse modo, o estudo da questão social e suas manifestações não deve secundarizar, a nosso ver, a centralidade da questão agrária para a compreensão dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados à questão urbana e às políticas sociais expressamente desenhadas para a perspectiva industrial subordinada aos interesses do capital monopolista internacional.

2.3. A herança desigual e a desigualdade estrutural: elementos sócio-históricos e estruturantes da questão social no Brasil

A separação entre o ser social, os meios de produção e a terra mediada pela centralidade da propriedade privada é a pedra fundamental do processo de acumulação capitalista a qual é, historicamente, mediada pela violência. Marx (2013) ilustra bem a violência estrutural inerente à gênese e desdobramento das leis do capital, quando, no capítulo XXIV d'O Capital, se refere ao saqueio e as múltiplas violações protagonizadas pelos representantes das coroas sobre os povos da África, da Ásia e das Américas. Para além dos germens conectivos dos processos de violência global e da separação entre terra e trabalho que deram impulso à acumulação primitiva do capital como um todo, é prioritário neste trabalho evidenciarmos como este processo enraíza, no Brasil, a chamada questão social.

É preciso resgatar a história da formação social brasileira considerado-a desde o marco histórico da chegada bárbara dos europeus neste território para explicitar dois elementos interligados: 1) evidenciar que a desigualdade forjada desde a colonização é a raiz da questão agrária e da superexploração da força de trabalho no país e se assenta no monopólio das terras e dos bens da natureza (denominados pelo capital como recursos naturais), no patriarcado e no racismo; 2) a questão agrária e a superexploração da força de trabalho estão umbilicalmente ligadas entre si, dão materialidade ao processo de acumulação capitalista no país, integram o movimento geral do capital e demarcam a questão social particular no território latino-americano.

No Brasil, a colonização portuguesa criou as condições de separação entre terra e trabalho e os subordinou à produção de produtos primários para a Europa. Assim, a separação necessária para o desenvolvimento capitalista posterior já se encontrava consolidada quando as primeiras transformações propriamente capitalistas começaram a ocorrer. De acordo com Jacob Gorender (2005) e Martins (1998), foi exatamente a grande disponibilidade de terras que antecipou para o capital esta separação. Na Colônia, a especialização produtiva agrícola

em larga escala, denominada de plantagem, voltada para o mercado externo, só se tornou possível com o trabalho escravo, pois qualquer que fosse a quantidade de força de trabalho livre, esta seria insuficiente frente as dimensões territoriais disponíveis e a necessidade concreta de abertura de uma mata virgem e fechada, o que convergia com os rentáveis negócios da escravização dos povos africanos¹³.

A violência, o genocídio e a subordinação dos povos originários e a submissão dos africanos ao trabalho forçado são as formas sobre as quais essencialmente o modo de produção escravista colonial se assentou. Para Gorender (2005), a plantagem e o trabalho escravo estavam tão atrelados que se pode entendê-los como parte de uma mesma condição. Martins (1998) salienta que a estrutura da plantagem, para além da produção agrícola para exportação, tinha em seu cerne o próprio comércio de escravos. Era nesse negócio específico que se enraizava o mecanismo de especulação, no qual o ser humano transformado em mercadoria, possibilitava a produção e apropriação de renda, representado economicamente um negócio central.

A monetização humana oriunda do trabalho escravo, o latifúndio e a monopolização da terra e do poder são a síntese da economia política da colonização do Brasil. Esta se assentou sob as bases do patriarcado e do racismo como pilares estruturais da expropriação e da opressão daqueles que não tinham sequer a propriedade de seus próprios corpos¹⁴. A espoliação da terra e do trabalho permitiram, ao longo de três séculos a estruturação de uma sociedade baseada na desigualdade econômica, social, cultural e política entre os diferentes povos que ocupavam ou passaram a ocupar o território - coroando a supremacia do poderoso homem branco colonizador em detrimento dos povos originários e africanos escravizados.

¹³ Vale observar aqui, as particulares organizações sociais de divisão do trabalho presentes nas várias sociedades pré-colombianas na chamada meso-américa, as quais já apresentando um grau de desenvolvimento que, a nosso ver, é inconcebível ser chamado de primitivo (cidades extensas e povoadas, agricultura, cerâmicas, domesticação animal, sistema de estoque de mantimentos e sementes, sistema numérico vigesimal etc.). Toda a técnica e tecnologia presente em todo o vasto território são particulares àquela divisão do trabalho e não cabe comparação com nenhuma outra, o que cabe aqui é ressaltar que é a partir delas e sobre elas que se forjou as particularidades da colonização destes territórios pela Espanha, numa apropriação direta do conhecimento e de parte da organização do trabalho anterior. Assim, tais elementos também não podem ser desconsiderados quando a análise é sobre as contradições presentes na América Latina. Sobre este tema ver, Ciro Flamarion Cardoso que dedica vários estudos: *Historia Economica da América Latina* (1979) *América pré-colombiana* (1981) *O trabalho na América Latina colonial*. (1985). Traspadini (2016), também traz uma rica abordagem sobre o mesmo.

¹⁴ Para Traspadini (2016): “É essencial reforçar este tema relativo à coisificação do africano e dos grupos originários da América Latina, uma vez que definem as marcas, nos corpos-mentes, dos povos seguintes, do tipo de humanidade castrada consolidada para a produção material da riqueza apropriada tanto aqui, quanto na Europa. Todo tipo de escravidão encerra a violência do ser objeto para outro. No entanto, a escravidão mercantil consolida novos mecanismos que engendram a materialização da riqueza capitalista.”

A dominação e espoliação forjadas no período do Brasil colônia, permitiram, no processo de transição da independência e constituição posterior da República, a monopolização do poder político, econômico e social por estes últimos, solidificando ainda mais aquela desigualdade. De acordo com Fernandes (2006), as mudanças ocorridas com a criação do Estado Nacional, se restringiram ao plano externo das questões políticas e econômicas, ao passo que constituíram a autonomia das decisões políticas nacionais e permitiram aos agentes econômicos privilegiados internos, ex-colonizadores, projetarem relações econômicas diretas com outras nações, sem o intermédio e a espoliação anteriormente perpetrada pela Coroa Portuguesa. Internamente, a ampla desigualdade anterior foi aprofundada quando em 1850, com a criação da chamada “Lei de Terras”, os donos do capital agrário concretizaram formalmente a separação entre terra e trabalho, processo que antecede a “liberação” da força de trabalho da escravidão em 1888, manifesta na abolição formal da escravatura (MARTINS, 1998).

A inserção do país, enquanto Nação independente, na divisão internacional do trabalho (DIT), delimitou a continuidade no fornecimento de bens primários ao mercado mundial como função central da mesma. Função que, dada as relações de dependência, foi cumprida a partir da manutenção e aprofundamento da estrutura desigual formada na Colônia. Assim, o desenvolvimento capitalista no país não apenas preservou as estruturas econômicas, políticas e sociais preexistentes como as recriou e as re-significou em função das necessidades de acumulação do capital (MARINI, 2012; FERNANDES, 2006).

De acordo com Fernandes (2006) o capitalismo, como modo de produção, tem por base social o regime de classes, e foi a partir das contradições herdadas do período colonial que se estruturaram as classes sociais no país. Frente à estruturação de uma sociedade de classes, onde a estrutura de castas, formada na Colônia, ainda apresentava uma concretude real, as contradições entre ambas, se manifestam, por exemplo, na integração do negro nessa sociedade de classes, como traz Fernandes (2008a). Para este autor, a Colonização via sistema escravocrata conformou um processo social marcado por relações cruéis, díspares e deformadoras. Desta desigualdade estrutural resultou um processo no qual a igualdade jurídica, que fazia livres todos os homens, nunca foi suficiente para fazer com que as desigualdades reais e necessárias às novas-velhas relações de poder dessem lugar a uma democracia ampla e real. O que Fernandes (2008a) denuncia é a farsa manifesta na ideia de democracia racial que muito se difunde no Brasil.

Em “A integração do negro na sociedade de classes”, Fernandes (2008a) aborda especificamente a situação do trabalho no Estado de São Paulo, dos barões do café, e as dificuldades que os ex-cativos encontram para delimitar um espaço para si numa sociedade urbana em formação capitalista, cuja dinâmica é radicalmente diferente daquela em que foram socializados e todas as desvantagens de sua condição social frente a concorrência como o imigrante europeu já adaptado às relações capitalistas de trabalho. Nas entrelinhas desta obra e das demais contribuições de Florestan, o que chama a atenção é o fato de que os negros foram irreversivelmente empurrados para as cidades e se embaraçam na sua própria realização enquanto sujeitos livres, posto que o único pertence que obtiveram com a libertação foi o direito sobre sua própria vida. Recorrendo a Martins (1998) este mostra que a migração dos mesmos para as cidades ou para locais mais remotos do território brasileiro – os sertões - corresponde à impossibilidade de permanência no campo, dadas as novas funções da terra frente ao processo de valorização do capital, que se projetava para a terra (MARTINS, 1998).

Na sociedade nacional, as contradições relativas à realização do trabalho e a propriedade da terra ganharam novas facetas: terra se tornou cativa, mercadoria passível de capitalização e, portanto, de renda; o trabalho se tornou livre, ou melhor, o ser humano se libertara de ser mercadoria, objeto, mas que somente se realizará enquanto sujeito a partir da alienação de sua força de trabalho, enquanto mercadoria. A terra mercadoria torna-se inacessível ao trabalhador, ao passo que as relações de trabalho “livre”, que se estabeleceram para a produção de mais-valia, conformaram contradições particulares, a saber:

1) a violência na separação terra e trabalho é ocultada pela “liberação do trabalho”, que na verdade significou a liberação da terra para ser objeto de capitalização e do trabalho para a formação da mão-de-obra necessária a um processo de extração de valor para atender às novas exigências do capital;

2) A realização do trabalho não assume na dinâmica do desenvolvimento nacional uma passagem direta e única para relações propriamente capitalistas (MARTINS, 1998). Frente ao desenvolvimento desigual e combinado do capital e sua projeção sobre as relações de dependência que passaram a estruturar a produção mercantil no país, as relações não-capitalistas de produção assumem uma função central na dinâmica da acumulação. Assim, o trabalho foi imerso numa diversidade de relações de produção não-capitalistas e capitalistas, integradas entre si e com o objetivo de atender ao processo de acumulação do capital.

Portanto, as distintas configurações da realização do trabalho não modificam a sujeição do mesmo ao capital. As relações não-capitalistas de produção foram (e são) reproduzidas como elemento necessário à contínua acumulação primitiva de capitais, convergente com a acumulação capitalista como um todo, nas quais toda a camada marginalizada da sociedade de classes se viu subordinada em relações de trabalho extremamente precárias (MARTINS, 1998; FERNANDES, 2008; MANDEL 1985). As formas dessas relações não-capitalistas, marcadas pelas relações patriarcais de mando e sujeição se modificaram ao longo da história, mas as origens dos sujeitos que nelas estão inseridos permanecem iguais¹⁵

Em síntese, a estrutura desigual conformou a monopolização privada e pública (terras devolutas) da terra e lançou à própria sorte o trabalhador que passou a ocupar, na estratificação de classes, o pólo da miséria histórica, criada e recriada para e pelo capitalismo dependente. Como salientou Darcy Ribeiro (1995), esta miséria se expressa na maneira devastadora que atinge os descendentes dos negros escravizados e dos povos indígenas – negros, quilombolas, caboclos, mestiços, ribeirinhos sertanejos, etc., sujeitos estes submersos a condição de venda da força de trabalho em situações violentas de precariedade estrutural. Palco de sustentação objetiva da violência particular manifesta na superexploração da força de trabalho como forma-conteúdo do capitalismo dependente.

Na análise das contradições inerentes a este marco estrutural da violenta desigualdade, presente no capitalismo dependente no Brasil, percebemos as raízes nas quais se entrelaçam as relações históricas de racismo e patriarcado passadas-presentes na sociedade brasileira, condições estruturais que demarcam o processo particular de acumulação de capital no país.

A questão social, emanada do processo de acumulação capitalista, se apresenta no Brasil sob o suporte de um amalgama de relações de desigualdade social, econômica, política, cultural, sexual e étnico-racial, que a antecede enquanto resultado de um processo propriamente capitalista no país. Este amalgama é elemento primordial para compreendermos as manifestações da questão social no Brasil, pois a subordinação de todas as relações sociais ao modo de produção capitalista e seu desenvolvimento dependente não o suprimiu, ao contrário o recriou e refuncionalizou para atender as necessidades de acumulação do capital vigentes. Estas necessidades se objetivam a partir das condições materiais, políticas e

¹⁵ Mais adiante trataremos da diversidade de relações de trabalho que se configuram, principalmente, no campo brasileiro, por hora, basta evidenciar suas raízes.

culturais de subordinação do trabalho ao capital, as quais são criadas por aquelas desigualdades. São elas que possibilitam a **superexploração da força de trabalho**, *pari passu*, as contradições imanentes desta objetivação impulsionam o crescimento e a perpetuação das mesmas desigualdades na sociedade brasileira.

A desigualdade, base existencial do desenvolvimento capitalista dependente se desdobra numa sociedade onde as classes dominantes internas, que para se manterem enquanto tal, se associaram a dominação externa e colocaram-se historicamente contrárias a qualquer proposta de mudança social para a classe trabalhadora. Os trabalhadores são historicamente pisoteados e as “mudanças” partiram sempre de cima para baixo, desde a Colonização até a “Nova república” (FERNANDES, 2006; 1986).

A desigualdade estrutural inerente à questão agrária latino-americana expressa as particularidades da questão social no continente - movimento indissociável da mediação de primeira ordem entre capital-trabalho em geral - assentada na monopolização da terra e na superexploração da força de trabalho que, como salientara Marini (2011, p.184) é inerente à acumulação de capital nos países dependentes e “cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho”.

2.4. Síntese conclusiva do capítulo II

Neste capítulo, ao colocarmos a questão agrária em primeiro plano na análise, buscamos não apenas mudar a perspectiva com que temos estudado a questão social na América Latina, o esforço foi o explicitar que, se não consideramos a questão agrária como um elemento central na conformação da luta de classes no capitalismo dependente latinoamericano e, particularmente, no Brasil, teremos uma análise deficitária sobre as particularidades da questão social neste território.

Enquanto elemento particular da questão social latino-americana, a questão agrária representa o núcleo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital como mediação de primeira ordem: o trabalho do camponês, eterno migrante, e a propriedade privada da terra, como elementos constitutivos da particularidade histórica das nações “formalmente independentes” que constituem o corpo político da América Latina. A superexploração da força de trabalho como mecanismo particular do capitalismo dependente

reforça o impacto passado-presente da questão agrária, num processo que abrange não apenas os trabalhadores do campo, mas ao colocar para estes, condições de extrema desigualdade e degradação humana, refluí sobre o conjunto da classe trabalhadora, rebaixando as condições de vida dessa classe em todos os espaços da sociedade.

A nosso ver, a questão agrária é central para a compreensão dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados à questão urbana e as políticas sociais expressamente desenhadas para sua perspectiva industrial, pois estas se movimentam no conjunto das determinações concretas no capitalismo dependente, para as quais a existência da superexploração da força de trabalho da questão agrária é primordial.

3. O PASSADO-PRESENTE DA QUESTÃO AGRÁRIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE

Como já apontara Marx (2013, p.720), a lei geral da acumulação capitalista “é modificada, em sua aplicação, por múltiplas circunstâncias”. Entendemos assim que ela se particulariza em cada fase desse desenvolvimento e em cada realidade sócio-histórica das diversas regiões do mundo, como mostra Osório (2014). Desse modo, analisando a partir da América Latina, onde o desenvolvimento capitalista se dá de forma dependente e subordinada aos interesses imperialistas, a separação entre terra e trabalho - cuja essência é a transformação da terra em mercadoria e a sujeição do trabalho à produção de valor, também apresenta nuances particulares. Ou seja, a questão agrária na América Latina apresenta diferenciações, que, na sua análise devem ser levadas em conta. Para Roberta Traspadini, em sua tese recém defendida - *Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas* (2016)

A questão agrária encerra um processo histórico de relações sociais desiguais com tendências a se acentuarem no decorrer do desenvolvimento da forma-conteúdo capital. No capitalismo contemporâneo, a questão agrária na América Latina pauta problemas de natureza econômica-política-cultural. Explicita questões sociais típicas de relações sociais originadas pela forma particular de propriedade privada da terra e do conteúdo real da superexploração da força de trabalho que lhe sustenta. Ambos os processos ancorados no empobrecimento dos trabalhadores rurais e êxodo rural decorrente disto (TRASPADINI, 2016, p.166).

Como exposto no capítulo I, o marco da dependência é esta inserção subordinada ao mercado mundial, nos marcos da reprodução do capital no âmbito interno, no entanto, as raízes da estrutura histórica da sujeição da região à dinâmica do capital foram fincadas na disposição do trabalho e da terra na América Latina, desde a invasão colonizadora, aos movimentos originários do capital nas metrópoles. A partir das formulações de Traspadini (2016), podemos visualizar como se desenvolveu historicamente o movimento da relação entre América Latina e os países imperialistas, sintetizado em quatro fases no quadro abaixo:

<p>1ª fase – século XV-XVIII</p> <p>Mercantilista / colonial</p>	<p>Centralidade da produção mercantil simples tanto na Europa, quanto na América Latina (acumulação originária e renda da terra absoluta e diferencial do tipo I); Momento em que está em gestação a renda da terra e a produção apropriação de valor.</p>
<p>2ª. fase – séculos XVIII-XIX</p> <p>Capitalismo concorrencial / nascimento do capitalismo dependente</p>	<p>A produção simples deu passo à forma ampliada de produção de capital; Momento em que as colônias sofrerão impactos decisivos sobre a propriedade da terra e o sentido do trabalho vinculado a ela (acumulação capitalista, renda da terra absoluta e diferencial do tipo I e II).</p>
<p>3ª. fase - meados do século XIX e início do XX)</p> <p>Imperialismo / capitalismo dependente</p>	<p>A característica fundamental é a da produção e valorização do capital, com violenta força hegemônica, expansionista; Momento em que o desenvolvimento do capitalismo <i>sui generis</i>, a dependência, estabelece-se (renda da terra e composição orgânica e técnica do capital em avanço).</p>
<p>4ª. fase (1970 em diante)</p> <p>Nova fase do imperialismo / intensificação do capitalismo dependente</p>	<p>A dependência latino-americana assume novos e mais intensos contornos de extração de valor via subsunção formal do trabalho e concentração da propriedade privada da terra. O trabalho é ainda mais precarizado e a terra torna-se mercadoria futura para o capital financeiro especulativo; Momento de criação de mecanismos para contrarrestar as tendências contraditórias inerentes à produção e valorização do capital constitutivo da riqueza capitalista.</p>

Elaboração própria a partir das formulações de Traspadini (2016)

A partir do quadro acima, podemos ver como a função central destes países na DIT foi reconfigurada, em suas formas, ao longo do tempo, mas manteve sua essência inalterada, como mostra Traspadini (2016), entendimento que Delgado (2012) também afirma ao tratar

do Brasil. Isso significa que a centralidade da produção de mercadorias na região ainda é com vistas à exportação de bens primários – vegetais e minerais – e esta repousa sobre a estrutura desigual que sempre a fundamentou: a monopolização das terras, dos meios de produção e do capital; a superexploração da força de trabalho e marginalização do trabalhador.

Para a investigação da atualidade da questão agrária no capitalismo dependente, particularmente no Brasil, trabalharemos 3 pontos: a) um introdução teórica sobre a centralidade da terra e do trabalho para o capital; b) A constituição da atual classe trabalhadora no campo; c) A reprimarização econômica no Brasil e o acirramento da questão agrária no século XXI.

3.1. A centralidade da terra e do trabalho para o capital: a renda da terra como elemento orgânico do processo de acumulação capitalista

Segundo Marx (1996) a terra e o trabalho são as fontes originárias de toda a riqueza capitalista. A separação entre o trabalhador dos seus meios de trabalho e da terra foi o primeiro passo rumo à conformação do particular modo de produção capitalista, processo decisivo para a subsunção formal e real do trabalhador ao mercado à falta de alternativas e à crescente miséria, que afeta tanto os trabalhadores da cidade quanto os do campo (MARX, 1978).

A terra, como bem natural necessário à reprodução dos seres vivos e que não pode ser produzido pelo capital, é essencial a todos os processos de produção da mercadoria e, seu ritmo cujo compasso natural não depende, totalmente, do ritmo do humano na ciência, expõe os limites e as desigualdades inerentes às diversas composições orgânicas do capital que se entrelaçam na totalidade do movimento de valorização. Para o capital a terra é o fator essencial e contraditório, pois este visa apenas a produção de mercadorias para a extração da mais-valia produzida pelo trabalho, e a terra, como bem natural, não pode ser produzida pelo trabalho, ainda que seja submetida às mais perversas formas de extrativismos destrutivos do ser e do meio em que (com)vivem os seres. Por um lado, a produção humana na dinâmica do modo de produção capitalista se desvincula do sentido de integração com a natureza e tenta uma inversão sem sentido de papéis. Da dependência do humano com a natureza, trata-a como dependente dos avanços de superação dos próprios limites naturais. Por outro lado, o

proprietário privado da terra mantém-se vinculado a ela, subordinando-a aos seus interesses de lucro pois somente nela pode encontrar determinados bens ou condições necessários a esta produção. (MARX, 1986; VERGÉS, 2006).

A partir de Marx (2013; 1986), podemos afirmar que, no capitalismo, o trabalho alienado, base das relações sociais, foi submetido à função de criador de valor de troca e a força de trabalho, capacidade ontocriativa humana, foi transformada em mercadoria e subsumida ao capital. O fruto do trabalho humano é transformado em mercadoria e são as necessidades de valorização do capital e não as necessidades humanas, que regulam - via mercado - as relações sociais do trabalho. Na terra e no trabalho são introjetadas novas formas violentas de aprisionamento da vida e as poucos o natural-social vai sendo programado para entender o artificial como próprio quando em realidade é um constructo humano novo para a história geral da humanidade.

Para Marx (2013), a base de todo o processo, no qual surge o modo de produção capitalista, está na expropriação fundiária e na “libertação” do trabalho escravo e servil, que retira dos produtores diretos os meios de subsistência e de produção. A expulsão dos trabalhadores do campo libera a terra para a agricultura mercantil e, esta torna-se uma mercadoria que mesmo parada tende a integrar o processo de valorização.

Marx (2013) ilustra as diversas formas do processo de separação entre os produtores e a terra na “Assim chamada acumulação primitiva do capital” em diversas regiões, sendo que o que há de comum em todas elas é a violência estrutural: *roubo, usurpação, terrorismo, disciplina sanguinária*, etc. A violência foi o mecanismo primordial na criação dos trabalhadores *livres como pássaros*, cuja expulsão do campo criou, diretamente, os modernos proprietários fundiários. David Harvey (2013) ao abordar a teoria da renda da terra em Marx, constrói uma linha argumentativa que demonstra que o antagonismo entre os proprietários fundiários e os capitalistas tende a diminuir à medida que o capitalismo triunfa e se lança sobre a agricultura “racionalizando-a”, situação que conduz a um processo em que os interesses individuais do proprietário de terras se fundem aos do capitalista e aquele se torna uma facção do próprio capital.

A análise de Marx no livro III d'O capital está voltada para o processo de produção capitalista ocorrido na Inglaterra do século XVII ao XIX, à época, o único país que já havia desenvolvido as bases desse modo de produção. Porém, ele ressalta que,

A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas (MARX, 2013 p.787).

As diversas mudanças que ocorreram ao logo do desenvolvimento capitalista, seja na sua fase mercantilista/concorrencial ou na monopolista/imperialista, não foram capazes de alterar substancialmente as contradições originárias do capital. Ao contrário, criaram novas facetas ao velho antagonismo e diversificaram as formas de violência e expropriação dos frutos trabalho emanados da exploração das trabalhadoras e trabalhadores. A propriedade privada da terra e dos meios de produção em geral e a exploração da força de trabalho são elementos centrais deste modo de produção. É sobre as contradições emanadas desta desigualdade estrutural que repousa o metabolismo do capital, processo que permanecerá orgânico enquanto for este o modo de produção socialmente vigente.

A propriedade privada é “o pressuposto de que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras” (MARX, 1986, P.124). Tal pressuposto indica que estas pessoas sujeitadoras dos outros seres podem controlar as formas como as demais se relacionarão com a natureza, pois o monopólio fundiário vincula-se ao monopólio de toda diversidade da fauna e da flora, bem como da água e dos recursos minerais.

O monopólio da propriedade fundiária é um pressuposto histórico e continua sendo o fundamento permanente do modo de produção capitalista, bem como de todos os modos de produção anteriores que se baseiam, de uma maneira ou de outra, na exploração das massas. Mas a forma em que o incipiente modo de produção capitalista encontra a propriedade fundiária não lhe é adequada. Só ele mesmo cria a forma que lhe é adequada, por meio da subordinação da agricultura ao capital (MARX, 1986, p.125).

Marx (1986) trata a renda da terra como **renda diferencial** de tipo I ou tipo II. A do tipo I diz respeito à localização e fertilidade da terra; ou do tipo II que é obtida a partir da incorporação tecnológica, de investimentos no solo para melhorar sua produtividade; Há

também a **renda territorial absoluta**, “que resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade” (Kautsky, 1968, p.73)

Para Harvey (2013) sob o capitalismo o processo de separação entre terra e trabalho é imprescindível para a criação das condições de produção social com apropriação privada. A negação ao trabalhador do acesso a terra funciona como um meio para a produção de mercadorias organizada a partir da violenta matriz da propriedade privada. Um dos elementos que justifica esta separação permanente é o fato de que a posse da terra movimenta e dá sentido ao princípio da propriedade privada, motor do modo de produção capitalista. Tal dinâmica “desempenha uma função ideológica e legitimadora para todas as formas de propriedade privada” (Harvey, 2013, p.463), principalmente a política de cercamento jurídico legal dos meios de produção, condição *sine qua non* da existência do capital e da subsunção do trabalho discursivamente denominado de “livre”. Para Kautsky (1986, p.74):

Sob o regime da propriedade privada do solo e da produção de mercadorias na agricultura, tornam-se mercadorias as próprias parcelas de terra. Quando os meios de produção se tornaram capital, foi se levado a considerar o solo, também, como capital. Ele não é. Por mais que se lhe dê continuamente o nome de capital, com isso não se enriquece de um tostão o proprietário territorial. Sem dúvida, a sua terra se tornou uma mercadoria, que possui preço e um valor comercial determinados. Mas esse valor obedece a leis diversas das que regulam o valor comercial comum. O solo não constitui uma elaboração do trabalho humano: o seu preço não é, portanto, determinado pelo trabalho necessário à sua produção. Muito menos pelas despesas de produção. Ele é determinado pela renda territorial. Na sociedade capitalista, o valor de uma parcela de chão ou de um bem se assemelha ao valor de um capital cujo rendimento fosse igual ao montante da renda fundiária do solo em apreço. O valor desse capital é o valor comercial da terra.

A renda da terra, como pagamento de um tributo ao proprietário da terra, tende a apresentar-se como movimento contraditório ao próprio processo de acumulação, a medida que, sendo uma parcela das receitas da burguesia – parte da mais-valia expropriada dos trabalhadores – esta renda pode não ser convertida em capital, limitando assim a amplitude do processo de acumulação, que se realiza na contínua inversão de capital na busca de mais-valia. Mas esta é uma contradição inerente à relação social que se estabelece no capitalismo e não é em si uma contradição fundamental. “A contradição fundamental é que a produção da riqueza é socializada pelo capital e sua apropriação é privada: o burguês e o proprietário da

terra se apropriam desta riqueza” (MARTINS, 1995, p.172). A chave para compreender a “forma e a mecânica” da propriedade privada da terra no capitalismo está no fato de que independente das relações contraditórias entre proprietários da terra e capitalistas da terra, a tendência crescente sob o capital é “o tratamento da terra como um mero bem financeiro”, sendo este “bem” viabilizado pela exploração do trabalho, independente se o proprietário é o Estado, a Igreja, os bancos, os fundos de pensão, pequenos produtores etc. (HARVEY, 2013, p.462),

De acordo com Harvey (2013), a terra sob formas puramente capitalistas apresenta-se como capital fictício¹⁶, reduzida a um ramo especial da circulação do capital que rende juros. Assim, a propriedade privada da terra e, conseqüentemente, a renda terra, no capitalismo assumem uma forma necessária a própria acumulação de capital, tem relação direta com o fluxo de capital e determina a alocação adequada de capital na terra de acordo com os interesses da acumulação

Harvey (2013) afirma que o tratamento da terra como um mero bem financeiro, sua transformação em capital fictício, como um campo aberto para a circulação de capital que rende juros, é o que faz desaparecer a contradição entre a lei do valor e a renda da terra e que é esta mesma lei do valor que desenvolve esta transformação. E nesse sentido que podemos compreender vigência da renda absoluta no século XXI. A renda da terra e a propriedade privada são socialmente necessárias para a perpetuação do capitalismo. Para Vergés (2006), a existência da renda da terra introduz novas determinações aos fluxos de mais-valia e isso não altera a lei do valor, somente agrega novas mediações e contradições a seu modo de operação.

A circulação de capital que rende juros em títulos fundiários desempenha um papel análogo àquele do capital fictício em geral. Ela indica os caminhos de localização para futura acumulação e atua como um agente de força catalizadora que reorganiza a configuração espacial da acumulação segundo os imperativos básicos da acumulação. (...) é, ao mesmo tempo, um dispositivo de coordenação vital na luta para organizar o uso da terra de modo a contribuir para a produção de mais-valor e para a estruturação das formações sociais capitalistas em geral (HARVEY, 2013, p.476).

¹⁶ A categoria capital fictício em Marx expressa o capital monetário que não tem correspondência real. Diz respeito à multiplicação ilusória da riqueza realmente existente através do capital portador de juros, com a mediação de mecanismos monetários e financeiros (HARVEY, 2013).

A partir dos elementos acima abordados, fica evidente a necessidade da Teoria da Renda da Terra de Marx para a compreensão da totalidade do processo de acumulação do capital. A terra, como mercadoria que permite a apropriação de uma renda futura, condena o trabalho à realização do mais-valor necessário à criação desta renda. Assim, a realização da renda da terra é também a determinação das atividades, da localidade e do espaço de tempo nos quais o capital realiza mais valia sobre a exploração do trabalho. A mobilidade do capital e do trabalho são determinadas também pelos interesses dos proprietários fundiários que atuam ativamente na construção de dispositivos que “filtra o uso da terra e impõe alocações de capital e do trabalho que do contrário não poderiam acontecer” (HARVEY, 2013, p.473).

Quanto mais ativos forem os proprietários de terra neste aspecto, mais ativo será o mercado fundiário e mais ajustável se tornará o uso da terra em relação às exigências sociais no presente momento, a acumulação do capital. (...) O mercado fundiário molda a alocação de capital a terra e, desse modo, molda a estrutura geográfica da produção, da troca e do consumo, a divisão técnica do trabalho no espaço, os espaços socioeconômicos da reprodução e assim por diante (HARVEY, 2013, p.473-475).

A partir de Marx, Kautsky (1968) e Harvey (2013) mostram que a existência da renda terra, resultado de sua transformação em capital fictício pelo capitalismo é um elemento determinante no próprio processo acumulação e a contradição entre a propriedade privada da terra e a acumulação de capital é uma contradição própria do capitalismo, a qual só pode se resolver com a solução da contradição fundamental que é a oposição entre capital e trabalho, ou seja, a exploração do trabalho pelo capital. Para Vergés (2006, p. 73), “com a teoria da renda da terra, entendida como a teoria das relações econômicas entre a indústria e a agricultura, a lei do desenvolvimento desigual do modo de produção capitalista adquire suas determinações” (tradução própria).

Mientras la tierra, su fertilidad y otros factores naturales no sean sustituidos por medios de producción socialmente generados, la tierra como bien natural escaso alterará cualitativamente la lógica de la producción capitalista en la agricultura, y al articularse ésta con la industria dicha alteración remodelará la lógica del desarrollo capitalista en su conjunto (VERGÉS, 2006, p.74).

A terra, transformada pelo capital em um bem estritamente monetário e funcional ao processo de acumulação é separada do trabalhador como meio natural da sobrevivência deste último e sua função social enquanto espaço de realização do trabalho e, portanto, base da

socialização humana, é aniquilada frente aos interesses especulativos do capital. Mesmo nos setores produtivos do campo onde as relações de produção são não-capitalistas como no campesinato, a dominação do capital e a sujeição da renda territorial ao capitalismo levam à expropriação de parte do trabalho familiar como pagamento da renda da terra e assim sujeita também o trabalho que se dá nestas relações ao capital. A subsunção formal e real do trabalho ao capital diz respeito à sua separação da terra, dos meios de trabalho e da própria autonomia sobre a realização do trabalho, no entanto, a existência da renda territorial como uma condição socialmente necessária ao capitalismo possibilita que mesmo o trabalhador que não é separado da terra e dos meios de produção sejam subsumido ao capital. Esta situação tem a ver com o desenvolvimento desigual inerente ao capital, que na busca por maiores ganhos, ou na conformação de mecanismos que contrarrestam a tendência à queda da taxa de lucro, se ocupará, no campo, dos setores em que a renda da terra é alta, mas criará mecanismos para elevar a relação entre trabalho excedente e trabalho necessário, como forma de lucrar com a composição da renda da terra junto aos demais setores (MARTINS, 1995).

De acordo com este autor, este processo é explícito no Brasil e nos países dependentes como um todo. O capitalista e o proprietário são, em geral, a mesma pessoa, portanto, não há uma contradição de classes na apropriação da renda da terra, ao fim, a mesma *persona* se apropria tanto da parcela da mais-valia referente ao lucro quanto daquela parcela da mais-valia social referente à renda da terra. Esta é uma tendência do capitalismo, como aponta Harvey (2013), mas a estrutura histórica do Brasil permitiu que aqui tal processo ocorresse de forma instantânea.

Os setores do campo no Brasil atualmente dirigidos diretamente pelo agronegócio - voltados à exportação – cana de açúcar, soja, eucalipto, pecuária de corte, etc.-, há possibilidades de apropriação de uma renda da terra maior e o processo de exploração do trabalho se realiza com um trabalhador já subsumido ao capital, uma vez que este é despossuído¹⁷ dos meios de produção, o chamado proletário rural. Os setores onde a renda é baixa, como na produção de alimentos para o consumo interno – feijão, mandioca, hortaliças,

¹⁷ Mais à frente veremos que essa separação entre trabalhador e seus próprios meios de produção é em alguns casos momentâneas, como é o caso do camponês que migra por determinada parte do ano para trabalhar como assalariado nas grandes lavouras. Este processo não significa que enquanto está fora do trabalho assalariado não esteja sujeito à lógica do capital de extração da mais-valia, ao contrário, aí também o capital se apropria gratuitamente de parte do seu trabalho, que é exatamente aquela que o reproduz enquanto força de trabalho que será disposta ao capital, como aborda Martins (1986).

etc. - são, em geral, dirigidos pela produção familiar sujeita ao pagamento da renda da terra e não ao recebimento da mesma, mesmo sendo proprietários da terra e dos meios de produção. Isso ocorre, de acordo com Martins (1995, p.176) porque

O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida com a garantia de empréstimos para investimentos e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos adquiridos com o empréstimo, mas a terra. Por esse meio o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser proprietário dela. O lavrador passa imperceptivelmente da condição de proprietário nominal, pagando ao banco a renda da terra que é nominalmente sua. Sem o perceber, ele entra numa relação social com a terra mediatizada pelo capital, em que além de ser o trabalhador ele é também de fato o arrendatário. Como sua terra é terra de trabalho, não é terra de exploração da força de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura de tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas.

A prova da assertiva na argumentação trazida por Martins, são os números divulgados pelo Governo Federal sobre a produção familiar de alimentos em 2015. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros foram produzidos pela agricultura familiar.

Em 2013, a agricultura familiar era responsável por mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, que correspondem a 84% do número de estabelecimentos rurais do Brasil, respondeu por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (cerca de 12,3 milhões de pessoas)¹⁸.

O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína

¹⁸ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/01/agricultura-familiar-encerra-2013-com-records-e-traca-metas>

(59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção¹⁹.

Os recursos financeiros, disponíveis na forma de empréstimos aos produtores em 2015, destinados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar foram de R\$ 28,9 bilhões de reais com uma taxa que varia entre 2 e 5,5% anualmente. Estes dados são referentes, portanto, a apenas aquelas famílias que acessaram o crédito por meio da política pública desenvolvida pelo Governo Federal, o que não representa toda a relação de submissão ao capital financeiro (bancário) muitos que não acessam via PRONAF são submetidos aos bancos privados com taxas de juros ainda maiores De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2013, 800 mil famílias camponesas estavam atoladas em endividamento crônico²⁰.

O debate da renda da terra e de sua função no capitalismo abre a caixa de pandora acerca da histórica condição da questão agrária no capitalismo dependente e mostra, para além da vinculação genética entre ambas, que a questão agrária, assim como a renda da terra não serão suplantadas dentro do capital, pois são elas mesmas frutos das relações antagônicas que sustentam esse sistema e sujeitam o trabalho e o trabalhador à dinâmica irracional de valorização do capital. Nesta perspectiva, o estudo da questão agrária é o que nos permite explicitar o conteúdo e os impactos de tais contradições na sociedade como um todo, bem como seus impactos para a própria existência dos elementos naturais que possibilitam a especulação sobre a terra, uma vez que a dinâmica irresponsável de submissão da terra ao capital – que no século XXI significa a exacerbação da espoliação dos recursos minerais e da água, bem como o uso desmedido de agrotóxicos – ameaça não só a biodiversidade natural, mas também a sobrevivência humana, como afirma Vergés (2006) e que para Mészáros (2004), tem caminhado para uma crise civilizatória.

¹⁹ <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>

²⁰ <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/1781-camponeses-ocupam-ministerio-da-agricultura-em-brasilia-em-jornada-de-lutas>

3.2. A classe trabalhadora do campo frente ao avanço do capital e a primazia da renda da terra.

O estudo sobre o percurso histórico da reprodução da classe trabalhadora no campo no Brasil traz a noção da diversidade de rumos tomados por estes trabalhadores e as múltiplas relações sociais produção estabelecidas ao longo do tempo no território continental ocupado pelo país. Não o resgataremos aqui, pois, além de fugir aos objetivos, tomaria um largo espaço. O que vale salientar é que o trabalho no campo, desde o fim da escravidão apresenta múltiplas configurações que se diferenciam entre as regiões do país em diversos aspectos.

A partir das leituras de Martins (1998; 2002), Maestri (2013); Andrade (1963) e Iani (2004) apontaremos apenas brevemente as diferenciações entre as condições de reprodução dos trabalhadores do campo no Brasil, particularmente nos aspectos da posse e uso da terra e as formas de pagamento do trabalho no período mais recente, marcado pelo avanço do capitalismo monopolista no campo.

Antes disso, podemos dizer que, de modo geral, a organização do trabalho se dava a partir das seguintes personificações e situações: a) Os pequenos proprietários, particularmente no Sul, onde os migrantes europeus tiveram acesso a terra – de forma gratuita pelos projetos de colonização ou pela compra subsidiada pelo Estado; b) Os lavradores ou colonos, não proprietários da terra, mas que tinham o usufruto da mesma a partir de relações de parceria, estes em geral eram agregados ou moradores e compunham a força de trabalho das grandes fazendas, em particular as fazendas cafeeiras de São Paulo e canavieiras do Nordeste. São múltiplas as relações de trabalho aí estabelecidas (que vão desde o assalariamento em dinheiro, à parceria, meia, empreitada, etc.) sob a presença do coronelismo e do mandonismo; c) Os posseiros, neste grupo entram todos aqueles que expandiram as fronteiras em todo o país e ocuparam um pedaço de terra para subsistência, tendo, portanto, sua posse e uso, mas não sua propriedade legal. São quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, caboclos, etc., que forjaram um modo de vida camponês no interior do país.

Esta estruturação diversa, que se expande a década de 1940 mostra a centralidade do caráter não capitalista das relações de trabalho no campo brasileiro até esse período, quando a população no campo correspondia a 70% do total (IBGE, 2000) e só a mencionamos porque consideramos importante para a compreensão de como a expansão do capital monopolista sobre o campo, ao mesmo tempo em que desestruturou, manteve e recriou parte destas relações. Particularmente após a década de 1960, grande parte destes trabalhadores perderam

suas condições de reprodução e passaram a compor o grande fluxo migratório para as cidades. Outra parte teve suas formas de reprodução no campo modificadas. Este processo de transformação nos interessa porque é nele que se formarão as novas categorias de camponês, operário rural e boia fria, entre as quais se personificam os sujeitos centrais na nossa análise: os migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha.

Antes de explicarmos cada uma destas novas categorias de trabalhadores, é necessário mostrar os processo econômico e político que os projeta na cena histórica. A partir de Iani (2004), podemos afirmar que processo de expansão do capital sobre o campo está concatenado à transformação daquela gama de trabalhadores, imersos em relações particularistas, em sujeitos políticos. A diversidade de condições de reprodução dos trabalhadores do campo converge na similaridade dos processos históricos que os projetaram na cena política nacional. Tal projeção não foi num processo simultâneo, harmônico ou generalizado por todo o país, em geral tal transformação passou pelo processo de ruptura das relações privadas da organização social da grande lavoura ou nas unidades camponesas e de reprodução familiar, para a forma política e coletiva mediada por movimentos sociais e políticos como o messianismo, o cangaço, a liga dos camponeses e o sindicato rural, num processo lento e repleto de contradições, como afirmam Martins, (1995) e Iani (2004).

De maneira geral esta projeção política, demarcada na década de 1940, com as Ligas Camponesas, e acirrado a partir da década de 1960, é parte do processo de transformações no próprio campo pelo avanço do capital monopolista na agricultura e seus desdobramentos sobre a organização do trabalho no campo – a busca pelo aumento da produtividade do trabalho centrada na superexploração, o cerco das terras de cultura para subsistência, a violenta expulsão dos trabalhadores posseiros de suas terras, etc. O processo de dominação do capital sobre o campo, que se deu de forma desigual nas diversas regiões do país, rearranjou a organização do trabalho no campo num movimento que impôs a racionalidade do capital sobre a agricultura, impulsionou a centralidade da renda da terra e, ao mesmo tempo, criou/manteve formas não-capitalistas de produção. Tal movimento por um lado, reforça e acelera a contínua criação do operário (rural e urbano) e do boia fria, e por outro, afirma a reprodução camponesa parte deste próprio rearranjo (IANI, 2004; MARTINS, 1995). Nesse processo apresentar-se-ão sujeitos na cena histórica que, de modo geral, podem ser percebidos e diferenciados como:

O operário rural: é resultado das transformações empreendidas no âmbito das relações de produção da grande lavoura, que rompem com o complexo unitário e particularista da grande plantação, a qual impõe a separação do lavrador dos meios de produção e o estabelecimento de novos vínculos jurídicos, morais, culturais, sociais e políticos. Este é um processo longo e heterogêneo no país, para Iani (2004) ele envolve: 1) o desenvolvimento das forças produtivas em consonância com as demandas do mercado nacional e internacional por produtos agrícolas; 2) a expropriação dos trabalhadores

O camponês (proprietário, rendeiro, parceiro ou posseiro): O camponês só pode ser entendido a partir das relações sociais das quais emana como trabalhador livre e superexplorado. E, ainda que permaneça como detentor da terra e dos meios de produção, seja como proprietário, rendeiro, parceiro ou posseiro, sua relação com o capital será de sujeição real. Particularmente na condição de rendeiro ou parceiro, o trabalho do camponês resulta da criação e subordinação de relações não-capitalistas pelo capitalismo como mecanismo de apropriação privada da renda da terra. Em todas as situações de trabalho, o trabalhador camponês é sujeitado ao pagamento da renda da terra, seja pela troca desigual no mercado, seja pela subordinação às condições de produção determinadas pela hegemonia do capital. A estrutura da produção camponesa é definida por uma série de elementos que a particularizam em relação às demais formas de organização do trabalho, dentre estes: a força de trabalho é familiar; a terra é entendida terra de trabalho; há relações de parceria entre os camponeses; a jornada de trabalho varia de acordo com as necessidades da produção; pode comportar o trabalho acessório - trabalho assalariado fora da unidade camponesa como complemento da renda; a propriedade dos meios de produção – parte do que necessita é produzido pela unidade camponesa e parte é adquirida no mercado, o que subordina o camponês ao capital, dada a troca desigual. (OLIVEIRA, 2007; MARTINS, 1995). O campesinato, enquanto unidade política camponesa se formou a partir da “superação do messianismo e do cangaço pela liga camponesa e o sindicato rural, como formas de organização e compreensão das condições de existência social do trabalhador rural” (IANI, 2004, p.130).

O Boia fria: este tipo de condição do trabalho é decorrência do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das classes sociais no campo, processo em que as possibilidades da produção para a subsistência se esgotam frente ao cumprimento das demandas do mercado. O boia fria é parte do proletariado rural submetido ao ciclo do capital na agricultura, em que as estações demarcam a necessidade ou não de emprego da força de

trabalho. A condição precária que sujeita o camponês ao status subalterno de boia fria o expõe na fragilidade de pertencer e integrar a composição de uma classe trabalhadora heterogênea que, no trabalho temporário, precisa sobreviver distante do lugar de onde vive. No entanto, para além disto, o boia fria pode também ser um camponês, que submetido ao ciclo do capital, é obrigado a se assalariar como forma de complemento da renda familiar, como condição para manter-se enquanto camponês (IANI, 2004; MARTINS, 1986).

O que particulariza a existência do boia fria é o fato do mesmo ser um subempregado ou um desempregado permanente, cujas relações de trabalho são extremamente frágeis e flexíveis, na maioria das vezes mediadas por contratos verbais, intermediados por empreiteiros e aliciadores. Este é o trabalhador rural cuja superexploração da força de trabalho intensamente violenta. Do nascimento ao desenvolvimento da exploração desse tipo de trabalho compulsório, serão gestadas as formas-conteúdos particulares da extração de valor, sobretrabalho, no capitalismo dependente. A instabilidade e sazonalidade do emprego, as relações de intermediação da venda de sua força de trabalho e o sistema de pagamento – em geral, por produção – obrigam mulheres, crianças e homens a intensificarem sua produção, estendendo sua jornada de trabalho como meio para aumentar os ganhos e realizando um sobretrabalho que depende quase exclusivamente da energia de sua força de trabalho, dado o escasso apoio de ferramentas ou meios técnicos. É a produção de mais-valia absoluta que demarca o emprego de sua força de trabalho, a qual será apropriada tanto pelo empreiteiro ou “gato”, quanto pelo capitalista proprietário que

obtém resultados da extensa e intensa mobilização da mão de obra sem maiores encargos sociais. É na ocasião sãs safras que o item mão-de-obra se torna particularmente importante e premente, em comparação com o capital aplicado em máquinas, implementos, fertilizantes etc. (IANI, 2004, p.136).

As condições de vida do boia fria estão demarcadas pelo sofrimento e pela subordinação política e moral, onde as possibilidades de enfrentamento das suas condições miseráveis de reprodução são ínfimas, frente às condições que lhes são impostas para a realização da venda de sua força de trabalho e de sua reprodução social. “Sabe-se mais explorado que os outros. Sabe que sua jornada de trabalho é mais longa e o seu tempo de emprego é mais curto que a jornada e o tempo de emprego de todos os outros operários” (IANI, 2004, p. 141).

Aprofundamos na explicitação da condição do trabalhador boia fria por entender que, este trabalhador representa a síntese da subordinação mais profunda do trabalho ao capital. O boia fria é resultado da consolidação da dominação do capitalismo na agricultura brasileira, onde a acumulação imputa aos trabalhadores a subordinação absoluta às necessidades do capital. Assim a superexploração, a pauperização e a marginalização destes trabalhadores assume ritmo crescente frente à expansão da produção agrícola, voltada aos interesses do mercado internacional e subordinada aos interesses financeiros na apropriação da renda da terra. Ele é a representação do avanço contínuo do capitalismo monopolista sobre o campo, que aprofunda a miséria do operário rural e coloca ao camponês a eterna condição de migrante - temporário e definitivo.

Os migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha, como veremos no próximo capítulo, são a encarnação do boia fria. Sobre sua vida dos migrantes se materializam formas perversas de dominação do capital sobre o trabalho, num processo que, a nosso ver, escancara contornos particulares da superexploração da força de trabalho no campo.

Frente ao exposto, compreendemos que a diversidade de situações de reprodução do trabalhador rural no país comunga e emana da condição real do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo na sua fase imperialista, condição que atrela o capitalismo no país à situação estrutural de dependência onde, a espoliação dos recursos naturais, a superexploração da força de trabalho e a recriação de formas não-capitalistas de produção na extração de sobretrabalho particularizam a centralidade da terra e do trabalho para a acumulação capitalista neste território. Nesse processo, o trabalhador rural, em suas diversas formas de reprodução social para a apropriação privada da riqueza capitalista, “é o elo mais fraco na cadeia do sistema produtivo que começa com sua força de trabalho e termina no mercado internacional. Ele parece ser o vértice de uma pirâmide invertida, no sentido em que o produto do seu trabalho se reparte por muitos, sobrando-lhe pouco” (IANI, 2004, p.125).

3.3. Reprimarização econômica no Brasil atual: o aprofundamento da dependência e questão agrária no século XXI.

De acordo com Mandel (1985, p.32), “a economia mundial capitalista é um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semicapitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas de troca e dominadas pelo mercado mundial”. É, pois, o

desenvolvimento desigual e combinado do capital que explica: o subdesenvolvimento, a existência de relações não-capitalistas articuladas e sujeitas ao capital e a desigualdade no desenvolvimento das regiões de um mesmo país. Nesse sentido Oliveira (2007: 21) afirma que

a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente a agricultura.

Para Mandel (1985), a conquista do mercado mundial pelas mercadorias capitalistas não significa a universalização do capital, nos mesmos níveis, em todos os países. Ao contrário, sua unificação criou um sistema integrado de produções que não se dão nas mesmas condições, onde as diferenças na composição orgânica do capital permitem que nações tecnologicamente mais desenvolvidas drenem riquezas produzidas nas menos desenvolvidas.

Para Martins (1998, p.21), estes movimentos contraditórios “expressam não apenas uma forma de reprodução ampliada do capital, mas também a reprodução ampliada das contradições do capitalismo”. O desenvolvimento do capitalismo e sua inserção na agricultura nos países dependentes, dada a estrutura desigual e combinada do capital, não suprimiu e não suprimirá a produção de matérias primas sob a combinação de métodos e relações capitalistas como métodos e relações pré-capitalistas, as quais permitem, na relação global de troca, a obtenção de superlucros (MANDEL, 1985). Isso significa, simultaneamente, o aprofundamento da superexploração da força de trabalho nos países dependentes. No próximo capítulo abordaremos um exemplo nítido dessa relação: produção sucroalcooleira no Brasil, que combina alta tecnologia com formas brutais de trabalho impostas aos cortadores de cana.

Frank (2012) sustenta que para entender a agricultura capitalista e seu desenvolvimento no Brasil é necessário compreender o subdesenvolvimento como parte integrante e indivisível do desenvolvimento capitalista, em diferentes momentos históricos de avanço da técnica, da ciência e da política que a subsidia. Ele oriunda do desenvolvimento desigual e combinado do capital na sua busca por superlucros, que se explicita na relação imperialismo-dependência, na qual os países imperialistas capitalizados - onde se desenvolve

amplamente a indústria e a tecnologia - subordina os países dependentes às funções determinadas pela DIT e cria um abismo crescente entre os níveis de produtividade do trabalho entre um e outro (MANDEL, 1985; MARINI, 2011).

O desenvolvimento do subdesenvolvimento é o resultado desta equação, na qual a ampliação das diferenças nos níveis de produtividade do trabalho entre os países centrais e os países dependentes tornou-se um mecanismo próprio do processo de acumulação na fase imperialista do capital. Num processo que permite a drenagem de valor destes últimos para os primeiros e tende a enrijecer cada vez mais as diferenças e consolidar o subdesenvolvimento.

Todo o sistema capitalista aparece assim como um estrutura hierárquica de diferentes níveis de produtividade e como consequência do desenvolvimento desigual e combinado de países, regiões, ramos industriais e empresas, desencadeado pela busca de superlucros. Os sistema forma uma unidade integrada, mas é uma unidade integrada de partes não homogêneas, e é precisamente a unidade que determina, nesse caso, a falta de homogeneidade. Por todo esse sistema o desenvolvimento e o subdesenvolvimento se determinam reciprocamente, pois enquanto a procura de superlucros constitui a força motriz fundamental pode detrás dos mecanismos de crescimento, o superlucro só pode ser obtido as expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos. Por isso o desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação (MANDEL, 1985, p.70)

Com esta proposição o autor explicita também a desigual produção de riqueza-pobreza em diferentes regiões de um mesmo país, e mesmo dentro destas, como um processo unitário e complementar. Neste mesmo sentido, para Eduardo Galeano - no livro *As veias abertas da América Latina* - a pobreza e o atraso relativo que se manifesta no interior dos países e se contrapõe às áreas consideradas desenvolvidas, não é devido ao seu isolamento ou à falta de desenvolvimento, mas sim a expressão da relação de subordinação e exploração à qual estão vinculadas. Como exemplo o Vale do Jequitinhonha, cuja realidade é analisada neste trabalho. Nos termos de Frank (2012:64) “essa dualidade ou contradição desenvolvimento-subdesenvolvimento da sociedade capitalista é acompanhada universalmente pela concentração monopolista dos recursos e do poder”.

De acordo com Frank (2012), a subordinação política e econômica, o objetivo mercantil e o monopólio são os princípios organizativos da agricultura brasileira, os quais se articulam e se apóiam mutuamente.

O monopólio é, portanto, ubíquo na agricultura brasileira; além disso, uma concentração reforça a outra. Por meio das relações comerciais e de outra natureza, o monopólio determina a subordinação e permite a exploração, as quais, por sua vez, produzem desenvolvimento e subdesenvolvimento (FRANK, 2012, p.73-74).

O monopólio dos recursos – terra, capital, transporte, distribuição, comercial e financiamento agrícola - e do poder nas mãos dos capitalistas latifundiários criou uma estrutura agrária extremamente desigual, na qual grande parte dos trabalhadores rurais não possui terras ou possui uma parcela – de terra e capital - tão ínfima, que não é possível sobreviver apenas do trabalho na propriedade, tornando-se assalariados rurais. A concentração fundiária no país está diretamente ligada a apropriação da renda absoluta da terra, frente aos processos produtivos que privilegiam a extração de valor a partir de uma composição orgânica do capital que se centra na intensificação da exploração da força de trabalho combinada com a incrementação tecnológica em setores específicos. As atividades canieira e cafeeira são grandes exemplos dessa combinação que obtém maior produtividade através de formas vis de superexploração, em especial na época das safras aponta mostra Guanais (2016) e será retomado no próximo capítulo.

O século XXI, nascido sob o ápice do neoliberalismo, escancara as contradições do capital. Cada vez mais recursos naturais são postos no mercado para a especulação financeira: Minerais, petróleo, terra fértil, água, animais, alimentos, sementes, insumos, etc., todos submetidos à especulação no livre mercado financeiro e ao domínio das transnacionais energéticas, agropecuárias, farmacêuticas, etc. No Brasil, esse processo ganhou uma impulsão significativa nos últimos anos. O chamado capital financeiro globalizado baseia-se na concentração da acumulação de capitais na esfera financeira, no controle dos processos produtivos em todos os setores – indústria, agricultura, mineral, farmacêutico, de insumos, serviços etc. - e controla também o comércio mundial, apropriando-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores num geral (DELGADO, 2012; STÉDILE, 2013).

Outro aspecto do movimento do capital no século XXI é o reforço da função dos países dependentes latinoamericanos na DIT, o que os condena a serem meros fornecedores

de matérias primas agrícolas e minerais, subordinados aos países centrais e aos organismos reguladores internacionais. Ao normatizar o comércio de produtos agrícolas, a Organização Mundial do Comércio e o Fundo Monetário Internacional submetem estes países aos interesses das grandes empresas transnacionais que controlam os mercados de produtos e insumos agrícolas. Tais empresas centralizam capital industrial, comercial e financeiro, exercem o controle dos preços dos produtos agrícolas e dos insumos. Também exercem o monopólio do conhecimento científico, a expansão do domínio sobre os recursos naturais e a exacerbação da sua espoliação (STÉDILE, 2013, VERGÉS, 2014). Para Delgado (2010, p.123) nesse processo,

[...] configuram novos ingredientes de uma questão agrária muito além dos limites setoriais da agricultura. Em última instância, caracterizam um estilo típico do subdesenvolvimento, que se repõe em pleno século XXI e do qual o pacto do agronegócio é parte integrante de peso.

O impacto desse movimento do capital sobre a agricultura, mas também sobre para a mineração e a produção energética na atualidade é aprofundamento da vinculação entre a propriedade fundiária e o capital. Estas atividades passam cada vez mais a ter a função de gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais e atrair capitais especulativos. Assim, terras improdutivas (do ponto de vista do capital), são bloqueadas e protegidas para expansões futuras. Resulta disso: a concentração fundiária; a concentração da produção agrícola; a padronização dos alimentos humanos; a desnacionalização da propriedade das terras, do comércio e da tecnologia; a perda do controle nacional sobre a produção de alimentos; a monocultura como padrão de cultivo; a degradação ambiental; a inviabilização da agricultura camponesa e a expulsão violenta dos trabalhadores do campo; o engrossamento do o fluxo migratório para as cidades e o crescimento da desigualdade, da miséria, da violência, etc. (STÉDILE, 2013).

Esse movimento mais recente se apresenta na realidade latinoamericana e na brasileira, em particular, como um mecanismo de manutenção da histórica drenagem de valor para os centros imperialistas de cada época (Europa no período colonial, Estados Unidos no século XX e atualmente a China com seu monumental caráter de capitalismo mais do que tardio). Drenagem esta que foi intensificada no período das Ditaduras Militares através do aprofundamento da dependência e da subordinação via dívida pública, que no século XXI

alcança níveis exorbitantes. Esta situação recompõe o histórico debate da dependência para as novas características de subordinação nas relações internacionais em plena era de apropriação territorial pelos capitais financeiros monopolistas centrais (TRASPADINI, 2016; DELGADO, 2012).

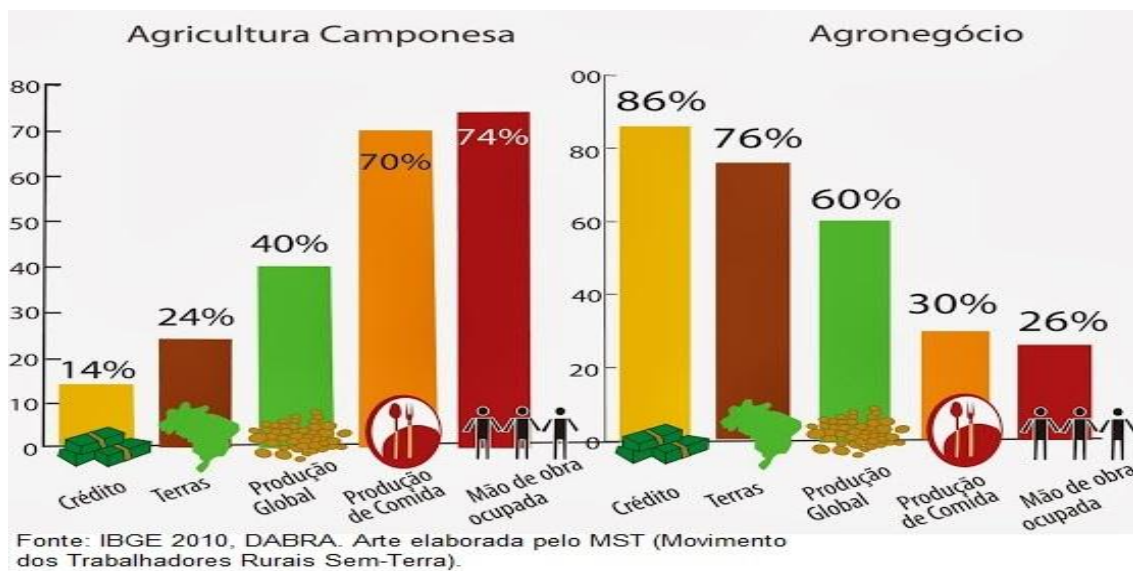
De acordo com Delgado (2012) a economia monopolista do agronegócio apresenta um arranjo no qual a extração do excedente econômico se estrutura a partir da restauração da especialização primário-exportadora no mercado mundial, mas em um processo onde a extração de valor se torna ainda mais acirrada e tenciona uma reorganização da própria economia política do Estado Nacional. Desse modo o Estado passou a se dedicar amplamente na criação de políticas públicas de apropriação privada que viabilizassem a realização da nova estratégia de expansão agropecuária, mineraria e energética, na qual a associação entre o grande capital agroindustrial e a grande propriedade fundiária são os mecanismos de impulsão do capital financeiro.

a inserção primária no comércio exterior; as relações de dependência subjacentes a tal inserção, expressas na Conta Corrente do Balanço de Pagamento; a exacerbada valorização da renda fundiária neste processo e as pressões coetâneas por super exploração de recursos naturais e do trabalho humano são fatos históricos que se integram num todo articulado. Constituem a configuração de uma estratégia estatal-privada de acumulação de capital, que de certa forma conforma o próprio padrão de crescimento econômico perseguido nesta década pelo agronegócio (DELGADO, 2010, p. 122).

Sob o agronegócio cresce a importância da renda da terra – em especial a diferencial do tipo II (centrada no aparato tecnológico) - para a acumulação do capital. A propriedade privada da terra é ainda mais concentrada e centralizada, as condições de realização do trabalho chegam a níveis desumanos de extração de sobretrabalho.

Os ganhos de produtividade na fase expansiva das “commodities” viram renda da terra e do capital, capturadas privadamente pelos proprietários das terras, das jazidas e do capital; mas os custos sociais e ambientais da super exploração desses recursos e do trabalho precarizado aí envolvido são da sociedade como um todo. (DELGADO, 2010, p. 123).

Reforça-se na atualidade a realidade histórica de uma produção voltada para a exportação, que subordina e direciona a produção geral, tem efeito direto sobre a produção para subsistência e afeta o consumo da classe trabalhadora. A grande lavoura, voltada para o exterior, subordina e comprime as condições de reprodução camponesa, ao mesmo tempo em que joga sobre ela a responsabilidade de garantir a reprodução barata da força de trabalho, através da produção de alimentos a baixo custo, o que favorece, mais uma vez, os setores capitalistas – agrícolas e industriais – que podem rebaixar ainda mais os salários dos seus trabalhadores. O gráfico abaixo, elaborado pelo MST a partir dos dados do IBGE ilustra como esta desigualdade se reproduz no Brasil na atualidade:



A discrepância entre o grande capital e a pequena produção apresentada no gráfico acima confirma os apontamentos de Frank (2012), sobre o histórico da agricultura no Brasil e demonstra a atual configuração da questão agrária no país, num processo onde o Estado, por sua vez, torna-se abertamente funcional ao grande capital financeiro monopolista (DELGADO, 2012; OLIVEIRA, 2013).

3.3.1. *Os desdobramentos do avanço do capital no campo sobre a classe trabalhadora brasileira: a política do agronegócio em detrimento das políticas sociais*

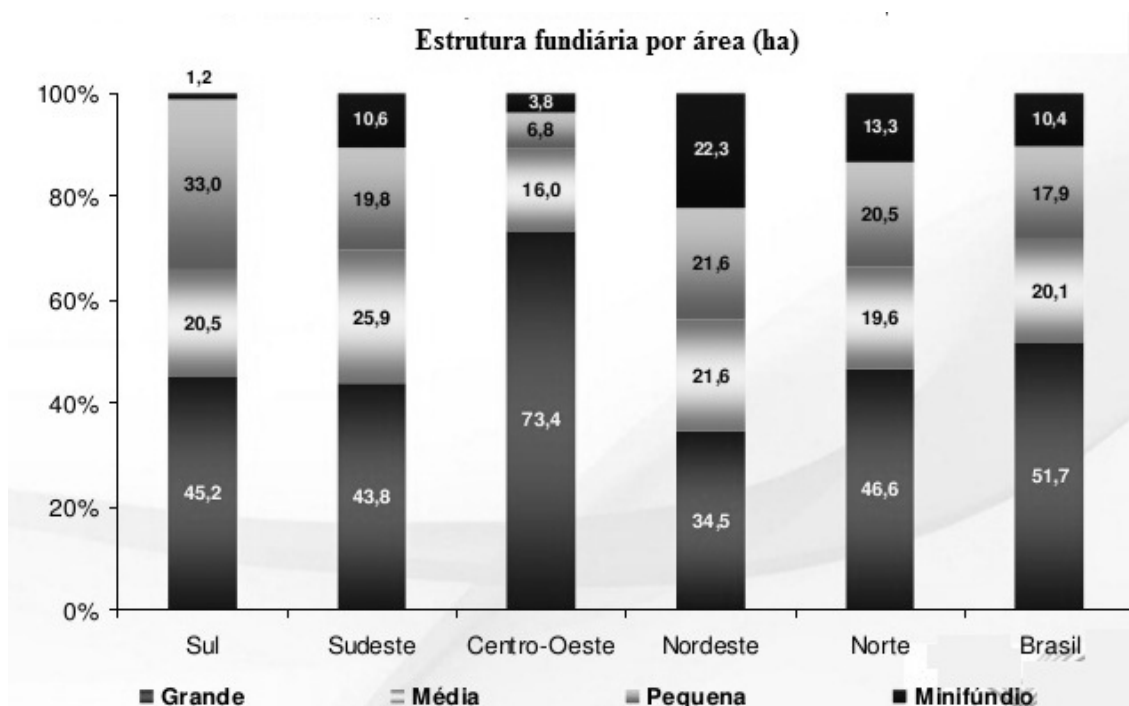
De forma sintética, os desdobramentos do atual avanço do capital sobre a agricultura podem ser pontuados nas situações abaixo, as quais são dialeticamente articuladas na totalidade concreta:

1) **A expansão capitalista – industrial - na agricultura, centrada na produção de commodities e comandada principalmente pelo capital financeiro internacional, que direciona a produção agrícola no país e impõe como requisito um padrão de produção centrado no monocultivo, na crescente expansão da fronteira agrícola e monopolização da terra e dos recursos produtivos.** De acordo com os dados do Dataluta (2014) a estrutura fundiária no país, que já era demasiadamente concentrada, se concentrou ainda mais com o avanço do agronegócio, em 2003 o Índice de Gini²¹ da terra era de 0,816 e salta para 0,860 em 2014 (ver anexo 1). As maiores propriedades do país, com área entre 50 e 100 mil hectares eram 32 em 2003, ocupando ao todo mais de 2 milhões de hectares, em 2014 eram 222 e ocupavam uma área de mais 15,5 milhões de hectares (mais de 7 vezes). Os números são ainda mais absurdos em relação às propriedades com área superior a 100 mil hectares, estas passara de 22 em 2003, numa área total de mais de 8 milhões de hectares, para 365 em 2014, ocupando ao todo mais de 138 milhões de hectares (mais de 16 vezes). As 130 mil maiores propriedades do país ocupam 47,23% das terras registradas pelo INCRA, enquanto 3,75 milhões de minifúndios ocupam apenas 10,4% das terras.

O gráfico abaixo, elaborado a partir dos dados do IBGE (2006), demonstra a estrutura fundiária nacional bem como a desigual distribuição de terras, tanto entre pequenas e grandes propriedades, quanto entre as regiões do país, sendo que a região centro-oeste – onde houve maior expansão do agronegócio, a concentração fundiária alcança os índices mais discrepantes, 73,4% das terras é ocupada pelas grandes propriedades, enquanto apenas 10,6% é ocupado pela pequena propriedade e pelos minifúndios juntos.

²¹ Índice de Gini – utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.) numa distribuição de frequência. Mede a desigualdade aponta a tendência ou não de concentração e, portanto, de desigualdade. Ele deve variar de 1 a 0, sendo que, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. Nesta tabela foram calculados a partir dos dados da estrutura fundiária registra pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Gráfico 1- Estrutura Fundiária brasileira por tipo de estabelecimento (IBGE, 2006)



Esta discrepância também coloca em risco a própria soberania alimentar. Analisando apenas os dados relativos à expansão sucroalcooleira, com Oliveira (2008, p.15) constata que

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que neles ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Esta área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É importante destacar que embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, ela já está também, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. E, também nestes estados, ela reduz à área de produção de alimentos agrícolas e desloca a pecuária na direção da Amazônia e de seu consequentemente desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos.

2) **A pressão pelo aumento da produtividade média do trabalho impõe o controle da compra da força de trabalho e da dinâmica reprodutiva dos trabalhadores do campo baseada na superexploração da força de trabalho.** Jornadas excessivas aos trabalhadores, principalmente os temporários e migrantes que atuam nos períodos de safra; impõe o aumento do pacote agroquímico e seu manejo pelos trabalhadores, comprometendo diretamente suas condições de saúde (MARTINS, 1980; 1986; 2002; VERGÉS, 2011; DELGADO 1985; 2012). O agronegócio reforça relações de trabalho que possibilitam uma maior extração de valor, pesquisadores como Alves (2006) e Guanais (2016), demonstram tais relações a partir da realidade do setor sucroalcooleiro. Como veremos de forma mais aprofundada no próximo capítulo, neste setor o sistema de pagamento por produção impõe o aumento da intensificação do trabalho por parte dos trabalhadores, que são obrigados a intensificar o ritmo do trabalho e prolongar sua jornada para alcançar as médias estabelecidas, ultrapassando muitas vezes os próprios limites físicos e chegando a excessos de trabalho que levam à morte.

Um trabalhador que corta 12 toneladas de cana, em média, por dia de trabalho realiza as seguintes atividades no dia: Caminha 8.800 metros; Despende 133.332 golpes de podão; Carrega 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média; portanto, faz 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros. Faz aproximadamente 36.630 flexões e entorses torácicas para golpear a cana. Perde, em média, 8 litros de água por dia, por realizar toda esta atividade sob sol forte do interior de São Paulo, sob os efeitos da poeira, da fuligem expelida pela cana queimada, trajando uma indumentária que o protege da cana, mas aumenta sua temperatura corporal. Com todo este detalhamento da atividade do corte de cana, fica fácil entender por que morrem os trabalhadores rurais cortadores de cana em São Paulo: por causa do excesso de trabalho (ALVES, 2006, p.96)

A média de toneladas de cana a ser cortadas por trabalhador praticamente dobrou entre 1980 e 2004, passando de 5 a 8 toneladas para 12 a 15 toneladas por dia. A imposição de uma média diária aumenta a concorrência entre os trabalhadores e, conseqüentemente, rebaixa o preço da força de trabalho e dos salários. Outro elemento é o controle da força de trabalho pelas empresas, que preferem contratar trabalhadores migrantes temporários que se tornam mais vulneráveis nas suas condições de sociabilidade por estarem longe do "seu lugar" e

apresentam menos organização e resistência às relações brutais a que são expostos (ALVES, 2006; GUANAIS 2016).

O uso de agrotóxicos no país aumentou mais de 200% entre os anos 2000 e 2010 acompanhando o aumento na produção de combustível e commodities (cana, milho, soja), com esse aumento, também os números de contaminação/ intoxicação de trabalhadores aumentou vertiginosamente. De acordo com Bombardi (2012), há uma subnotificação dos casos de intoxicação por agrotóxicos no Brasil, a cada caso notificado outros 50 deixaram de ser, ainda assim os dados são alarmantes:

A envergadura do problema é tal que no período de 1999 a 2009, segundo o Sinitox (Sistema Nacional de Informações Toxicológicas – FioCruz/Ministério da Saúde) houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou, uma média de 6 por dia, tendo por “arma” algum tipo de agrotóxico (Bombardi, 2012, p.1).

3) **A possibilidade de manutenção do campesinato enquanto classe, porém sujeito ao pagamento da renda da terra, devido à mecânica da dominação capitalista sobre a agricultura ou pelas condições insuficientes para garantir sua reprodução individual e familiar apenas com o trabalho na unidade camponesa, o que muitas vezes obriga os membros da família a se submeterem à primazia da mercadorização da força de trabalho.** O pagamento de parte da renda da terra pelos camponeses ao grande capital, cuja matriz é a superexploração da força de trabalho, se dá em dois momentos que podem ser simultâneos ou não: a partir da relação desigual no mercado ou através do pagamento de juros de créditos bancários. Como uma unidade, este processo se movimenta em dois sentidos: a) no desenraizamento do camponês que não consegue pagar os custos exigidos, o que o lança na condição de força de trabalho livre para compor o exército industrial de reservas e cria a matriz do boia fria, trabalhador temporário etc. Nesse movimento, o camponês desterrado atrela-se à condição de trabalhador precarizado na cidade, ocupando as periferias e sofrendo todas as violências oriundas de dita situação; b) na recriação do camponês, seja pelo próprio movimento de apropriação da renda da terra - através desconcentração da terra e sua venda, arrendamento ou relação de parceira com os trabalhadores sem terra - ou através das movimentações próprias dos trabalhadores na luta pela reforma agrária. Ambos resultam na

reinvenção social do camponês e das relações não-capitalistas de produção dentro do movimento contraditório do capital (MARTINS, 1980; 1986; 2002; VERGÉS 2011).

De acordo com o IBGE (2006), 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras, seja na modalidade arrendatários (196 mil produtores), parceiros (126 mil produtores) ou ocupantes (368 mil produtores). Os menores estabelecimentos eram os de parceiros, que contabilizaram uma área média de 5,59 hectares. Outros 170 mil eram assentados sem titulação definitiva da terra. De acordo com o DIEESE/MDA (2011), as mais de 15 milhões de pessoas ocupadas no campo em 2009, se distribuíam da seguinte maneira:

TABELA 1. Distribuição dos ocupados em atividade agrícolas por posição na ocupação – Brasil e Grandes Regiões 2009 (em %)

Posição na ocupação	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Empregado permanente	13,2	10,4	29,8	13,3	30,8	16,8
Empregado temporário	11,2	15,8	16,5	6,7	9,9	13,6
Conta própria	30,5	27,4	17,7	29,4	23,0	25,6
Empregador	3,1	1,7	3,6	3,6	4,7	2,8
Não remunerado	21,4	18,2	10,3	25,1	6,7	17,1
Trabalhador para subsistência	20,6	26,4	22,0	21,8	24,8	24,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total (em 1000 pessoas)	1.390	7.200	3.469	2.591	1.064	15.715

Adaptado da elaboração do DIEESE (2011). Fontes: IBGE. Pnad.

Pelo gráfico acima, nota-se que 66% dos trabalhadores estavam ocupados em relações de produção que não eram diretamente mediadas pelo salário, não sendo, portanto, diretamente subordinadas às relações capitalistas de produção. Apenas 30,4% dos trabalhadores do campo estavam na condição de assalariados, seja como trabalhadores permanentes ou temporários, no entanto, segundo o DIEESE/MDA(2011), destes, 64,9% não tinham a carteira assinada (portanto não acessavam a política previdenciária). Nas regiões Norte e Nordeste esse percentual é ainda maior, sendo 82,3% e 79,1% de empregados rurais sem carteira assinada, respectivamente.

4) A corrida pela apropriação privada do excedente econômico produzido pela agricultura familiar, via renda da terra, aumenta a disputa pela incorporação de novas áreas ao espaço econômico do agronegócio. Isso significa um acirramento da luta pela terra, a expulsão de camponeses e posseiros do campo, a invasão de terras indígenas, a paralisação na demarcação de terras para a reforma agrária, a concentração da propriedade fundiária e a exacerbção da violência, devida aos conflitos no campo. A Comissão Pastoral da Terra

(CPT) divulga anualmente os dados alarmantes da violência no campo e mostra uma acessão enorme das áreas de terras em disputa, bem como do número de famílias envolvidas nos conflitos, somente em 2015, foram registrados 742, envolvendo 102.973 famílias e 21.387.150 hectares de terra. Os dados dos assassinatos são brutais, sendo que nos últimos nove anos, 300 pessoas entre lideranças indígenas, quilombolas e sem terras foram assassinadas; só em 2015 foram 50 trabalhadores(as) assassinados. A demarcação de terras indígenas sofreu uma queda brusca a partir de 2003, em concomitância com a expansão da fronteira agrícola, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, conforme aponta o relatório do IPEA (2014).

Tabela 2. Demarcação/homologação de terras indígenas 1995 a 2015.

Período	Homologações de terras indígenas (quant.)	Quantidade em hectares
1995-2002	145	40.596.902
2003-2010	87	18.785.766
2011-2015	18	2.504.517

Fonte: Instituto Sócio Ambiental (<https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/demarcacoes-nos-ultimos-governos>). Elaboração própria.

Já a desapropriação para a Reforma Agrária, apesar de ter ascendido no período entre 2003 e 2010 sofreu uma queda brusca a partir de 2008 e entre 2010 e 2014 (primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff), os números foram menores que os realizados no período anterior a 2003.

Tabela 3. Número de famílias assentadas pela reforma agrária entre 1995 -2014

Período	Número de famílias assentadas
1995 -2002	540.704
2003-2010	614.088
2011-2014	107.354

Fonte: DEA/INCRA. Elaboração própria.

5) **As políticas públicas para o campo são as políticas do agronegócio, o Estado restaura suas políticas de crédito, de comercialização e de terras e, além disto, atrela o crédito, via recursos e fundos públicos, ao pacote privado de venda casada entre insumos e técnicas-tecnologias agrícolas como procedimentos indissociáveis para os empréstimos concedidos pelos bancos públicos do Estado, o que submete os camponeses e pequenos produtores à lógica do agronegócio (OLIVEIRA, 2013; DELGADO, 2012).**

A desigualdade entre o agronegócio e a pequena produção e a dominação do primeiro sobre a última, é reproduzida e possibilitada também pelas políticas do Estado para estes setores. Tal situação se reflete, por exemplo, na política de crédito rural, que aumentou em mais de 6 vezes entre as safras 2004/2004 e 2014/2015, passando de 33 para 180 bilhões de reais. Destes, a quantia destinada na safra 2014/2015 para a agricultura familiar era de 24 bilhões, enquanto o agronegócio abocanhava 156 bilhões (ver anexo 3). Mas a desigualdade continua também em relação à própria distribuição dos recursos nacionalmente, apesar da região Nordeste concentrar um número maior de estabelecimentos familiares (50%), é a região Sul (19% dos estabelecimentos) que acessa a maior parte do crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, ficando, por exemplo, com 48,8% do total financiado em 2010, conforme mostra o gráfico abaixo, enquanto a região Norte ficou com 7,1%, a Nordeste com 12,8%, a Sudeste com 24,3 e a Centro-Oeste com 7,0.

Tabela 4. Valor financiado pelo Pronaf, segundo destinação do financiamento – Brasil e grandes regiões 2010.

Brasil e Grandes Regiões	Custeio		Investimento		Total	
	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %	Em R\$ mil	Em %
Norte	187.515,1	3,3	664.819,6	10,6	852.332,8	7,1
Nordeste	356.137,2	6,2	1.175.557,3	18,7	1.531.695,5	12,8
Sudeste	1.434.774,4	25,1	1479.295,4	23,6	2914.069,9	24,3
Sul	3.386.065,7	59,2	2.460.825,2	39,2	5.846.890,9	48,8
Centro	351.112,2	6,1	492.536,6	7,9	843.649,4	7,0
Oeste						
Brasil	5.715.603	100	6.273.034,02	100	11.988.637,4	100

Adaptada da elaboração do DIEESE (2011). Fontes: Banco Central, Anuário estatístico de crédito rural

Outro exemplo da dominação do agronegócio sobre a agricultura familiar, patrocinada pelas políticas de Estado, se expressa na integração da pequena produção à cadeia produtiva do agronegócio²². O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel é um exemplo desse processo, no qual as famílias são incentivadas a cultivar não para atender às demandas de produtos alimentícios de forma diversificada, mas sim para produzir mercadorias que integrem a cadeia de oleaginosas para a produção de combustível pelas grandes usinas. A

²² Para além do exemplo citado, esta integração se dá de diversas formas e com diversos produtos, sendo que o leite, a produção de frango e de ovos são as que mais se realizam em todo o país.

produção de soja está no topo do ranking dessa produção (94,6%), mas também produzem mamona, dendê, gergelim dentre outros. De acordo com os dados do DIEESE/MDA (2011), no ano de 2010, 100.371 famílias forneceram, juntas, 26,2% do total de matérias primas utilizados pelas empresas de biodiesel. A tabela abaixo ilustra a evolução da integração entre 2005 e 2010.

Tabela 5. Evolução do número de famílias participantes do PNPB / Brasil e Grandes regiões – 2005-2010 (em números absolutos)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Brasil
2005	414	15.000	914	0	0	16.328
2006	185	30.226	7	8.736	1.441	40.595
2007	223	6.850	55	27.928	1.690	36.746
2008	215	17.187	27	8767	1662	27.858
2009	179	17.711	1.457	29.150	2.550	51.047
2010	246	41.253	3.297	52.187	3.288	100.371

Elaboração própria adaptada do Dieese/MDA (2011). Fontes: MDA, Nead, SAF, PNB

No Vale do Jequitinhonha, como veremos no próximo capítulo, esta integração/subordinação é feita através do plantio de eucalipto de forma “terceirizada” pelos pequenos produtores. A integração tem consequências para a dinâmica de reprodução dessas famílias, que entram no mercado para vender seus produtos numa relação desigual de troca com os grandes produtores, dada a composição do trabalho familiar. Elas também passam a depender cada vez mais do crédito e dos pacotes agroquímicos, na tentativa de alcançar a produtividade e qualidade exigidos pelo mercado, se submetem assim ao endividamento constante e ao pagamento da renda da terra, deixam de produzir alimentos e passam a depender diretamente do mercado para a aquisição de todo o necessário à sua reprodução. (LEITE, 2015).

As situações expostas acima, que na verdade são partes inseparáveis de um mesmo processo, são, a nosso ver, a manifestação da contraditória estratégia de acumulação de capital no capitalismo dependente brasileiro, e apesar de não serem exclusivas do período demarcado pelo chamado agronegócio (pós anos 2000), este é o período no qual elas tomam dimensões mais profundas e colocam a superexploração da força de trabalho de maneira inevitável aos trabalhadores do campo e da cidade. Apesar dos avanços na organização e criação de algumas políticas voltadas para a agricultura camponesa, conforme expõe a publicação do Ministério

do Desenvolvimento Agrário –MDA (2013), tais políticas não cumprem com amplitude o papel que lhes é atribuído. Os trabalhadores do campo continuam enfrentando a histórica desigualdade em relação aos da cidade – que já enfrentam uma realidade de superexploração.

O avanço capital e da chamada “modernização”, de modo geral, modificaram a estrutura demográfica do país de forma drástica a partir dos anos 1960, quando, de acordo com o IBGE, 54,9% da população ainda vivia no campo. Em 2010, esse número era de apenas 15,7%, enquanto os outros 84,3 ocupavam as cidades (IBGE, 2010). No entanto, se olharmos as particularidades, dado o desenvolvimento desigual deste processo, a realidade que se abre apresenta um Brasil que, apesar dos dados absolutos do IBGE, não é tão “urbano e moderno” quanto a ideologia dominante faz parecer.

Retomando Frank (1967), o desenvolvimento do subdesenvolvimento coloca a desigualdade regional como realidade que se reproduz também dentro das próprias regiões. Assim, em contraste com os 15,7% da população rural total, as regiões Norte e Nordeste apresentam, respectivamente, 22,1% e 27,2% de sua população no campo, sendo que, por exemplo, os Estados do Tocantins e Rondônia, na região Norte, apresentam respectivamente 25,6% e 27,3% da população no campo; no Piauí e em Alagoas, no Nordeste, os dados revelam 38,1 e 32% da população no campo. Além do mais, muitas cidades em diversas regiões apresentam, segundo os dados do IBGE (2010), mais da metade de sua população vivendo no campo. Destacamos estes elementos porque eles são muito relevantes para a análise da implementação das políticas sociais, pois, em sua maioria, são estruturadas para uma realidade urbano-industrial que não se realiza na amplitude reivindicada.

Sob a dominação neoliberal dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, o século XXI apresenta uma realidade cada vez mais brutal aos trabalhadores. Na América Latina como um todo tal dominação acirra cada vez mais as condições de reprodução da classe trabalhadora, num processo onde as políticas sociais, historicamente frágeis e seletivas, são comprimidas frente a disputa do capital pelos recursos públicos.

De acordo com Paiva e Ouriques (2006), o processo de dominação burguesa é acrescido ainda, no atual ciclo da dependência, pelo endividamento público, a partir do qual a aristocracia financeira transforma seus problemas de acumulação em responsabilidade do Estado. É o Estado quem deve encontrar os mecanismos para estabilizar a economia, no entanto a cada tentativa de estabilização o resultado é maior endividamento, que corrobora para o aprisionamento do Estado aos interesses do capital financeiro. Frente a esse

aprisionamento, ao mesmo tempo em que cresce a importância do agronegócio, as políticas sociais, voltadas à classe trabalhadora, perdem cada vez mais recursos e são cada vez mais atacadas pela ideologia liberalizante, que quando não propõe seu fim, direciona sua criação e estruturação na sociedade.

Toda a classe trabalhadora tem sofrido ataques e desmontes nos seus direitos e, apesar de certa ascensão das políticas sociais desde 2003, o que se percebe é sempre um contra-ataque estrutural, principalmente nos direitos trabalhistas, na educação e na saúde. No campo isso reflete de forma ainda mais brutal e reforça a desigualdade histórica a que é submersa os trabalhadores rurais. De novo, apesar dos avanços na organização das políticas voltadas a estes trabalhadores, com a criação do MDA²³ (Nesse momento extinto pelo presidente golpista Michel Temer!), tais políticas não foram amplas o suficiente para abranger, sequer, a agricultura familiar como um todo, menos ainda a gama de trabalhadores que vivem do trabalho no campo em suas diversas configurações²⁴.

As condições gerais de reprodução da classe trabalhadora no campo ainda enfrentam uma grande desigualdade em relação aos da cidade (que já não são boas), em 2009, de acordo com o DIEESE (2011), 20,3% da população do campo era considerada analfabeta (sem instrução), na cidade eram 7,7%. Metade dos trabalhadores do campo começam a trabalhar com a idade entre 10 e 14 anos e 26% antes dos 10 anos. Em 2009, 12,4% das crianças do campo entre 5 e 14 anos trabalhavam, na cidade esse número era 2,5%, em números absolutos eram 715.000 crianças trabalhando em atividades agrícolas.

Os rendimentos médios mensais também apresentam diferenças significativas, entre trabalhadores rurais e urbanos. Em 2009 a média geral de rendimentos das pessoas ocupadas era de R\$813,00 na cidade, no campo era de R\$380, mas na região Nordeste, a desigualdade se acentua na cidade e no campo, sendo a média de R\$556,00 e R\$257 respectivamente. Se analisarmos as diferenças entre sexos, esta realidade se acentua ainda mais, enquanto o homem da cidade ganhou em média R\$1057,00 e a mulher R\$593,00, no campo os ganhos foram de R\$495,00 e R\$255,00 respectivamente. O homem do campo tem a renda pela

²³ Sobre as políticas voltadas à agricultura familiar consultar:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf

²⁴ Uma publicação encomendada pelo MDA e elaborada pelo DIEESE(2011), intitulada Estatísticas do meio rural 2010-2011, é uma importante fonte de dados para realizar a análise das políticas públicas no campo, pois, apesar da intencionalidade do documento em mostrar uma perspectiva otimista das mesmas, o conteúdo apresentado nos permite, se confrontado com outros dados, como os da CPT, do DATALUTA e mesmo com as publicações oficiais como a do IBGE (2006) e IPEA(2014) a visualizar as limitações de tais políticas, bem como sua evidente subordinação à economia do agronegócio.

metade do que aufero da cidade, sendo até menos que a renda da mulher nas cidades, para a mulher do campo, tal desigualdade ganha dimensões ainda mais amplas, sendo que sua renda corresponde a um quarto da renda do homem na cidade, frente a jornadas de trabalho dobradas e condições degradantes (DIEESE, 2011)²⁵.

As políticas públicas voltadas especificamente para o camponês, além de destinarem recursos à agricultura familiar, possuem uma estrutura de requisitos e funcionamento que reforça a desigualdade entre as regiões e contribui para a subordinação do camponês ao agronegócio. Mas, a nosso ver, esta é uma política planejada, que corresponde à necessidade de esvaziamento da terra para que a mesma seja apropriada pelo grande capital. No entanto, é também um planejamento que, ao impor o aprofundamento da superexploração no campo, faz com que ela reflua também para cidade, submetendo a classe trabalhadora, num geral, a níveis cada vez maiores de superexploração e aumentando, inclusive, formas de trabalho escravo²⁶.

3.4. Síntese conclusiva do capítulo III.

Neste capítulo, ao retomar o debate da renda da terra, buscamos as bases para a explicitação das contradições inerentes ao capital, nas quais se enraíza a questão agrária. A renda da terra sob os moldes capitalistas se atualiza em tempos de hegemonia do capital financeiro e é central para o processo de acumulação no capitalismo dependente. Frente à primazia da renda da terra, a classe trabalhadora do campo se vê, continuamente, imersa em processos brutais de superexploração da sua força de trabalho e sustentam a ganância dos capitalistas internos e externos.

²⁵ A situação de extrema desigualdade enfrentada pela mulher no campo, assim como a da cidade, deve ser analisada tendo em conta também a dominação patriarcal que se coloca enquanto centro da reprodução familiar camponesa, onde, apesar da divisão do trabalho entre todos os membros da família, incluindo as crianças, na maioria das vezes apenas o homem tem acesso a renda produzida. De acordo com o IBGE (2010), 82% dos estabelecimentos no campo declararam como responsáveis um homem e 77,9% das mulheres no campo declararam não ter nenhum rendimento do trabalho. Isso nos remete a discussões sobre a própria estrutura da reprodução camponesa e suas contradições, onde a divisão sexual do trabalho regida pela dominação patriarcal oprime e contribui para uma maior superexploração das mulheres camponesas pelo capital e as coloca numa situação de contínua desigualdade. Infelizmente não temos como adentrar neste debate aqui.

²⁶ Entre 2007 e 2015 foram denunciados 30.291 casos de trabalho escravo apenas no campo, 18.966 foram confirmados e os trabalhadores libertados, destes, 419 eram menores de idade. Muitos deles viviam sob ameaça, violência, contaminação por agrotóxicos etc.

Por detrás do agronegócio e toda a sua propaganda, aprofundam-se os mecanismos da troca desigual e a dependência continua sendo o roteiro do desenvolvimento, que só se materializa neste território enquanto subdesenvolvimento. Sob as relações de dependência, o monopólio segue como o princípio organizativo da agricultura e a renda da terra se torna cada vez mais imprescindível para a remuneração do capital financeiro que a domina. Assim, a pressão pelo aumento da produtividade reverbera sobre os trabalhadores como uma superexploração que, muitas vezes, consome não apenas sua força de trabalho, consome também sua vida, como mostram Silva (2012) e Alves (2006) ao relatarem a morte dos trabalhadores do corte de cana devida à exaustão de suas forças físicas.

O agronegócio domina todos os processos produtivos no campo e, direta ou indiretamente, se apropria da riqueza produzida e reforça a desigualdade estrutural. Ao demandar do Estado uma política que atenda às suas necessidades de acumulação, o agronegócio torna ainda mais desigual a disputa pelo fundo público e compromete diretamente a realização das políticas sociais voltadas à classe trabalhadora, contribui, assim, para rebaixar as condições de vida e de reprodução dessa classe, retroalimentando as condições de superexploração e acirrando a luta de classes no país. Desse modo, não é apenas o trabalhador do campo o prejudicado pelo avanço do agronegócio, o é também o da cidade. O crescimento do exército industrial de reservas, dos aglomerados urbanos inchados pelo êxodo rural e toda gama de violências que daí reverberam, o alto preço dos alimentos, as intoxicações e aumento de doenças pela ingestão de agrotóxicos, a falta de água e outra infinidade de situações que aumentam as mazelas da população, são decorrentes – direta ou indiretamente – da lógica imposta à produção agrícola pelo capital. Estas situações afetam a classe trabalhadora como um todo e é isso que não nos permite conceber a questão agrária como uma questão do campo e dos seus movimentos organizados. Há que se percebê-la para além de suas expressões imediatas.

4. A ATUALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA E DAS MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS NO VALE DO JEQUITINHONHA.

*“Dentro de cada país se reproduz o sistema internacional de domínio que cada país padece”
(Eduardo Galeno).*

Nos capítulos anteriores, trabalhamos no sentido de mostrar que na dialética do desenvolvimento desigual e combinado manifesta-se o conteúdo da dependência estrutural e de como este se sustenta pela superexploração da força de trabalho e pela desigualdade, que coloca a questão agrária como elemento central para o desenvolvimento capitalista dependente. Nesse processo, o subdesenvolvimento se manifesta como o resultado de um movimento global do desenvolvimento de relações sociais entre diferentes composições orgânicas do capital e diferentes relações de poder, frente à dominação imperialista. Sob a égide do agronegócio, a dominação e superexploração, a opressão e a marginalização dos trabalhadores – econômica, social, política, cultural, educacional... - sustentam o monopólio da terra e dos meios de produção como a forma de garantir a compensação pela expropriação e dominação externa.

O desenvolvimento desigual e combinado bloqueia qualquer homogeneidade das relações sociais contraditórias entre capital e trabalho, assim, dentro das particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, emergem singularidades que, inscritas na totalidade das relações capitalistas mundialmente articuladas, exigem, no campo analítico, que nos debruçemos sobre elas de maneira mais profunda. É nesse sentido que neste capítulo nos debruçaremos sobre as singularidades de uma região específica, o Vale do Jequitinhonha.

O elemento central que nos leva a aprofundar o debate feito até aqui, a partir das singularidades do Vale do Jequitinhonha é a hipótese de que a superexploração da força de trabalho, mediada pela migração temporária, ganha, na condição estrutural do desenvolvimento desigual e combinado no Vale, um elemento particular que a aprofunda ainda mais.

A superexploração da força de trabalho no Vale do Jequitinhonha é o principal mecanismo explicativo da dupla condição de expropriação-espoliação, dentro e fora da região. Como uma região subdesenvolvida, frente à “modernização” brasileira – no campo e na cidade – sua função na dinâmica geral do desenvolvimento dependente é a de fornecedora de força de trabalho barata – reproduzida pelo trabalho camponês familiar - a ser superexplorada, principalmente em outras regiões agrícolas, supostamente, mais desenvolvidas, como afirma Martins (1986). Mandel (1985) traz uma formulação muito rica para compreendermos a relação entre regiões subdesenvolvidas e as regiões desenvolvidas, cuja raiz está nos mecanismos de troca desigual forjada pela busca incessante por superlucros:

O relacionamento entre essas regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas no interior dos Estados capitalistas industrializados guarda mais do que uma semelhança formal com a relação entre países imperialistas e os subdesenvolvidos, pois sua função econômica é a mesma em ambos os casos. [...] O papel desempenhado pelas regiões agrícolas subdesenvolvidas nos países industrializados como reserva de força de trabalho desempregada ou subempregada representa uma das funções mais importantes dessas regiões, porque garante a secular conservação do exército industrial de reserva [...]. As regiões subdesenvolvidas no interior dos países capitalistas, assim como as “colônias externas”, funcionam dessa maneira como *fontes de superlucros* (MANDEL, 1985, p.61- grifos do autor).

É a partir do exposto acima que buscamos compreender as singularidades do Vale do Jequitinhonha, compreendendo seu subdesenvolvimento inserido nas relações de desigualdades históricas e estruturais que a constituíram como “*a região mais miserável do país*”. Frente a esta realidade, a síntese que exporemos abaixo, se estruturou a partir de duas questões articuladas entre si: Qual a essência e o impacto para o Jequitinhonha do cerco da terra pelo capital e da concretização de uma política de Estado atrelada ao movimento hegemônico do mesmo? Como se configuração atual da questão agrária, dentro e fora do Jequitinhonha reverbera sobre a reprodução dos trabalhadores, particularmente os trabalhadores do campo?

4.1. Sobre o Vale do Jequitinhonha: de espoliação e exploração se fez a miséria

São 52 cidades perdidas no sertão mineiro,
Esse imenso latifúndio.
Na extremidade nordeste do Estado de Minas Gerais
(onde a miséria e o convívio
com os mortos é uma paisagem
mais árida que a terra e o
estigma ancestral dos
retirantes).
(onde a noite encontra
os homens insepultos no cansaço
das glebas, vertendo fome das veias
agrárias
entrecortadas de silêncios
laciaos)
(Wesley Pioest)

O Vale do Jequitinhonha está localizado ao nordeste Estado de Minas Gerais e é composto por 55 municípios divididos em três micro-regiões (Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha). Ocupa uma faixa territorial de 53.572 Km². Possui uma população de aproximadamente 737.516 pessoas segundo o IBGE (2010), destas, 36,38% estão no campo, 16,85% estão em situação de extrema pobreza e 29,87% são beneficiárias do Programa Bolsa Família. A agricultura familiar tem grande expressão na região somando 42.947 estabelecimentos; conta ainda com 674 pescadores registrados, 30 comunidades quilombolas reconhecidas e 1110 famílias assentadas²⁷.

Atualmente, a economia da região é baseada na agricultura e possui as seguintes características produtivas no campo: 1) produção familiar de alimentos, pouco capitalizada e com baixa utilização de insumos ou equipamentos modernos; 2) pecuária extensiva relativamente expressiva, principalmente nas grandes fazendas do Baixo Jequitinhonha; 3) monocultivo de eucalipto, com vistas à produção de carvão para as regiões produtoras de *commodities* minerais para a exportação - o que ocupa expressiva quantidade de terras e

²⁷ Informações disponíveis no Sistema de Informações Territoriais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), selecionadas e somadas para este texto pela autora. Adotamos aqui também a divisão regional realizada pelo MDA a partir dos Territórios da Cidadania. Há outros tantos recortes, dada a imprecisão da delimitação territorial da região. Para Souza (2010, p.13) esta imprecisão deve-se ao fato de que “o Vale tem recortes variados, cujas fronteiras se situam nos diversos limites estabelecidos por agências, governamentais e não-governamentais, públicas e privadas, institucionalizadas ou não. Não havendo delimitação precisa do território, o Vale é aquilo que recortam os agentes que lá atuam”. Assim, cada pesquisador deve explicitar qual é o seu recorte.

praticamente não gera emprego e renda para a população; e 4) extração mineral, principalmente de grafita e granitos, também articulada à produção de *commodities*, com a utilização de tecnologia de ponta e em grande parte, dominada pelo capital estrangeiro (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010; CARDOSO, 2015).

No Vale do Jequitinhonha, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente escancaram, no ideário do desenvolvimento, o subdesenvolvimento, processo que conforma um estigma sobre a região como a face do atraso, do arcaico e da miséria. No entanto, tal realidade só se explicita em sua essência a partir da compreensão da região – e do que a forja enquanto uma região²⁸ – em suas relações com a produção e apropriação de riquezas dentro e fora dela. É nesta interlocução que se revelam os elementos históricos que levaram uma das regiões produtoras de grandes riquezas em ouro e pedras preciosas, até o início do século XIX, se transformar numa região cuja importância econômica para o país é considerada desprezível, apesar da contínua exploração e espoliação de suas riquezas humanas e naturais (SOUZA, 2010; CARDOSO, 2015).

Não pretendemos resgatar o percurso histórico da relação de exploração/espoliação de riquezas no Vale do Jequitinhonha. A longa trajetória de dominação que encerra as contraditórias relações de produção/apropriação de riquezas na região já foi bastante discutida por pesquisadores²⁹, cuja competência e seriedade, os permitiram realizar debates e sínteses a partir das quais podemos seguir com o nosso estudo e fazer as articulações teóricas que priorizamos neste trabalho. Assim apresentaremos no quadro abaixo a síntese desse percurso.

Quadro 3. O percurso histórico da espoliação da terra e do trabalho no Jequitinhonha:

Fases	Contexto das relações de produção/apropriação de riquezas no Brasil	Situação do Vale do Jequitinhonha
-------	---	-----------------------------------

²⁸ Num trabalho recente Servilha (2015), coloca em discussão a partir de um estudo histórico-geográfico, importantes elementos para compreendermos os diferentes projetos, interesses e narrativas que forjaram o Vale do Jequitinhonha como uma região. É uma importante referência para compreendermos, particularmente, a disputa pelo território e a dominação exercida pelos interesses do capital, mediados pelo Estado e pela ideologia do desenvolvimento, sobre os interesses daqueles que, cotidianamente, refazem o Vale e ressignificam seus múltiplos sentidos a partir da luta e da resistência, da arte e da alegria, da riqueza e sabedoria populares.

²⁹ As principais referências que utilizamos para a pesquisa sobre a história do Jequitinhonha e que nos permitem fazer este quadro sintético são: Souza; Henriques, (2010); Silva (1999; 2007) Ribeiro; Galizoni (2000); Servilha (2015); Moura (1988); Martins (1986)

Séculos XVIII a meados do século XIX	1) Economia colonial e poder imperial da metrópole; produção primário exportadora voltada para a metrópole (cana de açúcar e metais preciosos)	1) Primeiras ocupações no Alto Jequitinhonha, impulsionadas pela descoberta de ouro de aluvião; nascimento das primeiras vilas e povoados; Dinâmica atividade econômica – extração mineral de ouro e diamantes, para o mercado metropolitano. Trabalho escravo e terra monopolizada pela Coroa.
	2) A transição da economia colonial para a independência formal; Constituição do Estado Nacional; relação neocolonial com a metrópole (Inglaterra) e continuidade na função agrário-exportadora;	2) Expansão da ocupação para o Médio e, posteriormente, para o Baixo Jequitinhonha; Continuidade na extração mineral; agricultura e pecuária significativas (algodão e gado), ambas voltadas a outras regiões na Colônia e até para o mercado externo, além da agricultura de subsistência; Transição para o trabalho “livre”-constituição de relações de agregado e parceria;
Fins do século XIX a 1970	1) Inserção dependente na DIT como fornecedor de bens primários; Nacional desenvolvimentismo e industrialização por substituição de importação em regiões estratégicas;	1) Expansão da ocupação e nascimento de formas particulares do campesinato, através dos posseiros (sertanejos, quilombolas, ribeirinhos, etc.); esgotamento da extração mineral por espoliação; mineração residual; imponência das grandes fazendas e de relações de produção baseadas no agregado e suas múltiplas configurações de relações de trabalho em formas não-capitalistas; centralidade das relações coronelistas de mando e compadrio; ocupação das terras devolutas e uso costumeiro das mesmas na produção para a subsistência;
	2) consolidação das relações de dependência na transição do nacional desenvolvimentismo para a modernização tardia; acirramento da disputa capital x trabalho na cidade e no campo;	2) Continuidade na produção agropecuária com baixa tecnologia, relações não-capitalistas de produção e voltada para a subsistência e para o mercado regional; construção de tentativas de integração regional através da estrutura ferroviária “Bahia-Minas”, desestruturada na década de 1960 para abrir espaço para os automóveis “modernos”.
1970 em diante	1)Modernização tardia sob o jugo da expansão do capitalismo monopolista no território e a custas da dívida pública nacional e do aprofundamento da dependência ; Avanço da modernização sobre o campo.	1) construção do ideário de “Vale da pobreza”; reorganização regional via Projetos de desenvolvimento encampados pelo Estado; introdução da região na expansão da fronteira agrícola com foco na implantação dos “desertos verdes”; reestruturação das grandes fazendas – expulsão dos trabalhadores agregados; expropriação e violência sobre os posseiros e

		pequenos proprietários da terra; apropriação das terras pelas grandes empresas de capital nacional e estrangeiro;
	2) Expansão das fronteiras agrícolas e “modernização do campo” às custas de uma massiva expulsão dos trabalhadores do campo e de uma maior concentração da terra, inclusive por capitalistas estrangeiros; intensificação da apropriação da terra enquanto capital fictício para a apropriação da renda;	2) desmantelamento das relações e das condições de trabalho e do usufruto costumeiro da terra; transformação de parte expressiva dos camponeses em boias frias; intenso fluxo de migrações definitivas e temporárias; aumento da desigualdade na distribuição das terras e na apropriação da riqueza.

Elaboração própria

4.2. Entre a chegada contínua do mau agouro e o permanente vôo das andorinhas: a questão agrária e migração temporária no Jequitinhonha.

*“Somos muitos Severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar terra
sempre mais extinta,
a de querer arrancar
alguns roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra”*

(João Cabral de Mello Neto).

A partir da década de 1970, com a inserção do Vale numa política de Estado atrelada aos interesses do capitalismo monopolista, as contradições do desenvolvimento capitalista dependente reverberaram sobre a região de modo perverso e impôs aos trabalhadores do campo uma nova dinâmica de organização do trabalho, pautada diretamente pelas relações capitalistas ou subordinada a elas, de modo a permitir a apropriação da mais-valia por eles produzida pelo grande capital. Este é um marco do acirramento da questão agrária e da luta de classes na região e encarna uma realidade histórica que impõe aos trabalhadores as mais

precárias condições de reprodução e de forma ainda mais brutal à parcela expressiva destes trabalhadores que vive no campo (CARDOSO, 2015).

Na dinâmica do desenvolvimento do capitalismo dependente, a expansão capitalista correspondeu para o Jequitinhonha ao avanço na monopolização de terras e na produção destrutiva, centrada no extrativismo vegetal e mineral constituídos sobre a violenta expulsão dos trabalhadores de suas terras ou à sua compressão em glebas cada vez menores. O cerco capitalista das terras e a omissão do Estado quanto aos impactos sobre os trabalhadores - omissão entendida como *ação e intenção* (MARTINS, 1980), projetou aos trabalhadores rurais a realidade “dividida” entre a reprodução camponesa e o trabalho assalariado nos grandes centros do agronegócio, mediada pela migração temporária. As migrações temporárias forçadas na região são, portanto, resultantes por um lado do monopólio privado da terra pelo capital financeiro espoliador e por outro pela necessidade de sobrevivência enquanto família camponesa, o que obriga à venda da força de trabalho em outras regiões (MARTINS 1986; SILVA, 1999; RAMALHO, 2014).

A questão agrária no Vale do Jequitinhonha, a partir da década de 1970, tem vinculação direta com a articulação entre os interesses dos latifundiários brasileiros e o capital estrangeiro. Articulação que exigiu um novo patamar de organização econômica, na qual o avanço da ocupação territorial pelo capital se torna central. Este processo, demarcou o aprofundamento da apropriação privada da terra tutelada pelo governo militar que expandiu a expansão das fronteiras agrícolas para garantir recursos estratégicos para o avanço do capital monopolista na economia nacional. Coube ao Estado brasileiro um papel importante na mediação da aliança de interesses das classes dominantes internas e externas. Este forjou os mecanismos formais e os subsídios financeiros necessários para a expansão da dominação capitalista por áreas que até então não representavam grande importância para a economia nacional (STEDILE, 2011; MARTINS; 1995; SILVA, 1999).

De acordo com Silva (1999), o Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 1964) significou em nível nacional em resposta às necessidades burguesas de regulação da propriedade e usufruto das terras consideradas devolutas. O Estatuto foi um dos primeiros atos do governo militar após o golpe de 1964 e foi uma reação aos fortes movimentos dos trabalhadores rurais à época e suas reivindicações pela reforma agrária. Através dele, facilitou-se o acesso dos grandes capitais à terra em detrimento do usufruto de milhares de trabalhadores

camponeses que a ocupavam anteriormente. Este processo, sob a escusa da modernização no campo, acirrou os conflitos relativos à questão agrária e acentuou ainda mais as desigualdades de acesso a terra (MENDONÇA, 2010; SILVA, 1999).

Seguindo os mesmos direcionamentos, o Estado de Minas Gerais criou em 1966 a Lei 4.278, conhecida como RuralMinas, a partir da qual a questão agrária no Vale do Jequitinhonha mineiro se aprofundou ainda mais. A partir da RuralMinas, a concepção de domínio de terras devolutas no Estado de Minas Gerais mudou, o usucapião, que antes garantia a posse de terras devolutas deixou de se aplicar. Somente a compra das terras daria legitimidade à sua posse e propriedade. Grande parte das terras consideradas devolutas era ocupada, há longas décadas, por famílias camponesas e estas foram obrigadas a se submeter à lógica da transformação da terra em mercadoria e, em sua maioria, foi obrigada a interromper o uso costumeiro das terras, perdendo assim suas condições de reprodução social enquanto camponeses ou as tendo de forma muito reduzida (MOURA, 1988).

No Vale do Jequitinhonha, as chamadas “terras de chapada” eram largamente utilizadas pelos camponeses como extensão das terras de cultivo, para a pecuária e o extrativismo. A maioria desses camponeses não tinha a mínima condição de pagar os altos preços pelo título de propriedade que Estado passou a exigir. Muitos destes trabalhadores foram expulsos, num processo em a violência esteve abertamente presente pela ação de grileiros, mas na maior parte foi velada pela intervenção do Estado. No lugar dos camponeses posseiros, as grandes empresas privadas e companhias estatais se instalaram nestas terras, com o objetivo de “torná-las produtivas”, com o subsídio legal e financeiro do Estado (MOURA, 1988; SILVA, 1999). Para Silva (1999) este processo revela que

as leis produzidas, baseadas nos princípios do mercado, compra e venda, foram imprescindíveis o mascaramento do processo de violência e, nesse sentido, elas pareciam ser justas, já que a tomada das terras não se fez abertamente por meio da grilagem e dos pistoleiros, métodos utilizados em outras partes do país. Ao contrário, tudo foi feito, seguindo o "documento", dentro da lei e da ordem, logo, por meio da legitimidade, da "armadura jurídica e ideológica" (SILVA, 1999, p. 59).

A intervenção do Estado pró-desenvolvimento Vale do Jequitinhonha deu-se com a criação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE em 1964,

com discurso de superação das desigualdades regionais e de inclusão do Jequitinhonha num processo de desenvolvimento³⁰, que na verdade significou a desapropriação dos camponeses de suas terras e sua entrega ao capital (MOURA, 1988; SILVA, 1999).

Os processos de expropriação dos camponeses do Vale do Jequitinhonha e do Estado de São Paulo ocorridos, sobretudo, a partir da década de 1960, tiveram a mesma origem: modernização da agricultura implantada no país, sobretudo, pelos governos militares. Contudo, no Vale, a expropriação visou à terra e à sua transformação em propriedade capitalista (SILVA, 1999, p. 76).

A intervenção do Estado, da lei, ocultou um processo de violência no qual uma grande leva de camponeses perdeu a posse das terras, os meios de trabalho e de reprodução, os vínculos comunitários e a própria identidade camponesa. Foram obrigados a assumirem um novo modo de vida totalmente subordinado à lógica da modernização em curso no país. De forma paulatina, foram transformados em população sobrando, em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos. Estes engrossaram o exército industrial de reserva, somando-se a oferta de mão-de-obra sobrando nas cidades, reforçando o mecanismo central de rebaixamento dos salários pelo capital. Tal transformação denota um processo brutal que, de acordo com Silva (1999, p.72), “mesmo não se verificando a violência aberta, outros tipos fizeram-se sentir por meio da lei, ou mesmo pela violência simbólica”.

Para Leite (2010), o processo da expropriação camponesa deve ser entendido para além da sua expulsão da terra. A parte dos camponeses que conseguiu, de algum modo, garantir a posse da terra que ocupava, sofreu com a expropriação das condições de reprodução e sobrevivência apenas a partir do trabalho na própria terra, que ao perder a extensão costumeira do uso das chapadas, tornaram-se reduzidas ou foram cercadas pelas grandes florestas de eucalipto implantadas na região. Neste sentido, a expropriação deve ser considerada também nos seus aspectos simbólicos, culturais e tradicionais, que foram violados à medida que grande parte dos camponeses teve que se inserir na nova categoria de trabalhadores, chamados de boias frias, para garantir a própria reprodução familiar camponesa.

³⁰ Para uma leitura mais recente sobre este processo ver: Servilha (2015)

A migração temporária é uma das expressões da reconfiguração do capital na região e representa a conformação de uma nova relação com a terra e com o trabalho. A expansão do extrativismo data da década de 1970, contexto em que as condições da reprodução familiar camponesa, que já enfrentava a pauperização, se torna insustentável dentro da região para grande parte dos trabalhadores. De acordo com Ramalho (2014), a partir desse período, mais de 30% da força de trabalho ativa no campo na região, particularmente os mais jovens, passaram a migrar temporariamente todos os anos para o trabalho no corte de cana.

A migração temporária dos *deserdados da terra*, superexplorados e oprimidos pelas novas relações de produção e de construção sócio-cultural sobre o dever ser “moderno”, constituiu, por um lado, um mecanismo contraditório de manutenção da condição camponesa, por outro lado, coincidiu com a demanda de mão-de-obra barata necessária à expansão agrícola que se realizava, principalmente, a partir dos canaviais paulistas, na região de Ribeirão Preto. Mas essa nova categoria de trabalhadores migrantes forçados não englobava apenas os homens, pois também as mulheres e as crianças foram submetidas à superexploração e aos mais variados tipos de discriminação (SILVA, 1999; LEITE, 2010).

A migração temporária dos trabalhadores do Vale teve suas formas, condições e destinos modificados ao longo dos anos, mas não a sua essência, conforme aponta Ramalho (2014). A condição de migrante, inerente à perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado no Vale, é a mediação entre a possibilidade de manutenção do camponês no campo e a venda da força de trabalho em busca de assalariamento em outros territórios. É, também, uma mediação que permite ao capitalista uma maior apropriação sobre o resultado do trabalho familiar camponês, mantendo níveis extremos de superexploração desta força de trabalho (SILVA, 1999; MARTINS, 1986).

Para Martins (1986), o cerco capitalista obriga os camponeses do Jequitinhonha a se inserirem como assalariados em processos produtivos agrícolas em outras regiões do país, onde a grande produção agrícola capitalista se estabelece. No ciclo de produção da grande lavoura capitalista se define o período no qual estes trabalhadores devem migrar em busca de trabalho assalariado, ainda que, para isto, os migrantes temporários tenham que deixar para trás, na sua região de origem, a produção agrícola, o trabalho geral na unidade camponesa e a subsistência familiar nas costas das mulheres e dos filhos menores. Por outro lado, ao ter parte da subsistência própria e da família ancorada na produção familiar (trabalho da mulher e dos

filhos) este trabalhador fica à disposição do capitalista sem que este tenha que dispensar todo o capital necessário à reprodução de sua força de trabalho (MARTINS, 1986; SILVA, 1999). “É verdade que o salário recria, no operário, o camponês; que por sua vez recria o operário” (MARTINS, 1986, p.53).

De acordo com Martins (1986) a relação entre o trabalho da família camponesa e o trabalho assalariado do migrante temporário na reprodução da força de trabalho, como um todo, é desigual à medida que o salário complementa a reprodução do migrante e sua família como força de trabalho. Enquanto a produção camponesa recria o camponês como operário, pronto para ser explorado pelo capital. Para Martins (1986, p. 54) “*o capital não paga, assim, o preço da formação da mão-de-obra de que necessita. Quem paga esse preço é a família camponesa*”. É o trabalho familiar não pago que permite ao capitalista uma apropriação ainda maior da mais-valia produzida pelo trabalho, assim como de parte expressiva do trabalho necessário através do rebaixamento do salário deste trabalhador a níveis extremos.

Compreendemos que esta realidade de apropriação tão ampla do trabalho não pago pelo capital explicita um aprofundamento na superexploração da força de trabalho, não apenas dos trabalhadores que migram e se integram diretamente ao processo de trabalho gerido pelo capital, mas também daqueles que, ao permanecerem em relações não-capitalistas de produção e garantem, com o seu trabalho, a reprodução da força de trabalho necessária ao capital, de forma gratuita, como nos mostra Martins (1986). A pauperização da família camponesa e sua crescente dependência do trabalho, gerido pelo capital e mediado pela migração temporária torna-se, assim, um ciclo que se repete e afunila suas condições de sobrevivência, impulsionando seu completo desenraizamento e a lançando de forma definitiva à situação de possuidor apenas da sua própria força de trabalho. Esta é a tendência do capital, a forma como se movimenta sobre os trabalhadores, como mostrara Marx (2013). Nos termos de Martins (2002, p.121):

O que o capitalismo faz, ao desenraizar as pessoas, é transformá-las em proprietárias de uma única coisa: sua força de trabalho. O desenraizamento do camponês não está simplesmente na sua expulsão da terra. É reduzi-lo à única coisa que interessa ao capitalismo, que é a condição de vendedor de força de trabalho. Se alguém vai comprar essa força de trabalho já é outra história. Mas ele passa a ser um potencial vendedor de força de trabalho, a ser um trabalhador a procura de trabalho.

Entre a expropriação de parte das condições de reprodução e o desenraizamento completo, os trabalhadores do Vale do Jequitinhonha são obrigados a tocar sua vida de acordo com o ciclo da grande produção agrícola, são como “*As andorinhas. Nem cá. Nem lá*”. Esta metáfora, utilizada por Silva (2013), foi dita por uma trabalhadora migrante temporária, que expressa aí a sua história de vida e a muitos outros trabalhadores e trabalhadoras. História esta permeada pelo sofrimento tanto dos que vão, quanto dos que ficam. É a história da perda da identidade camponesa, da tradição e da relação com a terra; a história das viúvas de marido vivo, dos órfãos temporários, da degradação do trabalhador que tem sua saúde e seu tempo de vida reduzidos pelo pesado trabalho na cana de açúcar. Mas é também a história da resistência aos desmandos do capital que submete seres humanos à condições de vida desumanas. É a história daqueles que, mesmo oprimidos e superexplorados, encontram caminhos de luta contra a dominação burguesa, na esperança de um dia permanecerem no “seu lugar” (MOURA, 1988; SILVA, 1999).

Muitas mudanças ocorreram no processo de migração temporária no Vale do Jequitinhonha ao longo do tempo, no entanto, há um traço que persiste e se agudiza: a dificuldade dos trabalhadores em sobreviverem e se realizarem com o fruto de seu trabalho enquanto camponeses. Ao mesmo tempo em que, na aurora do Século XXI, estes trabalhadores têm cada vez menos certeza sobre a possibilidade de emprego e renda advindos do trabalho agrícola em outras regiões. O corte de cana, nos canaviais paulistas, principal destino destes trabalhadores desde a década de 1970, passou por uma ampla reestruturação produtiva desde então, incorporando cada vez mais tecnologia e absorvendo cada vez menos força de trabalho viva, ao mesmo tempo em que acentua a superexploração da força de trabalho incorporada, particularmente do migrantes temporários, que são os mais frágeis dadas as mais perversas estratégias criadas pelo capital e estabelecidas na compra de sua força de trabalho, conforme apontam Silva (2007) e Guanais (2016).

Também se ampliam as dificuldades para sobreviverem no Vale, enquanto camponeses, frente ao crescente acirramento da questão agrária na região impulsionada pela dominação do capital financeiro sobre as terras e a espoliação dos recursos naturais, o que impacta diretamente na reprodução camponesa, forçando cada vez mais a migração temporária e definitiva dos trabalhadores (CARDOSO, 2015).

Frente ao cenário que se abre aos trabalhadores rurais da região na contemporaneidade, se coloca como imperativo a discussão de como se apresentam atualmente os processos que marcam a vida dos mesmos desde a década de 1970 – a migração temporária e o acirramento da questão agrária. Assim, a síntese exposta nos dois próximos tópicos busca explicitar as configurações atuais destes elementos, de modo a elucidar a complexidade da luta de classes nos marcos do agronegócio brasileiro a partir da realidade destes trabalhadores.

4.2.1 Migração temporária para o corte de cana: os caminhos da superexploração.

“E o sertão continuaria a mandar gente prá lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, Sinhá Vitória e os dois meninos” (Graciliano Ramos).

Antes de entrarmos diretamente nas configurações da migração temporária na contemporaneidade, faz-se necessário explicitarmos alguns elementos teóricos da mesma para que se amplie o nosso entendimento sobre a sua complexidade e do quão ainda precisamos estudá-la de forma mais profunda. A migração temporária, abordada neste trabalho como meio encontrado pelos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para garantirem a sobrevivência própria e de suas famílias, deve ser entendida como resultante das transformações do capitalismo no campo brasileiro.

Compreendemos que a migração constitui um processo social (SINGER, 1973) que deriva das mudanças impostas aos trabalhadores pela dinâmica do capital na sua busca constante pela autovalorização. Assim a compreensão de suas configurações, ontem e hoje, só pode dar-se tendo em vista que aquelas transformações estão inscritas no movimento global do desenvolvimento desigual e combinado do capital, o qual modifica também as próprias configurações dos processos migratórios como um todo e, particularmente, da migração temporária. Desvendar as raízes das contradições que a impulsionam, bem como suas próprias transformações ao longo do tempo pode nos permitir uma maior apropriação acerca

do movimento de dominação do capital sobre o trabalho, particularmente nas regiões consideradas subdesenvolvidas, como é o Vale do Jequitinhonha.

Para Martins (1973), a migração evidencia que a própria sociedade de origem está mergulhada num processo de transformação social que provoca o desencontro entre os sujeitos e as mudanças que estão ocorrendo. Historicamente, as mudanças e a reorganização da produção no campo brasileiro imbricam alterações na organização do processo de trabalho e, conseqüentemente, da força de trabalho. Desse modo, a migração temporária, como uma forma particular de mobilidade do trabalho, se apresenta como a medição de um movimento que tende ao desenraizamento definitivo do camponês e sua subordinação direta às relações do grande capital.

De acordo com Martine (1982), as migrações temporárias de trabalhadores rurais, que se abriram como um novo tipo de mobilidade do trabalho no Brasil, principalmente a partir da década de 1970, é um tipo de migração cujas informações são pouco buscadas e trabalhadas pelas fontes tradicionais de informações demográficas, como as pesquisas do tipo Censo, PNAD ou *Survey*. As informações levantadas por estas fontes pouco têm a dizer sobre a complexidade das migrações temporárias, exatamente porque não trazem elementos que possibilitem compreender as especificidades de grupos e espaços migratórios em seu movimento constante, pois estão centradas nos elementos “origem” e “destino” (MARTINE 1982; MARTINS 1986, 2002).

Para Martins (1986) a migração temporária está sempre em movimento. E esse movimento é mais do que ir e retornar, porque os lugares e os sujeitos envolvidos neste processo estão em mudança constante em paralelo ao processo de migração e em decorrência dele. A migração temporária produz e reproduz dois espaços-tempos, os quais o trabalhador inserido neste processo vivencia de forma marginal. “Ele se mantém, pois, na duplicidade de duas socializações, de duas estruturas de relações sociais diversas entre si” (MARTINS, 1986, p. 52). Nesse sentido as noções de campo e espaço migratório ultrapassam os limites das categorias de origem e destino dos migrantes, como fazem as pesquisas tradicionais. Para a compreensão da migração temporária enquanto um processo social é preciso compreender também os espaços pelos quais circulam os migrantes em suas temporalidades, assim como a diversidade desses espaços e temporalidades (MARTINS, 1986; SILVA 2007).

Para Martins (1986) o lugar de origem também é temporário, vez que o trabalhador só permanece ali nos períodos de tempo em que não está “fora”. Ao trazer a relação subjetiva do trabalhador com este processo, no qual há uma duplicidade de socializações, este autor afirma que a concepção de ausência é elemento essencial para a compreensão deste trabalhador que se vê temporariamente fora do “seu lugar”. Neste mesmo sentido, Silva (1997), aborda a relação subjetiva entre sujeito e espaço, pois sua estadia do migrante temporário fora do seu lugar de origem, ainda que seja quase contínua, é narrada por ele como temporária, vez que este não se identifica com o lugar de trabalho como sendo o “seu lugar”.

Para Silva (1992), as migrações temporárias se tornam permanentes, a medida que o processo que a impulsiona – avanço do capital sobre as condições de reprodução camponesa – está em contínuo crescimento. Nesse sentido, o que explicita seu movimento é a própria mobilidade permanente do camponês migrante que, no entanto, não se move socialmente no sentido de se integrar completamente a um novo espaço. Ele tem uma fixação sociológica a um lugar, representativa daquilo que ele só vive em um período, o da entressafra. Mas para o trabalhador aquele é o “seu lugar”. É a memória e o pertencimento que, dadas as impossibilidades de integração ao “novo” ou apenas a sua integração marginal, o permite ter por referência a socialização do seu lugar de origem, ainda que esta seja também temporária.

Silva e Menezes (2008, p.08) sugerem a análise da migração temporária “como um acontecimento histórico, que atinge os(as) que partem e os(as) que ficam, constituído por elementos objetivos, estruturais, ideológicos, culturais e subjetivos, vis-à-vis as organizações sociais de classe, gênero e raça/etnia”. Nesse sentido, este tipo de migração, enquanto um processo social de mediação de transformações no cotidiano e na reprodução social dos sujeitos nele envolvidos, se difere de outros tipos de migração. Enquanto a família camponesa está inserida num processo de migração temporária de um ou mais membros, “a condição de mobilidade do trabalho não expressa, portanto, desenraizamento, desagregação familiar, mas, antes, uma permanente recomposição e ressignificação de suas redes de relações sociais” (SILVA, 1992, p.27).

Nesse sentido, consideramos para a análise do processo de migração temporária dos trabalhadores rurais do Vale do Jequitinhonha, as suas manifestações desde o lugar de origem, cuja organização do trabalho é o campesinato; o lugar de trabalho temporário, definido pelo

agronegócio; assim como o constante movimento que circunda a produção e a reprodução da vida social desses e nesses lugares. Considerar este movimento significa considerar as condições de superexploração, de risco, de discriminação, de marginalização e de violência que vivenciam, não só os migrantes temporários, mas diversas categorias de migrantes internas e externas. É considerar também as contraditórias mudanças impostas pelo avanço do capital sobre a terra e o acirramento da questão agrária pela expropriação, espoliação e degradação dos recursos naturais e da capacidade produtiva da terra, dentro e fora do Vale.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), em seu livro “Errantes do fim do século”, traça de maneira ampla e comprometida o histórico das migrações temporárias dos trabalhadores do Vale para os canaviais paulistas e também para a colheita de café e laranja no mesmo estado. A inserção destes trabalhadores em processos brutais de superexploração, no qual a sua submissão às mais precárias relações de trabalho e sociabilidade e, ao mesmo tempo, à falta de alternativas à migração temporária deixaram marcas profundas na vida e na memória de tantos trabalhadores da região. A mobilidade para trabalhar em outras regiões e garantir o pão de cada dia foi incluída na história e no imaginário popular da região e se apresenta de forma bastante forte nas manifestações artísticas – musicais, literárias etc. – que, de acordo com Servilha (2015) é uma das formas mais marcantes de se fazer resistência à desagregação imposta pelo capital e de ressignificar o cotidiano no Vale do Jequitinhonha. O trecho do poema de Nuno Castro, presente no Jornal Geraes, de fevereiro de 1980, é um bom demonstrativo:

“Adeus povo que te vais
Ignorando tantos ais
Dos que cá ficam chorando
Famílias sem união:
O pai foi ganhar o pão
Embalado na ilusão
E quantos por lá piorando...
E não voltam mais
Adeus todos que tombais
Ceifados na flor da vida.”

São muitas as pesquisas que abordam o trabalho no setor sucroalcooleiro no Brasil, trazendo amplo debate sobre as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores nele

inseridos e sobre as mudanças na sua dinâmica ao longo do tempo. Não pretendemos resgatar toda a trajetória deste setor considerado de grande importância na economia nacional, pois o consideramos suficientemente feito. Assim, partiremos dos debates já realizados e traremos para o nosso trabalho os elementos centrais para cumprir o nosso objetivo de demonstrar que a inserção dos migrantes temporários neste setor se dá por meio de formas perversas de superexploração de sua força de trabalho.

De forma breve demarcamos, metodologicamente, 3 períodos centrais a partir dos trabalhos já realizados por outros pesquisadores. Apesar da histórica presença do cultivo de cana de açúcar no país, desde a colonização, o foco é o período posterior a década de 1970, que é quando o setor sucroalcooleiro se estabelece de forma vinculada à política de Estado, principalmente a partir da criação do Programa Nacional do Álcool – Pró-álcool em 1975 e a inserção massiva de processos industriais no setor, frente à crise mundial do petróleo.

1) Entre 1975 a 1986 a produção do setor modifica de forma profunda as antigas relações de trabalho estabelecidas nas antigas fazendas canavieiras, particularmente no Nordeste, e nas fazendas que se tornam produtoras da cana de açúcar, com a expulsão de parceiros, agregados e moradores das terras e a contratação dos mesmos trabalhadores temporários. No Estado de São Paulo, onde o setor mais se expandiu, a desagregação das relações de trabalho nas antigas fazendas que foram ocupadas pela cana, fez surgir parte da mão de obra necessária, outra parte foi suprida por trabalhadores migrantes de outras regiões, particularmente do Nordeste e do Estado de Minas Gerais. Este período é demarcado por uma ampla inserção dos trabalhadores migrantes no processo produtivo canavieiro, incluindo seu emprego informal, o emprego de mulheres e crianças. Muitos migrantes ficaram definitivamente na região de São Paulo e se integraram a socialização forjada pelo duro trabalho nos canaviais e pela ocupação das periferias das cidades canavieiras, principalmente aqueles que migravam com toda a família. Outros tantos fizeram por longo tempo o caminho de volta após os períodos de safra, dividindo a vida entre o camponês e o boia fria. O fim deste período é marcado por reivindicações trabalhistas, com destaque para a Greve de Guariba³¹, ocorrida em maio de 1984, que é um marco histórico da luta dos trabalhadores

³¹ “Em maio de 1984, na pequena cidade de Guariba, estalou uma greve de 10 mil boias-frias. Era um movimento espontâneo, resultado de um sentimento de revolta contra mais uma medida espoliadora dos proprietários das usinas. A medida mudava o sistema de corte da cana para facilitar para as carregadeiras, mas

contra as condições desumanas de trabalho a que são submetidos (SILVA, 1999; ALVES, 1991).

O segundo período, pós 1986 a 2003, com a desaceleração e crise do Pró-álcool, dada a queda na demanda, devida a baixa no preço do petróleo, é marcado, principalmente na década de 1990, por mudanças substanciais. A égide de uma política neoliberal e privatista fez diminuir os investimentos públicos no setor e afrouxar os mecanismos de regulação do mercado, abrindo a concorrência e liberando os preços. A reestruturação produtiva significou uma reorganização do setor sob a barganha do capital financeiro, da aplicação do conhecimento técnico e científico a produção, da racionalidade na gestão e da tendência a uma produção de capital mais intensiva. A mecanização correspondeu a substituição de parcela expressiva do trabalho vivo, por um lado, e a intensificação da superexploração da força de trabalho empregada, por outro. De acordo com Silva (2006) entre 1990 e 2000 a produtividade média exigida dos trabalhadores passa de 5 a 8 toneladas para 8 a 9 toneladas por dia. O resultado das mudanças a partir da reestruturação produtiva foi a impulsão, ainda maior, a degradação do trabalho e a corrosão dos direitos conquistados com as reivindicações do período anterior, diminuído o poder de barganha dos sindicatos e aumentando o controle das usinas sobre a vida dos trabalhadores dentro e fora das usinas (SILVA, 2006; 2012; ALVES, 1991; 1998).

O terceiro período se demarca a partir de 2003, impulsionado por uma nova alta nos preços internacionais do petróleo e pelas pressões internacionais por combustíveis renováveis, o que fez aumentar a demanda mundial por etanol. Através da política econômica do Estado brasileiro, vinculada aos interesses do capital financeiro no agronegócio, os projetos de substituição de combustíveis fósseis foram reativados, particularmente pós 2006, com a introdução da tecnologia *flex* na produção dos veículos (DELGADO, 2012a). O Etanol tornou-se uma nova commodity e, de acordo com o Anuário Estatístico da Agroenergia da CONAB (2010), as exportações saltaram de 39 mil metros cúbicos em 1990, para 227 mil

exigia trabalho mais exaustivo dos cortadores de cana, violando ainda mais seus direitos. A greve se estendeu a outros canaviais, até mesmo de Goiás, Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Em Guariba, 5 mil trabalhadores enfrentaram a tropa de choque da PM, com um saldo de um trabalhador morto e 19 feridos, 14 deles à bala. Como sequer tinham um sindicato, eles foram atendidos pela Federação dos Trabalhadores Agrícolas de São Paulo (Fetaesp). A reivindicações foram organizadas e se estabeleceu o "Acordo de Guariba". (<http://memoriasdaditadura.org.br/trabalhadores-rurais/>)

metros cúbicos em 2000, 2.321 mil metros cúbicos em 2004 e 5.124 mil metros cúbicos em 2008. A área plantada de cana de açúcar para produção de açúcar e etanol no Brasil se expandiu amplamente desde o primeiro período referido até a atualidade, passando de 1,90 milhões de hectares em 1975 para 3,95 milhões de hectares em 1986, 5,38 milhões de hectares em 2003 e 9,67 milhões de hectares em 2009. Sendo que a partir de 2003 sua produção se ampliou para outros Estados que, tradicionalmente, não eram produtores de cana de açúcar, como Minas Gerais, Paraná, Goiás e Mato Grosso do Sul. Esta expansão se dá a partir de uma reorganização fundiária que projeta cada vez mais o capital financeiro sobre a terra em detrimento da reprodução camponesa e da produção de gêneros alimentícios (OLIVEIRA, 2008).

Neste terceiro período, acentua-se a reestruturação produtiva do período anterior, centrando-se na racionalização da produção, no incremento tecnológico etc., acirrando a pressão sobre os trabalhadores para aumentarem sua produtividade, sob a ameaça constante da perda do emprego. De acordo com Silva (2006), já nos primeiros anos desse período a produtividade média do cortador de cana nos canaviais paulistas alcançou entre 12 e 15 toneladas diárias. O que marca o atual período do setor sucroalcooleiro no Brasil é a hegemonia do capital financeiro, que movimenta contratos na Bolsa de nova York, impulsionando os mecanismos de aumento da produtividade do trabalho, que, apesar da aparente modernização, apóia-se nas formas mais brutais de extração do trabalho via intensificação do trabalho, extensão das jornadas e dominação social, política e ideológica dos trabalhadores (GUANAIS, 2016).

Na contemporaneidade o setor sucroalcooleiro brasileiro apresenta-se como um dos mais modernos do mundo, alcançando o topo do ranking da produção mundial, no entanto, é unânime entre os pesquisadores críticos a constatação de que é a mão de obra barata e o monopólio sobre as terras que dá este lugar ao setor. A superexploração se constitui a base do processo produtivo, que forja a aparente modernidade com a incrementação tecnológica em alguns setores, mantendo em outros – particularmente na colheita - formas arcaicas e brutais de extração do valor. Isto é um reflexo de como se dá a reprodução ampliada do capital nos países dependentes, cuja composição orgânica do capital é inferior a dos países dominantes no mercado mundial, no entanto, o rebaixamento do valor da força de trabalho por diversos mecanismos, faz com que o agronegócio concorra mundialmente como um setor moderno,

compensando suas perdas pela troca desigual via superexploração da força de trabalho, conforme já salientamos a partir de Marini (2011).

Segundo Martins (2002), resulta da superexploração da força de trabalho um processo de reequilíbrio fictício das condições médias de produção, historicamente desiguais, condenado os trabalhadores a situações miseráveis de reprodução da vida.

Alguns processos característicos do desenvolvimento capitalista recente no Brasil estão relacionados com esta dimensão da realidade. José Graziano da Silva demonstrou num de seus estudos, que o aparecimento do chamado “boia fria” (no sudeste e no sul) ou “clandestino” (no nordeste canavieiro) está diretamente relacionado com a modernização incompleta do processo de produção. Há momentos desse processo, que, por motivos técnicos, permanecem desproporcionalmente dependentes de trabalho humano e de formas atrasadas de utilização da força de trabalho. O uso da força de trabalho fica desproporcionalmente concentrado em momentos específicos do processo de produção, como a colheita do café ou do corte da cana. [...] Ao mesmo tempo, o trabalho é intensamente substituído em outros momentos do processo de produção por máquinas e equipamentos modernos, conhecimento técnico e científico, defensivos, herbicidas, etc. Enfim, o trabalho é substituído por meios poupadores de trabalho.[...] Surgiu o emprego sazonal e precário, isto é, na verdade, o desemprego sazonal, as migrações temporárias, os traficantes de mão-de-obra e todos os problemas sociais decorrentes, (MARTINS, 2002, p.157-158).

O processo de trabalho nos canaviais brasileiros representa, historicamente, um dos mais brutais para os trabalhadores, cujas capacidades físicas, psíquicas e sociais para o trabalho são corroídas em poucos anos de trabalho, apresentando formas análogas às do trabalho escravo (SILVA,1999). Destacamos as pesquisas de Silva (1998; 1999; 2006, 2012), Alves (1991; 2006), Guanais (2010; 2016), a partir das quais levantaremos brevemente as características gerais das relações de trabalho e dos trabalhadores nas usinas canavieiras, particularmente dos migrantes temporários:

- Expropriação – perda das condições de reprodução enquanto camponês;
- Negação da identidade social camponesa e de trabalhador rural e construção negativa da identidade de boia fria – “o outro”, “o de fora”;
- É o trabalhador que, *desespecializado* para outros processos de trabalho devida a sua socialização enquanto trabalhador rural, preparado para o duro trabalho no campo, com pouca

ou nenhuma escolarização, aparece como o trabalhador perfeito para a brutalidade do trabalho no canavial;

Utilizando-se da expressão de Antunes, a desespecialização é a condição sine qua non para sua existência. Desespecialização que engendra a especialização de um cortador de cana, capaz de suportar as condições climáticas adversas – frio, chuvas, sol, altas temperaturas –, e os rigores do trabalho por produção impostos pelas usinas (SILVA, 2012, p.8).

- Salário por peça: por tarefa, por produção ou por empreitada. Impulsiona a concorrência entre os trabalhadores, o aumento da intensidade e da produtividade do trabalho sob a ilusão de que se ganha mais e é menos controlado. Aumenta-se a produção de valor e sua apropriação pelo capital em detrimento da superexploração da força de trabalho;

- Prêmios e gratificações aos “bons” trabalhadores: levam a níveis extremos de intensificação do trabalho, violando a pausa para descanso e refeições, os limites da jornada de trabalho, impõe a constante hora extra, o trabalho sob condições climáticas desfavoráveis – chuva, frio -. Esgotamento físico e psíquico que configura uma brutal degradação humana. Nestas condições muitos trabalhadores morrem por exaustão.

- Mediação dos contratos por empreiteiros (“gatos”), o que não só enfraquece ainda mais as relações de trabalho, como aumenta a extração do mais-trabalho, que deve também remunerar o “gato”.

- Submissão à organização disciplinária do trabalho e da organização social através da criação de diferenciações étnico-raciais e de gênero e entre o “bom” e “mau” trabalhador, nas quais predominam o controle e a dominação e constrói paulatinamente um trabalhador padronizado. Tal diferenciação incide diretamente nas formas de pagamentos dos salários entre homens, mulheres, trabalhadores fixos, trabalhadores volantes.

- Controle sobre as ações dos trabalhadores dentro e fora do processo de trabalho. Tal controle impossibilita a resistência dos trabalhadores às brutais condições de trabalho, sob a pena de terem negado o seu direito de trabalhar por até 3 anos. Os mecanismos conhecidos como *gancho* e *lista negra* marcam o processo de dominação e controle ideológico exercido sobre os trabalhadores, excluindo aqueles que reclamam direitos, se organizam politicamente e fazem greves ou, simplesmente, se comportam cotidianamente fora do padrão estabelecido

pelas usinas. A lista negra é parte da criação de um trabalhador padrão, o mais dócil e submisso possível.

A lista negra é produto desta reconstrução. Ela é feita não porque a força de trabalho seja abundante. É o resultado da submissão, da negação imposta aos trabalhadores. Representa a cristalização da negação do ser do trabalhador. Nega-o. Retira-lhe sua essência, enquanto possuidor da única mercadoria que lhe restou: sua própria força de trabalho. Atinge-o em suas condições subjetivas. Lança-o por três anos, e pode fazê-lo por mais tempo, na "cloaca", no "útero" do seu não-ser (Silva, 1999, p. 146).

As condições gerais apresentadas acima percorrem historicamente o trabalho nos canaviais. O setor sucroalcooleiro na contemporaneidade é tido como um setor muito moderno, devido à reestruturação produtiva, mas ele é também um setor, cujas relações de trabalho atualizam formas arcaicas e brutais de extração do valor. Tal atualização faz minguar cada vez mais as condições de reprodução da força de trabalho e amplia a dominação do capital sobre a vida destes trabalhadores.

De acordo com Silva (1999), a inserção dos trabalhadores oriundos do Jequitinhonha no processo de trabalho agrícola nas grandes usinas de São Paulo, criou diferenciações entre estes e os "do lugar", ou seja, os paulistas, que também são inseridos de formas brutais.

"Os de fora", os do Vale do Jequitinhonha, os baianos são contratados só para a safra, na sua totalidade. Estes constituem, nitidamente, o exército de reserva. Estes são "as andorinhas migrantes". Nem lá, nem cá. A vinda deles implica necessariamente a sua volta ao final da safra. Quanto a estes, o escritório possui normas especiais para arregimentação, seleção e vigilância nos alojamentos e pensões das cidades-dormitórios (Silva, 1999, p.142).

Esse tratamento diferenciado entre o migrante temporário e os trabalhadores paulistas, no exemplo do corte de cana no Estado de São Paulo, expõe outros elementos que reforçam a superexploração destes trabalhadores, elementos ideológicos e sociais. Ele é a expressão de um processo de transformação do camponês em boia fria/migrante, que é marcado por diferenciações étnicas, raciais e de gênero, que descaracteriza este trabalhador e imputa-lhe uma nova identidade, para Silva (1999), o boia fria percebe-se e é percebido como negado, o que dificulta não apenas sua integração e socialização nos lugares onde se encontra, mas, conseqüentemente, sua organização política enquanto trabalhador, fragilizando ainda mais suas condições e possibilidades de resistência aos desmandos do capital.

A luta dos trabalhadores canavieiros pela garantia de direitos, desde a década de 1980, ocorre tanto nas regiões canavieiras quanto no Jequitinhonha. Movimentos como a histórica Greve de Guariba, já citada, e outras tantas greves, garantiram acordos de melhoria nas condições de trabalho e a Constituição de 1988, garante a igualdade de direitos entre os trabalhadores urbanos e rurais e impulsionou a formalização dos contratos, a eliminação do trabalho infantil, a melhoria no transporte e nos alojamentos, o fornecimento de equipamentos de proteção individual, a assistência médica, a fiscalização por sindicatos e pelo Ministério do Trabalho (GUANAIS, 2010; RAMALHO, 2014). No Vale do Jequitinhonha, os Encontros de Migrantes acontecem desde 1984 e reuniram nos primeiros anos milhares de trabalhadores migrantes de toda a região para discutir não apenas a condição dos trabalhadores na cana, mas o próprio processo de expulsão, se organizando para pressionar socialmente por mudanças, tanto no processo precário de trabalho nos canaviais, quanto por mudanças internas na região, como relata o jornal *Geraes* (Maio/1985). A Pastoral do Migrante também atua desde então no esforço de auxiliar a organização dos trabalhadores.

A movimentação dos trabalhadores e a intervenção do Estado nos fins da década de 1980 tiveram respostas positivas do ponto de vista da melhoria das condições desumanas que vivenciavam os trabalhadores – a comida fria, os alojamentos imundos e apertados, o transporte inseguro – e a formalização dos contratos. No entanto, o movimento do capital para baratear os custos de produção com a reestruturação, além de um processo que busca a inovação da logística, a inserção da mecanização, a automação de processos, etc., é também uma resposta a pressão dos trabalhadores e impulsiona a queda nos custos do trabalho.

Assim, a mecanização, que em 2010 alcançava 25% dos canaviais no Brasil e em São Paulo 50%, ao empurrar para baixo o preço do trabalho e expulsar parte expressiva dos trabalhadores, favorece também a formalização. De acordo com o Dieese (2007), entre 1992 e 2002 a queda no número de empregados nos canaviais foi de 34% e a formalização neste período passou de 47% para 60%, número que em 2010 chegou a 78% no Brasil e 96% no Estado de São Paulo (PNAD, 2010). Frente à formalização cresce a seletividade dos trabalhadores, com o descarte dos muito jovens e dos mais velhos e, sobretudo, intensifica-se a superexploração da força de trabalho. De acordo com Alves (2006), Silva (2007) e Guanais (2016), o aumento da intensidade do trabalho e a extensão das jornadas – com horas extras – para aumentar a produtividade do trabalho não são acompanhadas por um aumento nos

rendimentos do trabalhador, ao contrário o que se evidencia é a constante perda desses rendimentos.

o aumento da intensidade do trabalho e a extensão da jornada laboral – na medida em que contribuem para a elevação do gasto de energias vitais e para o maior desgaste dos cortadores de cana - trazem como consequência a elevação do valor da força de trabalho desses assalariados rurais. Mas, ao mesmo tempo em que os cortadores de cana brasileiros têm um aumento no valor de sua força de trabalho, é possível se afirmar que esse aumento não é acompanhado por uma elevação proporcional de seus salários. Isso faz com que esses trabalhadores rurais recebam um salário que esteja abaixo do valor de sua força de trabalho, configurando, assim, uma situação de superexploração (GUANAIS, 2016, p. 245).

Ao mesmo tempo em que

o aumento da produtividade dos cortadores de cana também acaba trazendo como consequência a liberação de trabalhadores do processo produtivo, já que um número igual (ou até menor) de assalariados consegue produzir a mesma quantia (ou uma quantia superior) ao longo do mesmo período de tempo, possibilitando que as empresas diminuam seu quadro de empregados. E esse incremento do “exército de reserva” também acabará contribuindo ainda mais para o rebaixamento dos salários (seja para o nível mínimo fisiológico e social necessário à existência dos trabalhadores ou até mesmo para abaixo deste mínimo) (GUANAIS, 2016, p.250).

Para os trabalhadores migrantes temporários, o rebaixamento dos salários e a degradação física e psíquica ocasionada neste processo têm um peso ainda maior. Primeiro porque o seu salário além de sustentá-lo deveria também sustentar sua família que ficou para trás, posto que cada vez mais a reprodução camponesa no lugar de origem fica comprometida pelos avanços do capital (GUANAIS, 2016). Segundo, porque as condições impostas pelas usinas colocam estes trabalhadores nas mais degradantes relações sociais e é exatamente por poderem, de certa forma, manipular a vidas destes sujeitos que estas empresas dão preferência à sua contratação na atualidade. De acordo com Silva (2012, p.5)

Um dado importante se reporta às razões da seleção desses trabalhadores. Algumas usinas têm adotado a estratégia de selecioná-los nos locais de origem. Assim que termina a safra, os trabalhadores são dispensados, posto que o contrato de trabalho é temporário. Para serem contratados para a safra subsequente, é necessário que voltem aos locais de origem, quando serão aceitos ou não, a partir da análise comportamental e moral feita

pelos gatos (empregados, intermediários) e das condições de saúde feita pelos médicos (empregados da usina). A análise feita pelos gatos inclui a não participação em greves, a assiduidade ao trabalho, a obediência às regras e disciplina impostas nos eitos dos canaviais, o não envolvimento com bebidas ou drogas [...] Outro dado importante concerne às trajetórias sociais concretas desses trabalhadores. Enquanto camponeses, foram socializados no trabalho da terra no seio da família. Assim sendo, desde crianças manuseiam enxadas, enxadões, machados e desempenham tarefas sob o sol forte, chuvas etc. Portanto, ainda que sejam analfabetos ou possuam pouca escolaridade, preenchem os requisitos exigidos pelas empresas para o desempenho do trabalho duro do corte da cana ou de outras atividades (SILVA, 2012, p.5).

A passagem acima mostra que o domínio do capital sobre a vida dos trabalhadores, que devem se restringir às exigências impostas, sob o risco de não serem empregados. Este elemento subjetivo é, a nosso ver, de extrema importância na análise das relações de superexploração dos trabalhadores migrantes temporários nos canaviais, pois ela se estrutura criando mecanismos que vão além da intensificação do trabalho, do prolongamento da jornada de trabalho e remuneração abaixo do necessário para a reposição da sua força de trabalho. Torna-se cada vez mais um imperativo o controle da subjetividade, a determinação da socialização e da mobilidade desses trabalhadores. Conforme aponta Silva (2012), a preferência por migrantes é devida a garantia da disponibilidade desses trabalhadores durante todo o período de safra (de 8 a 10 meses), pois estando longe dos locais de origem, em condições econômicas insuficientes são politicamente mais controláveis, tem menos possibilidade de organização, e, portanto, menos mecanismos coletivos de contestação das condições de morte à que estão submetidos.

Estes mecanismos evidenciam que na contemporaneidade, o capitalismo criou o trabalho puro, sem nenhuma responsabilidade social ou moral, conforme afirma Martins (2002) e vem sendo afirmado por José Paulo Netto, ao dizer que esgotaram-se as possibilidades civilizatórias do capitalismo. “O trabalhador é compelido a aceitar essa situação porque vai sendo reduzido a formas precárias de sobrevivência [...] Via de regra, o trabalhador alcançado por estes mecanismos é um migrante” (MARTINS, 2002, p.137).

O desenraizamento da socialização de origem e a integração marginal nas sociedades que os recebem, devido às condições materiais, sociais e culturais que circundam suas vidas enquanto “retirantes”, “boias frias”, reforçam o atrofamento social dos mesmos, reduzindo

sua vida à mera condição de mercadoria força de trabalho, inserida de forma quase mecânica no processo produtivo sob a constante ameaça de perda do trabalho exercida pela presença da “máquina”.

De Ramalho (2014), a intervenção do Estado, no combate às formas degradantes do trabalho nos canaviais, pressionam as empresas a garantirem condições mais dignas de trabalho aos cortadores de cana. A fiscalização mais rigorosa pelo Ministério do Trabalho e a ação por meio de programas como o Marco Zero e Compromisso Nacional de Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho no Corte de Cana de 2009. Estes firmam parceria com os Estados e empresas e visa combater a ação de aliciadores de força de trabalho (gatos), incentivar a contratação de mão de obra de acordo com a legislação trabalhista, prevenir o trabalho escravo e as formas degradantes de trabalho a que são submetidos os trabalhadores rurais. O Estado de Minas Gerais adotou o programa em 2009. A intermediação é feita pelas agências locais do Sistema Público de Emprego (SINE) e, de acordo com o governo do Estado³², em 2009, apenas no Vale do Jequitinhonha, foram mais de 10 mil empregos intermediados.³³

A intermediação do SINE na contratação dos trabalhadores na região, de acordo com Ramalho (2014), fez reduzir o aliciamento por “gatos”, trouxe melhorias no transporte dos trabalhadores e faz com que os mesmos já saiam da região com exames médicos e carteiras de trabalho assinadas, no entanto, há o aliciamento via falsificação de documentos, o que permite que menores de idade sejam contratados.

De acordo com Guanais (2010, 2016), ainda há muitas violações de direitos dos trabalhadores do corte de cana, principalmente nas novas áreas de expansão canavieira, que mantêm alojamentos insalubres, péssima alimentação, condições precárias de proteção individual, etc. Isso significa que ainda falta muito para que as medidas criadas pelo Estado

³² <http://www.governo.mg.gov.br/component/gmg/story/886-governador-firma-parceria-para-implanta-ccedil-atilde-o-do-marco-zero>

³³ As empresas que cumprem as exigências do MTE são contempladas com o “Selo de empresa compromissada”, no entanto, em 2012, havia 432 usinas ativas em todo o país (CONAB, 2012), destas, 305 aderiram ao Compromisso e apenas 169 empresas estavam de acordo. Destas últimas, as fiscalizações do MTE encontraram irregularidades em fiscalização posterior e, só na cidade de Araraquara (SP), o órgão solicitou ao Ministério Público do trabalho a retirada de sete da lista de empresas compromissadas. <http://www.secretariadegoverno.gov.br/arquivos/listadasusinas.pdf>
<http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/arquivos-noticias/empresas-agraviadas-13dejunho>
<http://www.ebc.com.br/2012/10/mpt-pede-cassacao-de-selo-empresa-compromissada-de-sete-usinas-de-araraquara>

correspondam minimamente à garantia de direitos mínimos todos trabalhadores do corte de cana e mostra a irresponsabilidade das empresas, que desrespeitam a legislação e impõem condições degradantes aos trabalhadores. Mas, modo geral, o que se revela é a estrutura histórica de dominação dos interesses do capital sobre os interesses dos trabalhadores, na qual a omissão ou a intervenção limitada do Estado correspondem à necessidade do capital de dar continuidade à superexploração, a degradação e opressão dos trabalhadores, como os “meios normais” de extração de valor, conforme apontara Fernandes (2006)

Nesse processo de dominação histórica, que se acirra frente às contradições do processo de acumulação capitalista, a própria mobilidade do trabalho foi modificando seu sentido e possibilidades de melhoria na vida dos trabalhadores. A realidade dos migrantes temporários do Jequitinhonha, que partem rumo ao corte de cana, insere-se num processo de tamanha dominação do capital sobre o trabalho e sobre os territórios, no qual as migrações não correspondem mais a possibilidades de elevação do padrão de vida e integração em processos mais “modernos” de socialização. De acordo com Martins (2002), a ascensão social, historicamente ligada aos processos migratórios não aparece mais como perspectiva, em seu lugar a perspectiva é a da mera sobrevivência, e é por ela que os sujeitos se movem uma vez esgotadas as condições de reprodução nos seus lugares de origem. Há na atualidade uma inversão no sentido das migrações num geral, não somente da temporária: “Antes migrava-se para subir na vida. Agora migra-se para atenuar a queda e muitas vezes já se migra como parte de um processo de queda” (MARTINS, 2002, 148).

A diferença com as transformações positivas que as migrações possam promover, e de certo modo promoveram no passado e ainda residualmente promovem, está no fato de que são migrações que desagregam sem transformar; dessocializam, mas não ressocializam, não preparam nem reeducam para uma sociabilidade mais rica e humanizadora. Deixam aberto o espaço para formas precárias e socialmente problemáticas de ajustamento recíproco das pessoas na socialização espontânea dos ambientes degradados. Vão definindo uma sociabilidade dominada não só pela miséria moral. O que foi freqüentemente um período de transição e de provisória acomodação numa nova situação, vem se transformando num modo permanente de vida, num modo de vida sem qualidade e sem estilo, sem alegria e sem beleza (MARTINS, 2002, p.141).

4.2.2. *A atualidade da questão agrária no Jequitinhonha e os movimentos de resistência dos trabalhadores aos desmandos do capital*

*Vi muita gente subir
Vi muita gente descer
Metade de um povo pedir
Um povo inteiro sofrer*

*Hoje eu canto pra não chorar
Tô cansado de esperar
Vi muita gente chegar
Vi muita gente partir
Trazendo nada de lá
Levando as coisas daqui
Dizendo pro meu pessoal
Essa terra já virou tema
De dia ta no jornal e
De noite ta no cinema
Povo vivendo de teima
Povo teimoso
Povo que vem lá de fora
Trazendo a sabedoria
Avisa lá que chora
Vivendo e vendo agonia
Não querendo levar meu pranto
Marcando a fotografia
Leva contigo meu canto
De dor com minha revelia
Esse rio que hoje é calmo
Inda vai te assustar um dia
(...)
(Rubinho do Vale)*

Sob a égide do agronegócio, “o conjunto social de referência do migrante que se desloca” (MARTINS, 2002) do Vale do Jequitinhonha, expõe cada vez mais a fratura aberta pela questão agrária e o processo de cerco capitalista, impulsionado na década de 1970, se estabelece sob formas mais dominadoras sobre o trabalho “dos que ficam” na região. O processo de diferenciação do camponês a partir das relações não capitalistas, mas mediadas pela mercadoria o coloca cada vez mais submisso ao capital, que se movimenta paulatinamente sobre a reprodução destes trabalhadores e projeta a expropriação como um processo manifesto (LEITE, 2015). O cerco do grande capital financeiro sobre o trabalho no

campo na região se manifesta a partir da submissão do processo de reprodução dos trabalhadores à economia política do agronegócio, à produção de commodities agrícolas e minerais e à geração de energia para a sua produção em outras regiões.

A partir dos recentes trabalhos de Zhouri e Zucarelli (2010), Leite (2015) e Cardoso (2015) destacamos as 3 frentes do atual cerco capitalista na região, que reatualiza a apropriação da renda da terra pelo capital financeiro e coloca os trabalhadores em situações cada vez mais miseráveis de reprodução, retroalimentado a dinâmica da criação de uma população excedente e sua mobilidade para ser superexplorada em outras regiões.

1) **Eucalipto:** implantado desde a década de 1970 pelos “projetos de desenvolvimento”, o cultivo de eucalipto vem expandindo sua fronteira tanto pela incorporação de novas terras pelas grandes reflorestadoras, através da constante expropriação dos pequenos produtores; ou pela integração das pequenas unidades produtivas de forma consorciada, esta última explicita a ocultação da dominação do capital sobre o trabalho e o cinismo nela incrustado. De acordo com Leite (2015) o plantio de eucalipto por comunidades tradicionais – quilombolas e ribeirinhos - e pequenos produtores se dá ou pelo arrendamento das terras às grandes reflorestadoras ou pelos contratos de venda posterior feitos com as mesmas. Em ambos os casos, o que ocorre é uma “terceirização” da produção, onde os riscos e possíveis prejuízos ficam por conta do pequeno produtor e este é submisso à grande empresa, que não só determina o preço de venda abaixo do vigente no mercado, como se apropria de parte do valor produzido como parte do pagamento de mudas, insumos e defensivos adquiridos pelo produtor, além de cobrar pelo corte e pela destoca mecanizados (LEITE, 2015).

O uso de venenos na produção contamina o solo e a água, não apenas do produtor inserido no consorcio, mas da comunidade como um todo; desgasta a terra e a torna imprópria para outros tipos de cultivo, forjando sua posterior inutilização pelos produtores e rebaixando seu preço de venda. É aí que está o cinismo e a expertise do capital, pois esse processo funciona como o meio de, paulatinamente, a capital expropriar o trabalhador dessa terra. Para Leite (2015) embora a plantação de eucalipto seja acessada como uma possível solução para a manutenção das condições de reprodução dos lavradores, como uma alternativa de permanência na região e de não submissão às precárias condições enfrentadas pelo trabalhador que migra, a projeção que se tem desse processo é a sua futura expropriação.

Além do mais, as formas de integração ao grande capital se apresentam como meio de apropriação da renda da terra, de parte do excedente econômico, e, às vezes, até do trabalho necessário à sua reprodução pelo capital, vez que todos os riscos e a responsabilidade por todo o trabalho recaem sobre o produtor.

2) **Mineração:** introdução da região na nova fronteira mineira impulsionada pelo governo do Estado, que é o maior produtor mineral do país. As reservas minerais do Jequitinhonha, que incluem metais, minerais não metálicos, diamantes, lítio, pedras ornamentais, dentre outros de interesse do mercado internacional, foram majoritariamente dominadas pelo capital financeiro internacional. De acordo com Cardoso (2015), das 12 maiores reservas mapeadas pelo Departamento Nacional de Mineração (DPM), 8 são controladas exclusivamente por capital estrangeiro, 2 por capital nacional e 2 de forma mista. A produção de commodities minerais na região inclui formas de extração que vão desde os rústicos garimpos tradicionais a mais alta tecnologia, e ambas tem em comum o alto índice de resíduos químicos e tóxicos que geram graves problemas ambientais como a contaminação do solo e da água, além do assoreamento de nascentes e córregos e a supressão da vegetação nativa.

3) **Hidrelétricas:** a construção de barragens a partir de grandes projetos de geração de energia é outro fator que acentua a questão agrária na região. O Programa Novo Jequitinhonha (1980) previu a construção de 16 barragens nos cursos dos Rios Jequitinhonha e Araçuai. Destacam-se entre elas a barragens da Usina de Irapé, na cidade de Virgem da Lapa e a da Usina de Itapebi em Salto da Divisa. Ambas atingiram diretamente mais de 1200 famílias e 50 comunidades. De acordo com Ribeiro (2010) e Cardoso (2015), foram inúmeros os conflitos relativos à desapropriação e reassentamento das famílias e muitas delas ainda lutam na justiça pelos direitos violados. A construção das barragens modificou a vida e as condições de reprodução de muitos trabalhadores – pescadores, lavadeiras, quebradores de pedra, pedreiros, etc. ambos dependentes dos rios estando ou não nas comunidades atingidas. Além disso, o represamento gerou graves problemas ambientais, com a contaminação da água e dos peixes.

De acordo com Zhouiri e Zucarelli (2010) e Cardoso (2015), as atividades reflorestadoras, mineiras e hidrelétricas são parte dos projetos de desenvolvimento

implantados no Vale desde a década de 1970 e que se ampliam ainda mais sob a égide da reprimarização da economia nacional pós anos 2000.

É sob esta ótica excludente e homogeneizadora que as elites mineiras têm reforçado significado do Vale do Jequitinhonha como lugar de miséria destinado a promoção do “desenvolvimento” por meio de projetos industriais de produção de mercadorias globais e de perpetuação de desigualdades e injustiças socioambientais (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010, P. 233).

A apropriação da terra e dos recursos naturais do Jequitinhonha, com crescente voracidade, pelo capital financeiro exerce uma pressão imensa sobre a reprodução dos trabalhadores no campo. Ainda que estes não percam suas terras numa apropriação direta das mesmas pelo capital, o cerco exercido pelas grandes empresas, através de formas extrativistas predatórias, compromete a sobrevivência destes trabalhadores cujo solo e águas são contaminados. A expropriação, direta ou paulatina, reitera a sina de retirantes, forçando os trabalhadores à migração como única saída, num momento em que a mobilidade do trabalho já não leva a lugar nenhum.

No entanto, a anulação e esvaziamento do sentido da ocupação do território para a reprodução familiar e modos de vida particulares, não se dá sem conflitos e construções de mecanismos coletivos de resistência pelos sujeitos. O acirramento da questão agrária na região, pelo cerco capitalista, suscita enfrentamentos que

vão desde a denúncia formal em órgãos ambientais e jurídicos, passando pela busca de entidades de parceria e publicização do caso, até confronto direto com estratégias de paralização da degradação de seus territórios [...] movimenta uma gama de atores em defesa dos seus direitos, sejam comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas ou camponesas que não se vêem beneficiadas por tais concepções desenvolvimentistas (ZHOURI; ZUCARELLI, 2010, P. 233).

A luta pela terra e a reivindicação da reforma agrária nasce no Vale junto aos primeiros movimentos de expropriação dos posseiros. As ocupações e os conflitos decorrentes explicitam a omissão – *ação e intenção* – do Estado e a violência, perpetrada tanto pelos órgãos oficiais, quanto pelos jagunços dos grandes proprietários. O Vale foi palco da primeira ocupação de terras em Minas Gerais – Fazenda Aruega em Novo Cruzeiro, no Médio

Jequitinhonha no ano de 1988. Foi também palco de um dos piores massacres³⁴ a trabalhadores sem terra no país – Fazenda Nova Alegria em Felisburgo, no Baixo Jequitinhonha, em 2004 . No entanto, frente à violência, à negação do direito a terra e ao trabalho e à violação de tantos outros direitos, as dezenas de assentamentos, acampamentos e de movimentos sociais organizados, existentes na atualidade, mostram o movimento contra hegemônico, realizado por aqueles que perderam suas condições de reprodução no campo, numa retomada da terra que, apesar de não os livrar da dominação do capital, demonstra o potencial de luta dos trabalhadores do Vale.

De acordo com Ribeiro (2010) Zhouri; Zucarelli, (2010) a organização da luta trabalhadora na região se apóia nas mais diversas entidades e movimentos como o MST, MPA, MAB, sindicatos rurais, associações de artesãos e de garimpeiros, ONGs e entidades culturais como a FECAJE, que realiza o FESTIVALE. Este, que é o maior festival cultural da região, para além do compromisso com a valorização da cultura tradicional dos vários grupos de congados, bois-de-janeiro, marujadas, corais, artesanatos etc., tem se movimentado no sentido de colocar em debate as questões fundamentais vinculadas a que tipo de desenvolvimento se quer para a região, constituindo-se, portanto, numa importante trincheira de luta.

4.3. Síntese conclusiva do capítulo VI: “um dia os rios e os homens e as águas virão de novo”³⁵

Neste capítulo buscamos expor a realidade do Jequitinhonha através das mediações feitas pelos debates da questão agrária e da migração temporária. O que se evidencia é que o sofrimento dos trabalhadores do Vale, dentro e fora da região, está geneticamente ligado ao processo de expansão e dominação do capital sobre o trabalho de modo geral. É a dinâmica desigual e combinada do capital que direciona, no capitalismo dependente, a condição de subdesenvolvimento de regiões como o Vale do Jequitinhonha e, nas suas configurações

³⁴ O massacre realizado por 15 homens armados, executou cinco trabalhadores rurais e ainda feriu a bala outras 12 pessoas - dentre eles uma criança -, queimou a escola local e vários barracos, deixando centenas de famílias somente com a roupa do corpo no acampamento Terra Prometida, na fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), em 20 de novembro de 2004. Foi um dos casos que mais teve repercussão na mídia dada a prostração da justiça e revela a violência e a impunidade.

³⁵ Verso do poema “o Jequitinhonha” de Fritz Teixeira de Salles. *Apud* Servilha (2015)

atuais, aprofunda a questão agrária e impulsiona a migração temporária forçada como um dos mecanismos de aprofundamento daquela dominação.

A superexploração apresenta as mais brutais facetas, que vão desde a renda insuficiente para uma reprodução adequada da força de trabalho, ao adoecimento e a morte dos trabalhadores. “A morte ronda os canaviais paulistas” escreveu Silva (2006), denunciando a brutalidade do trabalho no “inferno verde”. Enquanto isso, a violenta expropriação de terras no Vale força, cada vez mais, famílias inteiras partirem do “seu lugar”. É o cerco do capital e suas vitórias sobre o trabalho.

Mas a realidade do Vale nos mostra também que, ao mesmo tempo em que a violência da questão agrária força as migrações temporárias e definitivas, ao provocar rupturas no cotidiano dos sujeitos, modifica também suas percepções acerca da realidade na qual estão inseridos. A degradação de suas terras, do seu modo de vida e sua cultura, a cada avanço das forças produtivas do capital, ordena-lhes a resignificação e a reinvenção desse cotidiano. E é nesse nível das relações sociais que se define a continuidade de sua sobrevivência e resistência aos imperativos do capital.

Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação. Já não se trata de remendar as fraturas do mundo da vida, para recriá-lo. Mas de dar voz ao silêncio, de dar vida à História (MARTINS, 1998, p.6).

E assim o Vale segue, sendo um vale de riquezas que não são valor nem valorizam o capital, antes, constituem-se em fiapos de esperança e mostram que o capitalismo é soberano, mas não é o fim da história.

“DIGO: O REAL NÃO ESTÁ NEM NA SAÍDA NEM NA CHEGADA: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia³⁶”

No meio dessa travessia, entre projetar as ideias e as cismas iniciais e buscar, no “caminho deixado pelos outros”, sua explicação concreta, percebemos que o real, que se dispõe, se transforma, enquanto transforma tanto nós, como seres sociais em relação com a natureza, como o caminho proposto para ser trilhado. Ao longo da caminhada abrem-se novas indagações, cismas que renovam as questões e a complexificam expressamente. Neste processo percebemos que travessia investigativa é contínua, logo, não tem conclusão e sim pontos em movimento, a espera de pontes reflexivas das quais emanam outros recomeços.

Foram muitas as questões que nos impulsionaram neste pequeno trecho do caminho percorrido, em que buscamos compreender o movimento do capital na economia dependente a partir da totalidade concreta na qual se inserem e se transformam as contraditórias relações entre capital e trabalho. A partir do processo percorrido de investigação chegamos em um ponto reflexivo em que outras questões nos projetam rumo a novos caminhos, o que nos exige refletir sobre o que apreendemos acerca das questões iniciais com base nas considerações que teceremos sobre essa parte do trecho investigativo (mestrado).

Ao adotar o materialismo histórico dialético como método de análise com perspectiva política de superação do real alienado vivido, a dinâmica desigual e combinada do desenvolvimento capitalista se colocou em primeira ordem no entendimento das particularidades e singularidades nas quais se arraigavam nossas inquietações atreladas à condição de sujeitos pertencentes à economia capitalista dependente.

Desse modo, para analisar a relação dialética existente entre a forma-conteúdo da reprodução social da família camponesa do Vale do Jequitinhonha e o domínio do grande capital financeiro monopolista produtor de *commodities* agrícolas no Brasil contemporâneo, tivemos que explicitar, de maneira breve, as características do desenvolvimento capitalista dependente, geneticamente arraigadas à dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado do capital em seu processo global. Frente a esta dinâmica, o capitalismo na sua fase tardia reforça sua dominação econômica e política sobre os países tecnologicamente menos desenvolvidos e a busca pela acumulação de capital, objetivo último desse modo de

³⁶ João Guimarães Rosa, Grande Sertão: Veredas.

produção, forja uma “ideia” de desenvolvimento que para a periferia tende a significar subdesenvolvimento, dadas as condições históricas e estruturais nas quais o desenvolvimento dependente se assenta.

É, portanto, na análise das relações desiguais que se forjam para o desenvolvimento capitalista dependente e suas reverberações sobre a classe trabalhadora latinoamericana – e brasileira, em particular - que encontramos os elementos explicativos da relação existente entre superexploração, questão agrária e questão social.

A partir do diálogo entre Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini, em especial nas obras *A Revolução Burguesa no Brasil* (2006) e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008) de Fernandes e *Dialética da Dependência* (2011) e *Subdesenvolvimento e Revolução* (2012) de Marini, e destes com os demais autores utilizados, chegamos aos elementos históricos e estruturais que explicitam as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. A dupla articulação dependente, resulta tanto no aprofundamento das contradições inerentes ao modo de produção capitalista como um todo, quanto em contradições particulares próprias do capitalismo dependente latino americano e à formação sócio-histórica brasileira – contradições estas que se expressam largamente na superexploração da força de trabalho, no monopólio da terra e na espoliação dos recursos naturais. Compreendemos que a questão agrária e a superexploração da força de trabalho emanada desta raiz ocupam lugar central na explicação da questão social originada na particularidade do capitalismo dependente latinoamericano, movimento inerente à lei geral da acumulação de capital neste território.

A busca pela compreensão da questão agrária e sua essência no capitalismo dependente, trouxe-nos outra questão instigadora, da qual trouxemos alguns elementos no capítulo II: **Podemos tratar a questão agrária apenas como mais uma expressão da questão social? Ou precisamos ampliar o debate para a perspectiva de que a questão agrária tem centralidade na própria conformação das contradições capital x trabalho na América Latina?**

O que sinalizamos em relação a esta questão é que, a nosso ver, para explicitar as contradições entre capital x trabalho nas particularidades do desenvolvimento capitalista do Brasil, os debates da questão agrária e da superexploração da força de trabalho devem ser

feitos de maneira central e indissociável. Devemos considerar os múltiplos aspectos da desigualdade que as fundamenta – econômicos, políticos, sociais, culturais, sexuais e étnico-raciais. Ao dar centralidade à questão agrária e à superexploração enraizada a partir da mesma, novas janelas investigativas se apresentam para a compreensão das particularidades da questão social, e as mesmas podem explicitar, por exemplo, os vínculos genéticos entre a expulsão massiva dos trabalhadores do processo de trabalho no campo e na cidade, o rebaixamento dos salários, a pauperização crescente, a destruição de direitos sociais emanados das lutas populares, e os processos brutais que se reverberam amplamente na dizimação paulatina da população indígena, camponesa e quilombola como meio de apropriação de suas terras; nas chacinas, nos linchamentos, na violência e no preconceito contra estes sujeitos, em que a opressão das mulheres, a criminalização e os assassinatos daqueles que lutam pela terra e pelo trabalho são algumas das expressões do capital contra o trabalho no campo.

Sob a hegemonia do capitalismo monopolista financeiro, particularmente no século XXI, *o cativo da terra* (MARTINS, 1998) expressa a continuidade da superexploração da força de trabalho no campo e na cidade e expõe, portanto, a expropriação, a opressão e a crescente miséria da classe trabalhadora em concomitância com o processo de acumulação de capital nas mãos de uma minoria. Ao avançar sobre as terras e sobre os recursos produtivos, o capital financeiro aprofunda a necessidade de cultivar a renda da terra para o processo de valorização e acirra todas as contradições inerentes ao capitalismo geral e dependente. A dominação econômica e política do agronegócio expõem a classe trabalhadora do campo a uma extração de sobretrabalho cada vez maior ao apropriar-se de parte gigantesca do excedente econômico socialmente produzido e apropriado de forma privada. Isto ocorre tanto pela superexploração do trabalhador, como pela subordinação do camponês aos ditames do mercado.

A realidade dos trabalhadores migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha é uma expressão desse avanço. Estes trabalhadores e trabalhadoras sentem na própria pele – também literalmente- os impactos da questão agrária aberta e latente no país. Dentro e fora do Vale, o avanço do capital afunila cada vez mais as condições de reprodução e os força a um destino de retirantes, de boias frias, de marginalizados, de sem terras e sem tetos.

Para os trabalhadores que encontram a migração temporária como a única saída para a sobrevivência, a superexploração apresenta caráter ainda mais violento, e configura um

processo onde a espoliação econômica do trabalhador é profundamente acrescida por mecanismos de dominação de sua vida, dentro e fora das usinas canavieiras. Para estes, a dignidade e a cidadania garantida, em termos burgueses, pelo emprego formal, não se fazem reais. Mesmo para aqueles sob a contratação formal, dentro da legislação trabalhista, a manipulação das empresas sobre as formas de pagamento e de realização do trabalho, avança sobre sua condição humana, aprisiona sua subjetividade e os mantém reféns de uma lógica produtiva que só pode existir por intermédio da superexploração.

Ao realizar este trabalho, tivemos sempre em mente a atuação profissional do assistente social nos diversos espaços e instituições que circundam as migrações temporárias, seja inserido nas empresas, atuando nos processos de contratação; nas instituições públicas tanto nas cidades canavieiras, quanto no Vale do Jequitinhonha; em diversos espaços. Como uma profissão inscrita num campo contraditório de interesses sociais, o Código de Ética e o projeto ético político da profissão são os balizadores dessa atuação, a partir dos quais a profissional deve refletir sobre sua atuação e encontrar mecanismos que a possibilitem contribuir para uma maior garantia dos direitos dos trabalhadores. No Vale do Jequitinhonha, a experiência na atuação no serviço de assistência social, particularmente na zona rural, me possibilitou refletir o quanto uma série de demandas dos usuários estava, direta ou indiretamente, ligadas à migração temporária e ao avanço do capital sobre as terras na região; e o quanto as políticas públicas ali implementadas não correspondiam a estas demandas. Compreendo que para a atuação profissional, particularmente, no Vale é imprescindível conhecer suas singularidades manifestas na questão agrária, processo que incide cotidianamente e projeta para às trabalhadoras e trabalhadores uma realidade onde a miséria se faz situação comum.

Atuar na garantia de direitos - ainda que limitados pela concepção burguesa de direitos - no Vale requer reconhecer que há certo desencontro entre os serviços ofertados e a demanda da população, pois as políticas públicas implementadas na região não são pensadas a partir da realidade concreta vivida pelos trabalhadores, dado que, o máximo de tratamento do Estado em relação aos cortadores de cana, por exemplo, é intermediar sua contratação pelas grandes empresas de fora da região. Nessa intermediação periférica e precária o assistente social que pode atuar como parte envolvida nessa intermediação precisa estar atento à complexidade de processos que a envolvem. No mais, em relação ao campo e suas

especificidades no Jequitinhonha, os projetos de desenvolvimento implementados desde a década de 1970, vêm somente acirrando a destruição das condições de vida dos trabalhadores do campo e reforçando o subdesenvolvimento como realidade. É a própria política do Estado, voltada às demandas do capital, que impulsiona o desmantelamento das condições de vida dos trabalhadores e faz crescer sua demanda pelas políticas sociais, particularmente, pela assistência social.

As contradições são muitas assim como muitos são os desafios postos à profissão que vão muito além das possibilidades de atuação e da capacidade das políticas públicas, situação que torna necessária a busca por mecanismos de fortalecimento tanto da atuação profissional, quanto da luta dos trabalhadores por outra realidade. Ressaltamos que é na própria organização política desses trabalhadores que estes mecanismos tendem a ser encontrados. Como um território atravessado por contradições, o Vale é rico em forças sociais e políticas que contestam cotidianamente sua situação de miséria.

De acordo com Yamamoto (s.d, p. 12) “É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais.” Desse modo, são nas associações comunitárias, nos sindicatos, nos movimentos sociais de luta pela terra e pela água, nas entidades culturais e todas as outras organizações que existem na região, que a assistente social deve buscar apoio para a sua atuação, bem como, atuar para fortalecer e fazer crescer estes instrumentos da luta sua luta.

Acredito que apreender o significado da questão agrária em suas amplas dimensões no capitalismo dependente, ainda é um grande desafio para a profissão, decerto porque, como afirma Yamamoto (2004), o Serviço Social é parte, expressão indissociável da sociedade. Assim, num cotidiano onde a aparência e a ideologia do moderno, do urbano e do industrial predominam a apreensão social sobre o rural, o camponês, o “atraso”, a produção objetiva e simbólica do imaginário se restringe à mera oposição entre um e outro. Processo que oculta a verdadeira essência presente nas vinculações e determinações, que inscreve o campo e a cidade o nacional e o internacional em uma totalidade única. Esta situação se acirra ainda mais num contexto dominado pelo neoliberalismo, que, segundo Yamamoto (2004) incide sobre a profissão reduzindo sua prática ao sujeito isolado, desvinculando-a da trama social,

onde o fazer se sobrepõe ao entendimento do porque fazer e perde-se a consciência do conteúdo, da direção e dos efeitos da atuação na sociedade.

Frente ao avanço neoliberal a profissão enfrenta desafios concomitantes, para dentro e para fora de si mesma. O desafio contínuo da profissão é o de dar materialidade ao projeto ético-político a partir da sua autocrítica na formação e na apropriação da realidade brasileira e latinoamericana e de atuar no cotidiano social a partir dessa apreensão crítica da realidade e enfrentar, “lá e cá”, o avanço do conservadorismo, do focalismo e das práticas e visões ahistóricas e apolíticas que se colocam pelas contradições do capital (IAMAMOTO, 2004).

Retomando as colocações de Yamamoto (s.d p.39) é preciso que nos reapropriemos do legado acumulado pelo pensamento social crítico brasileiro e latinoamericano e consigamos “elucidar as particularidades dos processos sociais que conformam o Brasil no presente, solidificando as bases históricas do projeto profissional”. Sentido este que, para nós, equivale a dar centralidade ao estudo da questão agrária, pois, conforme esperarmos ter esclarecido neste trabalho, entendemos que, na América Latina, sem a profunda compreensão da questão agrária, torna-se deficitária a apreensão dos sentidos políticos, econômicos e culturais dados à questão urbana e as políticas sociais expressamente desenhadas para sua perspectiva industrial. Também é imprescindível que nos apropriemos do legado deixado por aqueles que, por muito tempo, foram esquecidos – a partir da política intencional do exílio forçado pela ditadura ou pelos principais rivais travestidos de esquerda – pelo pensamento crítico brasileiro, imprescindíveis à construção de novas perspectivas críticas para a apreensão desta realidade, como, por exemplo, as teorias e políticas produzidas pelos teóricos da TMD.

O estudo feito até aqui trouxe algumas reflexões e proposições que, longe de ser absolutas afirmações, se apresentam como questões abertas, cuja investigação e debate requerem aprofundamentos.

1) As configurações particulares da questão social na América Latina frente ao desenvolvimento capitalista dependente necessita de uma ampla investigação coletiva e interdisciplinar. A ancorados na TMD, a nosso ver, é a centralidade da questão agrária e da superexploração nas relações antagônicas entre capital e trabalho na região que pode explicitar a brutalidade das reverberações da crise do capital sobre o continente e o reforço da dominação imperialista sobre a produção e reprodução social na América Latina no século XXI.

2) Se colocamos a questão agrária e a superexploração como centrais, o enfoque analítico das políticas sociais na América Latina requer novas problematizações sobre o significado das diferenciações entre tais políticas no Continente em relação àquelas concebidas como “welfare state” (geograficamente localizadas e temporalmente datadas nos países centrais). As políticas sociais latinoamericanas apresentam particularidades que, ao mesmo tempo em que se somam às contradições inerentes à política social do capitalismo monopolista, como um todo, as diferenciarão daquelas originadas e desenvolvidas nos países centrais. Longe de ser uma duplicidade, o que se evidencia aqui são as contradições inerentes às políticas sociais na América Latina, cujos fundamentos e formas, embora arraigados na mesma contradição geral da relação capital x trabalho, são particularmente delineadas pela existência histórica e estrutural da dependência (SOUZA, 2016).

3) Frente ao aprofundamento da dependência na atualidade, a mobilidade da força de trabalho, em suas diversas formas, depara-se com o enrijecimento da mobilidade social dos trabalhadores e a desigualdade estrutural torna-se cada vez mais exacerbada. Assim, ao passo em que os trabalhadores, do campo e das cidades, são cada vez mais forçados a migrarem – de diversas formas -, o que se coloca na sua realidade é a crescente marginalização social.

Terminamos este projeto num momento emblemático e sombrio do país, em meio a uma crise econômica, política e civilizacional que abre tempos de incertezas sob o avanço das formas políticas ultraconservadoras presentes e atuantes, conforme apontou Fernandes (1986). A cada dia, os direitos garantidos são desmantelados ou postos sob ameaça, enquanto se criam mecanismos para garantir a minoração das consequências da crise de sobreacumulação para o capital. O pagamento da dívida pública, que atualmente alcança quase 50% do PIB nacional (se somados os recursos incorporados via Desvinculação de receitas da união (DRU), neste mês de junho de 2016, passou de 20% para 30% dos recursos do fundo público que seriam destinados à seguridade social).

A atualidade da questão agrária e da superexploração da força de trabalho, sob a reprimarização econômica e os níveis exorbitantes alcançados pela dívida pública, recompõe o histórico debate da dependência a partir das novas características de subordinação nas relações internacionais em plena era de apropriação territorial pelos capitais financeiros monopolistas centrais. Frente ao aprofundamento da dependência estrutural, a classe trabalhadora brasileira que, historicamente, teve a negação de direitos como realidade, vê,

cada vez mais, seus mínimos direitos conquistados sendo atacados e desmantelados pelo avanço do capital sobre os recursos públicos.

Esse desmantelamento dos direitos dos trabalhadores é parte das formas de dominação necessárias para garantir o ciclo de produção e valorização do capital em geral, a partir do caráter antagônico e complementar do capitalismo dependente, processo que conduz o país a uma crônica situação de desigualdade, dada a função que ocupa na divisão internacional do trabalho (mecanismo de transferência de valor). Historicamente, os mecanismos de intervenção utilizados pelos Estados dependentes, pendem para a repressão e marginalização dos trabalhadores mantendo-os subjugados à superexploração e ao crescente pauperismo (SOUZA, 2016).

São muitos os projetos em tramitação na Câmara e no Senado Federal que visam atacar os direitos sociais sob a escusa de redução dos gastos do Estado. É o neoliberalismo mostrando que, diferente do apregoado pelo discurso “neodesenvolvimentista” dos anos anteriores, está mais forte e mais atuante do que nunca. Frente aos avanços neoliberais e a dominância da valorização financeira, a classe trabalhadora sofre e paga cotidianamente os custos da crise, como têm afirmado os muitos intelectuais críticos ao analisarem a conjuntura atual³⁷.

Enquanto escrevemos estas considerações finais do trabalho o Brasil passa por uma crise na produção e preço do feijão, resultado do histórico de políticas fiscais voltadas para o grande capital, cuja centralidade para a agricultura familiar é a da dívida. O alto preço do feijão³⁸ (que passou de uma média de R\$5,00 para uma média de R\$ 15,00 na última semana) incide diretamente no consumo de praticamente todos os brasileiros, pois é um dos alimentos básicos na nossa alimentação. Também neste momento, o governo federal revogou a chamada pública para a contratação de técnicos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) lançada no Plano Safra 2016/2017 da Agricultura Familiar³⁹, o que significa que mais de 170 mil agricultores familiares ficarão sem a assistência e as condições de produção serão ainda

³⁷ É difícil citar os autores diretamente aqui dada a avalanche de artigos e relatórios lidos nos últimos meses, frutos dos esforços de intelectuais críticos como Virgínia Fontes, Maria O. Pinassi, Marcelo Braz, Mauro Iasi, dentre outras, em apreender o momento histórico atual. Vários textos podem se consultados num dossiê elaborado pelo Blog Marxismo 21, do qual lemos alguns, dos muitos artigos e relatórios disponíveis: <http://marxismo21.org/crise-politica-no-brasil/>

³⁸ <http://www.cifeijao.com.br/index.php?p=noticia&idN=21812>

³⁹ <http://www.fetra.org.br/destaques/996/bancada-do-pt-denuncia-suspensao-de-programa-para-agricultura-familiar>

mais rebaixadas. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi uma das primeiras ações do governo (golpista) de Michel Temer.

As notícias dos desmontes de direitos não cessam e reverter o cenário que se abre neste período sombrio é a tarefa urgente da luta organizada dos trabalhadores do campo e da cidade. A retomada de conquistas e garantia novos direitos vai nos exigir muita luta, e a primeira delas é a de reorganizarmos a perspectiva política de classe, posto que nos últimos anos o que tivemos foi a “hegemonia da pequena política”, conforme afirmou Carlos Nelson Coutinho (2010). Esta foi comandada pelos governos do PT e sob a hegemonia neoliberal, provocou um esvaziamento e reducionismo da política, afastando-a dos sujeitos e projetando-a como um problema de administração. De acordo com Coutinho, por meio dessa redução as classes historicamente dominantes afirmam atualmente sua quase incontestada hegemonia. Hoje se coloca ainda mais urgente a proposição deste nobre e saudoso camarada, de que “o desafio que se coloca à esquerda é recolocar a grande política na ordem do dia, único modo de quebrar a hegemonia da grande política e, portanto, do capitalismo em sua forma atual, a da servidão financeira” (COUTINHO, 2010, p. 43).

As políticas conservadoras, com força também em outros países da América Latina, abertamente defensivas do capital e destrutivas das poucas garantias sociais dos trabalhadores, abrem um cenário onde a tendência é intensificar a dupla articulação dependente, aprofundar a superexploração da força de trabalho e continuar a sangrenta expulsão de indígenas, quilombolas e camponeses de suas terras, lançado-os à marginalização e ao exército industrial de reservas em largo crescimento. A tentativa de recuperação da acumulação de capital é uma tarefa que reforça o recrudescimento e a violência do seu “braço armado”. Como afirmou o grande Galeano (2010, p.385): “A tarefa não pode ser executada com bons modos. Para que os trabalhadores latinoamericanos cumpram sua função de reféns da prosperidade alheia, é preciso que sejam mantidos presos – do lado de dentro ou do lado de fora dos cárceres”. A tarefa da classe trabalhadora latinoamericana de sobreviver à barbárie e construir a grande pátria livre é e continuará sendo árdua. Que não nos falte esperança e vontade revolucionária!

REFERÊNCIAS:

ALVES, Francisco José da Costa. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas - SP, 1991.

_____. **Por que morrem os cortadores de cana?** In: Saúde e Sociedade, nº3, vol.15, Set/Dez 2006, pp.90-98

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

BRASIL. PTDRS: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – Alto Jequitinhonha (MG)**. Colegiado Territorial/CIAT/MDA, novembro de 2006. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_territorio005.pdf. Pesquisa em 20 de julho de 2014.

BRASIL. PTDRS: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Médio Jequitinhonha (MG)**. Colegiado Territorial/APTA/MDA – novembro 2010. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio057.pdf Pesquisa em 20 de julho de 2014.

CARDOSO, Maisa G. **Estranhos no Quintal de Miguelim: A lógica do agronegócio no Vale do Jequitinhonha**. Dissertação de mestrado. UNB/PPGPS, 2015.

CODEVALE. **Estratégia para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**. Belo Horizonte, 1970.

_____. **Programa de desenvolvimento rural do Vale do Jequitinhonha – PLANRURAL**. Belo Horizonte, 1979.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro**. In: Tatiana Merlino; Maria Luisa Mendonça. (Org.). Direitos Humanos no Brasil - 2012. 1 ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012, v. 1.

CONAB/Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar**. – v. 1 – Brasília: Conab, 2013- v. Disponível em: http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_17_09_03_29_boletim_cana_p_ortugues_-_3o_lev_-_15-16.pdf > Acesso em Jun/2016

COUTINHO, Carlos Nelson. **A hegemonia da pequena política**. In: Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Cibele Rizik (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010, 400 p.

DATALUTA/ Banco de dados da luta pela terra. **Relatório 2014** . Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2014.pdf> Acesso: Jun/2016

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto, 2013. Disponível em:

http://www.redehumanizaus.net/sites/default/files/blog/files/davis_mulher_raca_e_classe.pdf Acesso em jun/2016

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 1985.

_____. Uma outra visão do Agronegócio. *Jornal Unesp*. Maio de 2006, ano XX – nº 211. Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/211/suplec.php> Acesso: Jan/2016

_____. **Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000**. In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). *A questão agrária no Brasil: o debate dos anos 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Especialização primária como limite ao desenvolvimento**. *Desenvolvimento em Debate*, v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

DELGADO, Paulo Roberto. *Evolução e perfil do emprego no setor sucroalcooleiro paranaense*- Cad. IPARDES. Curitiba, PR, eISSN 2236-8248, v.2, n.1, p. 44-57, jan./jun. 2012^a.

DIEESE/ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - **Estatísticas do meio rural 2010-2011**. 4.ed. /; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; Ministério do Desenvolvimento Agrário. -- São Paulo: DIEESE; NEAD; MDA, 2011 http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-4204234-487363-lt_Estatisticas_do_Meio_R-1481281.pdf Acesso em: Jun/2016.

_____. **Desempenho do setor sucroalcooleiro brasileiro e os trabalhadores**. Estudos e pesquisas. São Paulo: DIEESE, 2007. Disponível em: http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2007/estpesq30_setorSucroalcooleiro.pdf> Acesso: Jun/2016

FALEIROS, Vicente de Paula. **Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina**. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez Ano VII, nº 24 – p. 49-69, Agosto/1987

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de uma interpretação sociológica**. 5 ed. São Paulo: Globo, 2006.

_____. **Que tipo de República?**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 5 ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. **As mudanças sociais no Brasil**. In: IANI, O. (Org). Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Sociologia).

- _____. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo: Global, 2008a
- FRANK, André Gunder. **El Desarrollo del Subdesarrollo.** Pensamiento Crítico, Habana, agosto de 1967, número 7, páginas 159-173.
- _____. **A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo.** In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). –2ed—São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Tradução: Sergio Faraco. – Porto Alegre, RS: L&PM. 2010.
- GERAES: a realidade do Jequitinhonha. **Reprodução fac-simile dos fascículos do periódico Jornal Geraes publicados entre 1978 e 1985.** SILBY, A; ABNER, G. MARTINS, T. (org).. Belo Horizonte: NEOPLAN, 2011. 224p.
- GORENDER, Jacob. **A forma plantagem de organização da produção escravista.** In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- GUANAIS, Juliana B. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canvieira.** Tese de doutorado. UNICAMP. Campinas, 2016.
- _____. **No eito da cana, a quadra é fechada: estratégias de dominação e resistência entre patrões e cortadores de cana em Cosmópolis/SP.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas - SP, 2010.
- HARVEY, David. **Os limites do capital.** Tradução: Magda Lopes – 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2013
- IAMAMOTO, Marida V. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios.** XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2004. Disponível em:
<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>> Acesso em jun/2016
- _____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **A questão social no capitalismo.** Revista Temporalis: Brasília, v. 2, n. 3, jan/jun de 2001a, p. 9-31.
- _____. **O Serviço Social na cena contemporânea.** Curso Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. CEFESS: Brasília, s.d. Disponível em: <http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/ff8bdad81bfe9bf1cf300f11f0e8b9685e265ccc.pdf>
Acesso em Jun/2016
- IANI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 2004

IBGE/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006 –agricultura familiar primeiros resultados** . Disponível em:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf
Acesso em Jun/2016

_____. **Tendências demográficas no período de 1940 -2000** . Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tendencia_demografica/analise_populacao/1940_2000/comentarios.pdf> Acesso: Jun/2016

IPEA/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Expansão de área agrícola: perfil e desigualdade entre as mesorregiões brasileiras**. Texto para discussão /.- Brasília : Rio de Janeiro: Ipea , 2014. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2658/1/TD_1926.pdf> Acesso em Jun/2016.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária**. Tradução de C. Iperoig. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Laemmert. S.A, 1968.

LEITE, A.C.G. **A modernização do Vale do Jequitinhonha Mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2010.

_____. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise (sua) reprodução capitalista**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2015.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Ver Katálysis, Florianópolis, v. 10, 2007.

MAESTRI, Mauro. **A Aldeia Ausente: Índios, Caboclos, Cativos, Moradores e Imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). –2ed—São Paulo, Expressão Popular, 2012

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MAPA/ Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário estatístico da agroenergia**. MAPA: Brasília, 2011. Disponível em:
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/estatisticas/Book_Anuario_Portugues.pdf> Acesso em: jun/2016

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. –3ª ed— Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINE, G. **Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil**. Comunicação simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social. Campinas, São Paulo: SBPC, 1982.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo.** - 2 ed.- São Paulo: HUCITEC 1980.

_____. **O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil.** In: **Não há terra para plantar neste verão.** Petropolis: Editora Vozes, 1986.

_____. **O cativo da terra.** - 7 ed.- São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** - 5ª ed.- Petropolis: Editora Vozes, 1995.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** - 2ª ed.- Petropolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **A imigração e a crise do Brasil agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.

_____. **O senso comum e a vida cotidiana.** Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 1-8, maio de 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** (Die deutsche Ideologie). Tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. -1ª ed. - São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1986

_____. **O Capital. Livro I, capítulo VI (inédito).** São Paulo: Ciências Humanas, 1978

MESZÁROS, I. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **A classe dominante agrária: natureza e comportamento 1964-1990.** In: A questão agrária no Brasil. Vol 5. STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MOURA, Margarida. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NETTO, J.P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

_____. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Revista Temporalis, ABEPSS, 2001.

_____. **Crise do capital e conseqüências societárias.** Revista Serviço Social e Sociedade. no.111 São Paulo July/Sept. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002 acesso: mar/2016.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária,** 2007. Disponível em:

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/2014/3_Oliveira_modo_capitalista.pdf. Acesso: Jan/2016.

_____. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Observatório geográfico da América Latina, 2008. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/25.pdf> Acesso em 20 de jun. 2016

_____. **Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil**. In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). A questão agrária no Brasil: o debate dos anos 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica**. In; OSORIO, J. *et.al* (orgs.) Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, SP. –Boitempo: 2012.

PAIVA, B. A.; OURIQUES, N. **Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 166-175, jul./dez. 2006.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109), São Paulo, Cortez, 2004.

RAMALHO, C.C. **Os migrantes cortadores de cana do Vale do Jequitinhonha: entre a superexploração e a resistência**. Dissertação de mestrado. Vitória: UFES, 2014.

RIBEIRO, E.; GALIZONI, F. **Sistemas agrários, recursos naturais e migrações no alto Jequitinhonha**. In: TORRES, H. & COSTA, H. População e meio ambiente. São Paulo, SENAC, 2000. 351p.

RIBEIRO, Ricardo. **O rio não corre para o mar. Os movimentos sociais e as lutas populares do Jequitinhonha nos anos 1980 e 1990**. In: Souza, J. V. Henriques, M.S (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010

SANT’ANA, Raquel Santos **Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço social**. São Paulo, Cortez 2012

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (Doutorado) — Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **Quem precisa de região?: o espaço (dividido) em disputa**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores 1981.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. **Lições do Vale: narrativa de uma pesquisadora.** In: NOGUEIRA, M^a das Dores P.(org). Vale do Jequitinhonha: ocupação e trabalho. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2013

_____. **A morte ronda os canaviais paulistas.** In: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, vol 33, n^o2, ago/dez 2006b, pp. 111-141.

_____. **A nova morfologia do trabalho nos canaviais paulistas.** 36^o. Encontro anual da ANPOCS. GT36 - Trabalho, ação coletiva e identidades sociais. Águas de Lindóia, 2012.

_____. **Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool”.** In J. R. Novaes & F. J. C. Alves (Orgs.), Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro) (pp. 55-86). São Carlos, SP: EdUFSCar, 2007

SILVA, M.A.M.; MENEZES, M.A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões.** Brasília: Nead, 2008. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/migracoes_rurais_no_brasil_velhas_e_novas_questoes.pdf acesso em: 20/09/2015.

SINGER, P. **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. Economia política da urbanização.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUZA, Cristiane L. Sabino de. **Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina.** Argumentum, Vitória (ES), v. 8, n.1, p. 48-60, jan./abr. 2016.

SOUZA, João Valdir. **Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas.** In: Souza, J. V. Henriques, M.S (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010

STEDILE, J.P. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960** (Introdução). In: STEDILE, J.P.; ESTEVAM, Douglas (org). -2ed—São Paulo, Expressão Popular, 2011.

STEDILE, J.P. **Tendências do capital na agricultura.** In: STEDILE, J.P (org). A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000. 1 ed- -São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016

VERGÉS, Armando Bartra. **El capital en su laberinto: De la renta de la tierra a la renta de la vida.** 1.ed -- Cidade do México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2006.

_____. **Os novos camponeses: Leituras a partir do México profundo.** Trad. Maria Angélica Pandolfi. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2011.

ZHOURI, Andreia; ZUCARELLI, Marcos, C. **Visões da resistência: Conflitos ambientais no Vale do Jequitinhonha.** In: Souza, J. V. Henriques, M.S (org). Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010

ANEXOS:

Anexo 1 – Mudanças na estrutura fundiária brasileira por classe de área 1998, 2003, 2010, 2011, 2012 e 2014. (Fonte: Dataluta/NERA/UNESP)

Classes de Área (ha)	1998		2003		2010		2011	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	3.586.525	415.548.886,60	4.290.531	418.483.332,30	5.181.645	571.740.919,42	5.356.425	590.716.875,33
Menos de 1	58.512	35.181,90	81.995	43.409,10	107.572	54.516,68	113.160	57.066,67
1 a menos de 2	118.926	160.875,80	141.481	191.005,50	161.313	218.441,69	165.560	224.511,20
2 a menos de 5	440.708	1.483.892,60	559.841	1.874.158,80	702.979	2.357.993,06	734.298	2.465.145,60
5 a menos de 10	515.823	3.737.828,60	626.480	4.530.025,20	772.676	5.584.385,37	805.588	5.821.439,70
10 a menos de 25	939.198	15.265.972,30	1.109.841	18.034.512,20	1.316.237	21.345.231,82	1.358.537	22.022.892,37
25 a menos de 50	573.408	20.067.945,60	693.217	24.266.354,60	814.138	28.563.707,07	838.694	29.435.561,05
50 a menos de 100	403.521	27.902.893,30	485.966	33.481.543,20	578.783	40.096.597,35	595.961	41.306.259,46
100 a menos de 200	239.219	32.260.122,40	272.444	36.516.857,80	332.817	44.898.322,02	342.041	46.171.314,37
200 a menos de 500	166.686	51.491.978,60	181.919	56.037.443,20	230.529	71.258.207,77	237.231	73.317.570,54
500 a menos de 1.000	62.643	43.317.666,40	68.972	47.807.934,80	85.305	59.299.369,71	85.218	59.287.289,60
1.000 a menos de 2.000	30.325	41.851.744,70	35.281	48.711.363,10	40.046	55.269.002,25	40.454	55.876.890,16
2.000 a menos de 5.000	20.120	59.497.823,80	26.341	77.612.461,90	31.218	91.775.306,94	31.566	92.893.149,58
5.000 a menos de 10.000	4.758	33.839.004,90	5.780	41.777.204,40	6.084	43.642.939,54	6.099	43.730.865,46
10.000 a menos de 20.000	1.648	22.485.749,70	635	8.600.834,20	1.026	14.088.771,59	1.067	14.650.868,60
20.000 a menos de 50.000	768	22.468.684,80	294	8.502.361,60	595	17.742.882,69	608	18.008.767,32
50.000 a menos de 100.000	154	10.504.269,00	32	2.181.546,40	131	9.131.626,72	135	9.513.092,82
100.000 e mais	108	29.377.251,20	22	8.314.316,30	196	66.413.617,15	208	75.934.390,83
ÍNDICE DE GINI		0,838		0,816		0,838		0,839

Classes de Área (ha)	2012		2014	
	Nº de Imóveis	Área (ha)	Nº de Imóveis	Área (ha)
TOTAL	5.498.451	597.018.808,73	5.140.118	740.401.645,78
Menos de 1	117.301	58.875,48	274.671	68.179,10
1 a menos de 2	168.738	229.075,39	183.693	250.433,37
2 a menos de 5	759.005	2.549.567,34	841.217	2.827.508,40
5 a menos de 10	829.862	5.996.899,20	908.886	6.566.924,32
10 a menos de 25	1.391.712	22.560.429,52	1.499.140	24.305.032,47
25 a menos de 50	860.300	30.210.990,87	932.481	32.802.217,70
50 a menos de 100	611.745	42.414.477,17	665.642	46.170.133,05
100 a menos de 500	593.026	122.332.189,00	645.700	133.446.464,51
500 a menos de 1.000	85.437	59.426.508,45	93.658	65.276.368,53
1.000 a menos de 2.000	41.206	56.933.642,14	48.234	66.717.495,31
2.000 a menos de 5.000	31.865	93.781.039,50	36.639	108.793.966,83
5.000 a menos de 10.000	6.157	44.106.421,27	7.100	50.696.144,66
10.000 a menos de 20.000	1.113	15.263.453,08	1.591	21.770.955,74
20.000 a menos de 50.000	627	18.502.428,82	879	26.261.973,04
50.000 a menos de 100.000	138	9.701.272,64	222	15.806.316,49
100.000 e mais	219	72.951.538,86	365	138.641.532,26
ÍNDICE DE GINI		0,833		0,860

Anexo 2 – Evolução do crédito rural disponibilizado no Brasil de 2003 a 2015. (Fonte: Mapa do Agronegócio, 2015)

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL DISPONIBILIZADO - BRASIL
(R\$ BILHÕES)

